

Carlos Carvalhas na Festa da Alegria em Braga

Um Partido do Povo e para o Povo

«Somos e continuamos a ser o Partido Comunista Português, e esta Festa da Alegria é também uma afirmação do papel inconfundível na luta do povo português, de um Partido que esteve sempre na primeira linha de combate por direitos, garantias,



transformações e avanços de civilização que hoje para muitos portugueses e para as novas gerações são tão naturais como o ar que se respira» – palavras do secretário-geral do PCP no comício de sábado, em Braga.

**Págs. 14, 15, 16,
17, 18 e 19**

Em defesa dos reformados



A aprovação da Lei de Bases da Segurança Social e o debate sobre a moção de censura ao Governo marcaram o final da presente sessão legislativa. Os comunistas não pactuaram com a censura de faz-de-conta, mas deram o seu contributo decisivo na defesa dos interesses dos reformados.

Entrevista com
Octávio Teixeira

Págs. 5, 6 e 7

Espanha

Reforçar a esquerda

Paco Frutos, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha (PCE), analisa as causas da recente derrota eleitoral do seu partido e aponta caminhos para o reforço e cooperação das forças de esquerda.

Págs. 22 e 23

Inglaterra

A tragédia de Blair

O primeiro-ministro britânico está a viver, como sempre se previra, nas condições alucinantes e próprias de todos os políticos sem princípios que abraçam soluções fáceis e de espectáculo com os olhos na resultante popularidade.

Pág. 25

Administração local

Jornada de luta

A acção nacional de luta convocada para ontem, com plenários, concentrações, vigílias, desfiles e outras manifestações, mostrou o descontentamento face a uma política que privilegia o grande capital.

Pág. 9

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



A animação e a cultura foram de novo apanágio da Festa da Alegria

Resumo

5 Quarta-feira

A Assembleia da República chumba a moção de censura ao Governo apresentada pelo PP ● A Comissão Europeia decide a devolução por Portugal de cerca de 1,4 milhões de contos correspondentes a subsídios distribuídos indevidamente ● O Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu criticam a decisão do chanceler austríaco Wolfgang Schüssel de avançar para referendo às sanções ● Sob a égide da ONU, começam em Genebra as negociações entre gregos e turcos sobre o futuro de Chipre ● Fidel Castro condecora o pai de Elián González ● Em Moçambique, antigos combatentes da luta pela libertação invadem terras em Tsalala, arredores de Maputo, destinadas à construção de unidades industriais.

6 Quinta-feira

Assembleia da República aprova, com os votos a favor do PS, PCP e BE, a descriminalização da droga e, com a oposição do PP, PCP e BE, a nova lei de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais ● Com a presença de António Guterres, a AR faz o balanço da Presidência Europeia ● Justiça belga emite mandado internacional de captura contra o ministro dos Negócios Estrangeiros do Congo, Abdoulaye Yerodia, acusado de incitamento ao ódio racial e ao assassinio ● O ministro do Interior argentino, Federico Storani, apoia pedido de extradição da antiga primeira-ministra britânica Margaret Thatcher.

7 Sexta-feira

Começa, em Braga, a Festa da Alegria, promovida pela Direcção da Organização Regional de Braga do PCP ● O ministro das Relações Exteriores de Angola, João Miranda, visita oficialmente Portugal pela primeira vez ● O Governo da República do Montenegro rejeita a nova revisão constitucional jugoslava ● Termina a presidência aberta de Jorge Sampaio na Área Metropolitana de Lisboa ● Tribunal condena a dois anos e meios de prisão a responsável de um lar para crianças carentiadas da Figueira da Foz, pela prática de 12 crimes de maus tratos.

8 Sábado

Carlos Carvalhas, no comício da Festa da Alegria, em Braga, acusa o Governo de seguir «uma política de direita» e de se apoiar no PP ● Manuel Carrilho, ministro da Cultura, demite-se do cargo e é substi-

tuído por José Sasportes ● O Conselho Nacional da Renamo manda suspender funções de Raul Domingos, acusado de negociar com a Frelimo ● Em Coimbra, cinco associações de estudantes criam a Federação Académica de Coimbra que conta com a oposição da Associação Académica de Coimbra ● O escritor António Lobo Antunes recebe o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores, relativa a 1999.

9 Domingo

Termina a Festa da Alegria ● O Papa repudia «com amargura» a manifestação gay realizada ontem em Roma ● George Speight, mentor do golpe de Estado nas ilhas Fiji, assina acordo com as autoridades militares para pôr cobro a uma crise de oito semanas ● Manifestação silenciosa protesta junto à Agrovouga, Aveiro, contra uma tourada realizada no âmbito do seu programa ● Incidentes ocorridos num jogo de futebol, em Arare, capital do Zimbábue, causam doze mortos.

10 Segunda-feira

O ministro Mariano Gago defende uma reforma universitária urgente, que permita às universidades trabalhar de forma articulada com o sistema científico ● O primeiro-ministro israelita vence a moção da oposição de direita contra a sua participação na cimeira de Camp David... ● ... e o Presidente Ezer Weizman, suspeito de envolvimento num processo de corrupção, apresenta a demissão ao Presidente do Knesset, Avraham Bur, antecipando em três anos o fim do mandato ● Inicia-se, em Lomé, a 36.ª cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA).

11 Terça-feira

PSD e PP apelam ao Presidente da República, Jorge Sampaio, para não assinar a lei da descriminalização da droga ● Quatro estruturas sindicais da saúde protestam, em conferência de imprensa contra a política da ministra Manuela Arcanjo ● A Comissão Europeia decide apresentar ao Tribunal Europeu uma queixa contra Portugal por incumprimento da directiva «Aves Selvagens» em Campo Maior ● Bill Clinton abre a cimeira de Camp David, certo de que «a paz é possível» entre israelitas e palestinos ● A explosão de um oleoduto, no Sul da Nigéria, provoca 250 mortos ● Tribunal de Sintra indefere o pedido de expulsão do basco Telletxea Maya movido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Distribuição e assinaturas

Conforme temos vindo a assinalar, a morada da Distribuição da Editorial «Avante!» mudou para - Av. Gago Coutinho, 121, 1700 Lisboa. O número de telefone passa a ser, para a distribuição e assinaturas, o seguinte:

218 429 836

Aconteceu

Emigrantes precisam-se!

Segundo as contagens feitas pelos grandes empresários da construção civil, noticiadas no *Público*, este sector necessita urgentemente de pelo menos 50 mil trabalhadores recrutados no estrangeiro para poderem responder às grandes obras que já têm em carteira, como a barragem do Alqueva, o Metro do Porto e as variadas infra-estruturas de raiz requeridas por realizações públicas com a envergadura do Porto Capital da Cultura e Euro 2004. As preferências dos grandes

empresários vão para imigrantes dos antigos países socialistas, por terem elevada formação técnica em especialidades tão fulcrais como as dos electricistas, picheiros, carpinteiros ou pedreiros. Embora a construção civil seja o sector actualmente mais apertado com a falta de mão-de-obra, outros há igualmente interessados em mão-de-obra estrangeira, como é o caso do turismo, comércio e serviços. Daí as entidades patronais estarem a reclamar duas coi-

sas ao Governo: a rápida legalização provisória de trabalhadores estrangeiros para facilitar a sua contratação imediata e mais «flexibilização» nas leis gerais de contratação para melhor explorarem sazonalmente a mão-de-obra nacional. Confirma-se, assim, que foi apenas para servir os interesses dos grandes empreiteiros que o Governo de António Guterres anunciou as novas e «generosas» regras de legalização de estrangeiros, onde os trabalhadores estrangeiros só

poderão ficar no país até um prazo máximo de cinco anos, perdendo assim o direito à nacionalidade e podendo ser expulsos após anos a fio de exploração.



Carrilho demite-se

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, apresentou esta semana a sua demissão do cargo que ocupa há cinco anos, desde o primeiro Governo chefiado por António Guterres. Segundo declarações oficiais tanto do próprio como do Primeiro-Ministro, Manuel Maria Carrilho demitiu-se por «questões pessoais inadiáveis», nomeadamente relacionadas com a sua profissão de docente. Todavia, os jornais citaram «fontes próximas» do ex-ministro da Cultura confidencian-

do que a demissão se prende com o receio de Manuel Maria Carrilho de que o Governo de António Guterres comece a desinvestir na Cultura, afirmando-se insatisfeito e convencido de que a actual estratégia do Governo está «esgotada». Guterres terá ainda procurado demover Carrilho, mas este terá-se mostrado irredutível, pelo que o Primeiro-Ministro já nomeou para o seu lugar José Sasportes, ao mesmo tempo que afirmava não ir haver qualquer remodelação governamental.

Ilegalidades em Arquitectura

Segundo apurou o *Diário de Notícias*, a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa tem 70% dos membros do Conselho Científico em situação de acumulação com outras universidades, o que coloca muitos deles em flagrante incumprimento da lei, prejudicando decorrentemente a qualidade de ensino ministrado. Estes factos foram confirmados ao *DN* pela pró-reitora da universidade e actual presidente da Comissão de Gestão da faculdade, Maria Clara Mendes, enquanto o Ministério da Educação admite que, no passado ano lectivo de 1998/99, a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa tinha 14 professores «fora da lei», havendo ainda outros casos de duvidosa legalidade, como consta de uma gre-

lha elaborada pelo próprio Ministério. Esta faculdade está a ser alvo de uma sindicância mandada instaurar pelo ministro Marçal Grilo em 1998, apesar de os conflitos e acusações de irregularidades se arrastarem desde o princípio da década de 90. Desde que a Comissão de Gestão por si presidida tomou posse, Maria Clara Mendes garante que interveio onde lhe foi possível: «Os docentes são agora todos contratados por concurso público e passei a mandar contínuos às aulas, para os professores assinarem os sumários. As aulas que não leccionavam eram-lhes descontadas nos ordenados.» Foi assim que começou a meter na ordem a situação da faculdade que, anteriormente, «estava totalmente refém das privadas».

SIDA em expansão nos países pobres

Decorre esta semana em Durban, na África do Sul, a 13.ª Conferência Internacional da SIDA, onde cientistas, activistas e diversos governantes discutem esta já considerada «calamidade do século». Algumas conclusões já foram avançadas, com destaque para a constatação de que a doença está em progressão galopante nos países pobres, enquanto dá sinais de regressão nos países desenvolvidos, o que tem uma explicação crua: nos países desenvolvidos há dinheiro e apoios para as campanhas de prevenção e o acompanhamento médico dos doentes, enquanto nos países

pobres não apenas os infectados estão abandonados à sua sorte, como a doença prolifera sem controlo, rastreios ou prevenções qualquer espécie. É por isso que em África já morreram 13 milhões de



pessoas devido ao vírus HIV e estima-se em 24 milhões as que estão infectadas, totalizando já 70% dos doentes com SIDA no mundo. O Banco Mundial afirmou-se, nesta Conferência, pronto a disponibilizar 200 milhões de contos para dar aos países pobres com programas de combate à doença, o que é quase uma gota de água perante a gravidade da situação.

Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

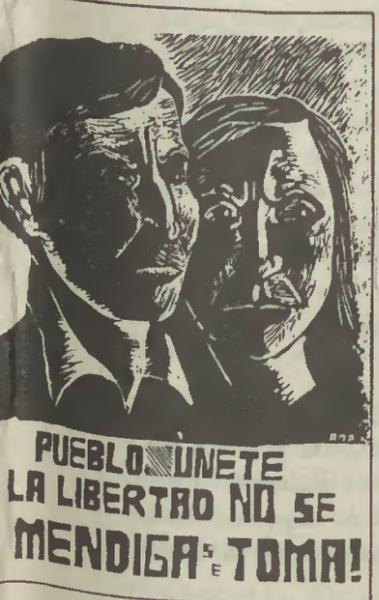
México - novo rumo?

Ao contrário da mensagem veiculada pela generalidade da comunicação social de que «a democracia chegou ao México» (P. 4/7), a derrota do PRI, nas recentes eleições, não significa que estejamos perante uma viragem democrática na política mexicana. A vitória de um partido da direita e a eleição de um presidente experimentado na gestão da multinacional *Coca-Cola* faz prever o prosseguimento das mesmas orientações económicas e sociais. Aliás, duramente reforçadas pelas condições que o vizinho do Norte impôs para «salvar» o México do «naufrágio» económico-monetário-financeiro de 94-95. A complexidade da situação a que então se chegou,

e que não foi ainda superada, é da responsabilidade do PRI. Afastando-se da sua matriz progressista, que está na génese da sua criação após a revolução mexicana de 1910 e que foi consolidada com o governo de Lázaro Cardenas, o PRI implantou-se, nas últimas décadas, como um partido de caciques e clientelar, adaptou-se ao sistema, concentrou poderes, fundiu-se com o Estado, configurando-se como o partido do regime. Foi este partido, responsável por crescentes perdas de soberania e por uma rápida acumulação e centralização da riqueza e o empobrecimento de mais de metade da população, que os mexicanos condenaram nas urnas.

O resultado das eleições mexicanas revela a ausência duma grande força revolucionária

O resultado das eleições mexicanas revela a ausência duma grande força revolucionária. A intervenção dos comunistas é muito debilitada e o PRD, constituído como partido/frente com o objectivo de aglutinar diferentes correntes de esquerda, não conseguiu capitalizar o descontentamento popular, no plano nacional. Contudo, é grande a sua influência na capital que governa desde 1997. A descentralização e a democratização administrativa que imprimiu ao seu mandato, permitiram que, nesta consulta eleitoral, se confirmasse o apoio popular ao PRD na megacidade do México, onde se concentram 23% dos mexicanos. As enormes distâncias e desigualdades de desenvolvimento entre regiões não possibilitaram, por certo, a divulgação e transposição desta experiência para outros locais, nomeadamente onde vivem as populações mais desfavorecidas e marginalizadas. Estão neste caso, as populações rurais, mais miseráveis que todas, expulsas das suas terras, man-



tidas num atraso secular e sujeitas a uma sobreexploração feudal, como os camponeses e indígenas de Chiapas, cujo conflito permanece por resolver.

A situação a que o PRI conduziu o México, com uma dívida externa que atinge metade do PIB e um défice comercial crescente - em boa parte como resultado do NAFTA (mercado único envolvendo o Canadá, EUA e México que foi constituído como instrumento dos EUA na sua competição com a UE e o Japão) - contrasta com a sua política externa, tradicionalmente independente. O México acolheu os republicanos espanhóis, perseguidos pelo franquismo. Foi no México que Fidel Castro, Che Guevara e os seus companheiros se reuniram e daí partiram, no *Granma*, para a Sierra Maestra. O México manteve sempre posições claras de defesa da paz e pelo desarmamento. Nunca apoiou o bloqueio a Cuba. Nem mesmo nos tempos mais recentes, em que a «generosa» ajuda dos EUA para evitar a falência do Estado para aí poderia ter conduzido. A solidariedade latino-americana prevaleceu no actual braço-de-força com o imperialismo.

O voto dos mexicanos expressou-se pelo fim das políticas de «ajustamento estrutural», da corrupção e do compadrio e não pelo fim duma política independente em defesa da soberania nacional. O presidente eleito, Vicente Fox, pela sua filiação partidária no PAN, pela sua biografia e as ambíguas e contraditórias declarações acerca da privatização da empresa petrolífera Pemex, não dá qualquer garantia de respeitar a vontade de mudança manifestada através das eleições. Entretanto, o México e o seu povo, orgulhosos da sua história, reclamam um novo rumo que garanta aos trabalhadores e ao povo o direito inalienável à vida, ao trabalho, à terra, à justiça social, à democracia e à soberania nacional.

Editorial

AQUI NOS TÊM

Enquanto vários órgãos da comunicação social dominante insistem em decretar o «desaparecimento» ou a «morte» do PCP - insistência essa que, talvez devido aos seus muitos anos de existência, tende cada vez mais a transformar-se em obsessão doentia - os militantes comunistas prosseguem a sua múltipla, intensa e diversificada actividade, confirmando a postura singular do seu Partido na vida nacional. É incontestável o papel do PCP na luta contra a política de direita e as suas consequências e na construção de condições para uma alternativa de esquerda. É incontestável o contributo decisivo dos comunistas para o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e das populações em defesa dos seus interesses e direitos, por melhores condições salariais, de vida e de trabalho. É incontestável a prática séria, responsável do PCP combatendo, nas instituições e fora delas, tudo o que considera negativo e propondo e aprovando tudo o que considera positivo, mesmo que, em muitas situações, o que é aprovado fique muito aquém dos seus objectivos. São incontestáveis a qualidade e a quantidade de trabalho produzido pelos comunistas em todas as áreas onde actuam, desde os sindicatos e comissões de trabalhadores à Assembleia da

“Aqui nos têm a afirmar este Partido com a sua identidade, aberto à vida e aos novos problemas”

República, desde as várias associações unitárias ao Parlamento Europeu e às Autarquias Locais. É incontestável a presença activa dos comunistas em todo o lado onde direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e das populações estão em causa, em todas as situações em que estão em jogo os interesses de Portugal e dos portugueses. Assim sendo, o decreto da «morte do PCP», para além de caso patológico grave, constitui também uma gritante manifestação de ridículo.

A cresce que a intervenção dos comunistas não se reduz às áreas acima referidas. Assim, no passado fim-de-semana, em Braga, ergueram a Festa da Alegria, trazendo de volta a mais importante iniciativa político-cultural do Norte do País. Espaço de convívio e fraternidade com raízes nas suas várias edições, anteriores e na intervenção geral do Partido, a Festa contou, para esta retomada, com o importante impulso que foi a eleição de novo, nas últimas legislativas, de um deputado da CDU pelo Distrito de Braga. E, como se sabe, essa eleição não caiu do céu: foi conquistada pela intervenção dos comunistas, pela sua determinação e persistência na luta pela defesa dos interesses, anseios e reivindi-

cações dos trabalhadores e do povo do Distrito; foi conquistada pela intervenção de um partido consciente do seu papel e das suas responsabilidades, coerente, activo, vivo. E, como igualmente é sabido, essa intervenção continua, agora reforçada e enriquecida com a acção do deputado eleito - tudo isto confirmando não só que a luta vale a pena mas que ela é indispensável e que é o caminho para a procura de soluções para os problemas dos trabalhadores, do povo e do País e, simultaneamente, uma fonte de força e reforço do Partido.

Como se esperava, parte desses órgãos de comunicação social que se desdobram em anúncios sobre a «morte do PCP» ignorou a Festa da Alegria. Percebe-se: de facto, uma informação objectiva teria que sublinhar o êxito dessa iniciativa dos comunistas, coisa que é incompatível com a decisão previamente tomada de que o PCP «morreu»...

No entanto, os milhares de pessoas que durante três dias passaram pela Festa da Alegria tiveram oportunidade de constatar, quer pela Festa em si própria quer pela intervenção do Secretário-Geral do PCP, a existência de um partido bem vivo e com uma notável capacidade de intervenção. E muitas dessas pessoas sabem (por experiência própria em muitos casos) que a umas centenas de quilómetros a Sul prossegue a construção da Festa do «Avante!», que terá lugar nos dias 1, 2 e 3 de Setembro - festa dos comunistas, como a da Alegria, e onde têm lugar marcado milhares e milhares de homens, mulheres e jovens que, não sendo militantes do PCP, fazem sua a nossa Festa - por razões várias e entre as quais não há-de contar pouco o facto de, como já alguém disse, a Festa do Avante ser «o local do País onde existe mais fraternidade por metro quadrado».

Importa sublinhar, ainda, que toda esta intensa actividade - levada à prática em tempo de Congresso, em cuja primeira fase preparatória milhares de militantes intervieram activamente - é concretizada em simultâneo com a aplicação de um vasto conjunto de medidas visando o reforço do Partido e da sua ligação às massas - medidas que passam, nomeadamente, pela intensificação da intervenção política, pela realização de um vasto conjunto de assembleias das organizações, pela procura da superação de deficiências e insuficiências existentes, pela chamada de quadros novos a maiores responsabilidades, pelo recrutamento de novos militantes.

Daí a extrema pertinência das palavras de Carlos Carvalhas, em Braga: «Aqueles que mil vezes decretaram e voltaram a decretar a nossa «morte» ou o nosso «desaparecimento» aqui nos têm, de cabeça erguida, orgulhosos do nosso património de luta, confiantes e empenhados em conquistar um futuro melhor para o nosso povo (...) aqui nos têm a afirmar este Partido com a sua identidade, aberto à vida e aos novos problemas e que ao longo da sua história soube sonhar, criar, organizar e lutar pela liberdade, pela democracia, pela transformação social, pela paz, por um Portugal de progresso e justiça, pelo socialismo.»

Actual

Já sabemos que Francisco Louçã pensará desta crónica o que já disse de outras aqui publicadas: que «o PCP reage com algum nervosismo, levando o «Avante!» a dedicar-nos pequenas picardias que muito nos divertem, mas que não têm nenhuma consistência no debate político nem têm futuro» («DN» de 20.5.2000).

Mas não importa. Toda a gente sabe que F. Louçã é um autêntico querubim na política nacional; que os responsáveis do Bloco não perpetraram «picardias» nenhuma sobre o PCP nos artigos que, batendo o recorde nacional do proselitismo partidário em colunas de opinião, escrevem no «Público», no «DN» e no «Expresso»; e que continua em vigor o 11.º mandamento segundo o qual acusações, deturpações e insinuações de responsáveis do Bloco contra o PCP são puro debate de ideias com imensa consistência e futuro, mas qualquer resposta de dirigentes do PCP já é puro «ataque» ou «sectarismo».

Mas já que tanto se divertem com as tais «picardias», bem podem arrecadar hoje mais uma.

Lá vai outra

• Vítor Dias

Que consiste em anotar que os famosos «radicais» do Bloco são afinal cultores do mais chocho formalismo parlamentar, como se voltou a confirmar agora com a sua acusação de que a abstenção do PCP na moção de (pretensa) censura do PP revelava «incapacidade política de fazer escolhas». Como se as aparências do tipo de voto fossem tudo e as razões e argumentação políticas (expressas com clareza e vigor pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PCP) fossem nada. E, já agora, como reagiria o Bloco se alguém dissesse que as suas abstenções na AR revelavam «incapacidade política de fazer escolhas»?

Por outro lado, é indecente que responsáveis do Bloco, muito para além da valorização da sua contribuição específica, se dediquem frequentemente a rasurar o que o PCP faz, chamem a seu mérito exclusivo a abordagem de temas em que o PCP tem, e de há muito, uma fortíssima intervenção, e falem como se, antes de se sentarem na AR, nunca ninguém tenha tratado de toxicoddependência, violência con-

tra as mulheres, imigrantes, reforma fiscal, etc. Ou então como se o Bloco é que tivesse arrancado alguns desses assuntos ao que Fernando Rosas chama «modorra parlamentar», mas nós chamamos preconceito, força dos outros, silenciamento mediático e... desatenção dos pré-bloquistas.

Acresce ainda, e não é pouca coisa, que responsáveis do Bloco, falando por vezes da legítima diversidade «das esquerdas», de cada vez que, à esquerda, alguém toma posições ou vota diferentemente do Bloco é logo rotulado de esquerda «cansada», «envergonhada» ou «hesitante», o que só pode ser classificado e repellido como uma manifestação de um pensamento político e de uma atitude mental estruturalmente arrogantes e sectários.

E se esta é que é a «nova forma de fazer política», vamos ali e já vimos.



Frases

“Protesto contra os dirigentes federativos e comentaristas desmiolados que, depois da vergonha [dos protestos portugueses na meia final Portugal-França], se afirmam contemporizadores e até solidários com a tristíssima atitude dos jogadores portugueses que deixaram na memória do mundo, como última imagem de Portugal, a cena pateta e malcriada de comadres em quezília de bairro.”

(Óscar Mascarenhas, Diário de Notícias, 5.7.00)

“De mim, pelo menos, os dirigentes federativos não têm mandato para estimular comportamentos vergonhosos em campo, até porque os jogadores passam e a selecção fica - e quem vai sofrer pela má impressão causada serão os jogadores que vierem. Além do país que representam.”

(idem, ibidem)

“A Terceira Via é importante porque faz a esquerda aceitar políticas económicas mais conservadoras. De outro modo: não é uma nova política, é um novo embrulho para outra coisa qualquer que já existia.”

(Francis Fukuyama, politólogo norte-americano, Visão, 6.7.00)

“Não é verdade que o Governo tenha virado à esquerda. Quanto muito está a desvirar da direita. Atacem-no por isso, é uma bênção do céu para Guterres.”

(José Carlos de Vasconcelos, idem)

“Há dois anos, os Mello convenceram o Governo de que, apesar do seu longo historial de inépcia e má gestão, eram capazes de salvar e relançar a Lisnave com o apoio do Estado. Generoso e compreensivo, o Governo socialista enfiou lá 63 milhões de contos nossos - para agora ver a Lisnave falida, com 40 milhões de défice, os Mellos ao fresco e a empresa entregue a dois quadros, sem que o Estado tenha a mais pequena possibilidade de recuperar um tostão do que lá enfiou.”

(Miguel Sousa Tavares, Público, 7.7.00)

“Há coisas que nunca mudam. Que me lembre, o último capitalista que teve vergonha de ficar a dever dinheiro a quem nele confiou foi o pai do Conde de Monte Cristo - e mesmo esse só existiu em romance.”

(idem, ibidem)

“[Durão Barroso] é um caso manifesto de falta de aptidão para a liderança. Admito que o seu estilo de liderança pudesse fazer mais sucesso num país, sei lá, talvez como a Suíça, onde ele viveu.”

(Pedro Santana Lopes, Independente, 7.7.00)

“Há duas pessoas que aparecem no PPD/PSD como tendo a possibilidade [de atingir a liderança]. Cavaco Silva e eu. Por uma leitura objectiva das sondagens. Numas apareço eu à frente, noutras aparece Cavaco Silva.”

(idem, ibidem)

“Durão Barroso é um ministro. Mas Primeiro, não. Opõe-se, é certo. Mas não é Oposição. Gosta da política. Mas não é um político. Sabe mandar, mas não sabe ser obedecido. É um tenente. Não é um líder. É por isso que se ofende tão facilmente.”

(Miguel Esteves Cardoso, idem)

“Não mudo de rumo um milímetro. O rumo está certo.”

(Durão Barroso, Expresso, 8.7.00)

Desvarios

• Jorge Cordeiro

Para Cícero a dança não passaria de algo só explicável por razão dos que tomados pela bebida ou pela loucura a ela se entregavam.

Ainda que sem a eloquência atribuída a Cícero, mas provavelmente nele inspirado, e medidas que são as distâncias no tempo, de conjuntura e de verbo, Jardim proferiu perante a insubordinada plateia que à frente dos seus olhos se estendia num dos últimos congressos do PSD aquele que é seguramente o desabafo mais mediatizado e com mais probabilidades de ser registado nos anais de história congressual: «Está tudo grosso, ou quê!»

Tanto mais que a dita asserção se arrisca a passar do nível banal daquelas coisas que se dizem por circunstância para ganhar dimensão premonitória.

Vem isto a propósito do estado de desvario pelo qual parece ter sido tomado aquele partido que, se confinado aos limites da agremiação, a não mais que aos próprios diria respeito. Pelo que as questões da disputa dos vários «ismos» em presença, o salutar jogo de fraterno esfaqueamento para determinar o «Zé» que sobreviverá, ou os resultados da OPA para um novo líder são matéria legitimamente circunscrita ao foro interno...

O que já é mais preocupante são os efeitos colaterais e a disseminação para o exterior do estado da coisa. É o que já está à vista! Ouvindo não daria para acreditar. A direcção

do PSD decidiu lançar uma recolha de assinaturas para exigir um referendo sobre a discriminação do consumo das drogas num acto de resposta à recolha de assinaturas que os seus opositores de partido têm em curso para exigir um referendo interno destinado a consagrar a realização das «directas»!

A julgar pelo que se viu nos dois referendos anteriores, e agora já se ouviu aos principais líderes da direita, não será necessário grande esforço para antever o primarismo que estes e aquela meia dúzia de ilustres cidadãos escalados para serviços referendários nos proporcionariam. A experiência revelou-lhes que o terreno do referendo é em matéria de complexidade o mais propício para, pelas mais grosseiras simplificações e pelo mais baixo terrorismo intelectual, inverter a matéria em debate, manipular consciências, condicionar

opiniões. Não surpreende pois este novo assalto da direita desde logo animado pelo que a experiência anterior também já revelou em matéria de permissividade e cedência do PS à direita nestes domínios. Cumplicidades e cedências que ajudam a explicar em larga medida o crescimento à direita de sinais preocupantes de arrogância e intolerância democrática face aos quais, os que os ajudaram a alimentar, se apresentam agora com ar de indignação. Para ver até quando...



Viragem

• Anabela Fino

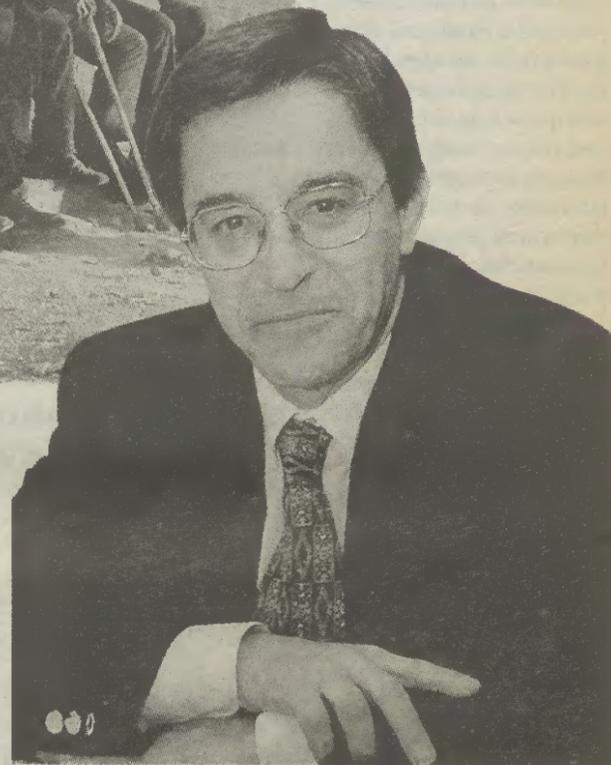
Nos últimos dias, num daqueles concertos que em boa verdade a todos deveria desconcertar, o diapasão da comunicação social afinou pela tecla da «viragem à esquerda» do Governo, pecado maior susceptível de provocar as mais tenebrosas inquietações. Na origem do desconchavo está a aprovação da Lei de Bases da Segurança Social, que ao invés de entregar de bandeja os descontos de uma vida de trabalho à cobiça insaciável das Seguradoras privadas, salvaguarda o papel do Estado na gestão dos dinheiros que hão-de, de algum modo, garantir a reforma dos que já não podem trabalhar.

Porque a direita viu gorados os seus intentos, logo da gaveta saltou o rótulo «de esquerda», e foi um-ver-se-te-avias de língua de fora a oferecer os préstimos para o colar à Lei e ao Governo. Perplexos com as inesperadas reacções, os ministros do PS

começaram por clamar a sua inocência, num rasgo de inusitada sinceridade, garantindo que não havia viragem nenhuma, que estão onde sempre estiveram, nem à esquerda nem à direita mas ao sabor das conveniências, que em política se designam por supremos interesses do país. Debalde. Choveram questões sobre o «preço» pago aos comunistas para não inviabilizarem a Lei, multiplicaram-se as análises à situação, teceram-se cenários e fizeram-se previsões para o futuro imediato dando como assente a «viragem» imaginária.

O PS acabou por se aperceber das vantagens intrínsecas da questão - se é que não as tinha antevisto desde logo -, e nas faces ministeriais começou a crescer rasgado sorriso. De «esquerda»? e por que não? Há eleitores de esquerda, logo há votos de esquerda que se não





Comunistas não pactuam
com censura de faz-de-conta

Em defesa dos reformados

Lei de Bases
da
Segurança
Social

A aprovação da Lei de Bases da Segurança Social e o debate sobre a moção de censura ao Governo marcaram o final da presente sessão legislativa. Dois casos paradigmáticos que uma vez mais deixaram claro, por um lado, a seriedade da política do PCP em defesa dos trabalhadores e dos reformados, e, por outro lado, a demagogia dos que, como o CDS/PP, não hesitam em manipular os problemas nacionais para servir os seus próprios interesses políticos. Em entrevista ao «Avante!», Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, faz o balanço dos debates.

Qual o objectivo desta moção de censura?

O primeiro facto e conclusão que há a realçar do debate sobre a moção apresentada pelo CDS-PP, é o da reconfirmação (se necessária fosse) de que tal moção não visava a censura política do Governo mas, essencialmente, se tratou de uma mera jogada política do PP inserida na sua estratégia de luta pela liderança da direita em Portugal e de conquista do espaço político e social à direita.

Não foi a política mais à direita ou menos à direita que o Governo do PS vem praticando, que basicamente motivou o CDS-PP a apresentar a moção. Convém recordar, aliás, que foi exactamente o

CDS de Paulo Portas que, há apenas quatro meses, solitária e solidariamente viabilizou o Orçamento do Estado do Governo, dando-lhe, assim, o apoio à sua política global e garantido a sobrevivência do Governo. E as políticas que o Governo tem vindo a desenvolver são aquelas que estavam previstas nesse Orçamento e nas suas «grandes opções do plano».

Nem a apresentação da moção resultou de um qualquer e hipotético arrependimento de Paulo Portas por esse apoio ao Orçamento do Estado para 2000. Não que o presidente do PP tenha quaisquer dificuldades (designadamente de consciência) em dar o dito pelo não dito. Basta, por exem-

plo, lembrar 1992 e a militante cruzada anti-Maastricht em que então andou pelo país, e vê-lo hoje vestindo a rigor a moeda única e quejandos.

Nas razões da moção parecem ter estado também as lutas internas da direita...

O que motivou a apresentação da moção foi a luta no seio da direita portuguesa. Ela foi anunciada em Março passado, quando o PSD e Durão Barroso criticavam o CDS e Paulo Portas por terem viabilizado o Orçamento do Estado, e estes fugiam aqueles por terem dado cabo da Alternativa Democrática que Paulo Portas havia negociado com Marcelo Rebelo de Sousa. Enebrado pelas sondagens a darem um subida do CDS-PP e uma queda do PSD, Paulo Portas quis, mais uma vez, entalar Durão Barroso. Se o PSD não votasse favoravelmente a moção, aí teríamos o CDS a explorar, junto do espaço sociológico e político da direita, o «apoio» do PSD ao Governo do eng. Guterres. Se o PSD a votasse favoravelmente (como votou), aí temos Paulo Portas, junto dos mesmos eleitores, a explorar que a iniciativa no

campo da direita é do CDS e que o PSD anda a seu reboque, procurando impressionar a seu favor os eleitores de direita, enfraquecendo simultaneamente o PSD, alterando a correlação de forças entre os partidos da direita.

Assim, a moção do CDS-PP, que de censura só teve o nome, foi querida e funcionou, em primeiro lugar, como uma arma de arremesso na luta pelas melhores posições no espaço político da direita. Por acréscimo, e com esta Paulo Portas talvez não esperasse, o comportamento de Durão Barroso no debate, ainda veio a carrear mais achas para essa fogueira que ele ateou.

«A moção [de censura] foi pensada e funcionou, colateralmente, como de apoio ao Governo»

Se esse era o grande objectivo do CDS de Paulo Portas, é evidente que a moção não poderia querer desviar as atenções para uma eventual crítica, séria, efectiva e substantiva ao Governo...

De facto, a moção foi pensada e funcionou, colateralmente, como de apoio ao Governo, visando dar-lhe o espaço político e social que lhe tem vindo a faltar nos últimos meses.

Um passo positivo

O conteúdo da nova Lei de Bases da Segurança Social é, inequivocamente, um passo positivo face à legislação ainda em vigor. E foi um grande avanço em relação ao que foi inicialmente proposto, não apenas pelo PSD e pelo CDS-PP, mas pelo próprio Governo. Travou-se, no imediato, o processo de fragilização do Sistema de Segurança Social, garante-se a sua continuidade e sustentabilidade financeira. Por isso o PCP, os trabalhadores e os reformados têm razões para se congratularem com a sua aprovação.

De entre as inovações e melhorias da nova lei podem realçar-se as seguintes:

1. No que se refere à possibilidade de estabelecer tectos contributivos, o que actualmente vigorava era a porta entreaberta, a possibilidade de, em qualquer momento, qualquer Governo poder estabelecê-los e transferir parte das receitas da Segurança Social para as empresas seguradoras e para os fundos de pensões privados. Agora, a porta não foi substituída por um muro, mas de entreaberta passou a estar trancada com várias chaves. A principal das quais, introduzida pelo PCP, diz que a eventual introdução de tectos contributivos só será possível se, *demonstradamente*, concorrer para reforçar a sustentabilidade financeira do sistema público de Segurança Social.

2. Estabeleceu-se o princípio da diversificação das fontes de financiamento da segurança social, o que significa a ampliação das bases de obtenção de recursos financeiros, tendo em vista, designadamente, a redução dos custos não salariais da mão-de-obra. O que pode vir a ser feito, designadamente, com a consignação à segurança social de receitas fiscais, sem aumento da inci-

Comunistas não pactuam com censura de faz-de-conta

De apoio ao Governo, não pelo facto de que, fossem quais fossem as circunstâncias e qualquer que fosse o partido proponente, pela relação de forças existente na Assembleia da República, se saber à partida que uma moção de censura ao Governo seria sempre e inexoravelmente rejeitada. Porque, mesmo nessas circunstâncias, uma moção de censura é sempre legítima e pode, até, enfraquecer politicamente o Governo. Por exemplo, tenho para mim que se uma moção de censura tivesse condições, neste momento, para ser votada favoravelmente por todos os partidos da oposição parlamentar, isso significaria uma derrota política para o Governo, a qual se somaria às derrotas políticas que o Governo tem tido na opinião pública e, nomeadamente, no seio dos trabalhadores. Fragilizando politicamente o Governo.

Mas esta foi uma moção de efectivo e querido apoio ao Governo por duas razões, como dissemos na Assembleia da República:



Lei de bases da Segurança Social

dência fiscal sobre o trabalho (por exemplo, a taxa TOBIN, ou as contribuições-patronais com base no VAB das empresas). O que, se e quando concretizado, seria favorável à criação de emprego.

3. Ficou consagrado, como *obrigatoriedade mínima das mínimas*, o aumento de 5% ao ano (40.000\$00, em 2003) das pensões de reformas e invalidez dos contribuintes com menos de 15 anos de carreira contributiva, bem como a convergência da pensão mínima com o valor líquido do salário mínimo para uma carreira contributiva completa.

4. Garantido ficou que o montante das pensões de reforma ficarão dependentes, exclusivamente, da carreira contributiva do beneficiário, excluindo-se a selectividade negativa que o Governo pretendia com base nos recursos económicos dos beneficiários.

5. A nova lei reconhece a existência de uma dívida do Estado à Segurança Social, por incumprimento da actual lei nos últimos 15 anos, e bem assim o princípio do pagamento dessa dívida.

Foi consagrada a possibilidade de desenvolvimento de um regime complementar no sistema público, de subscrição facultativa, afastando-se a exclusividade de que actualmente desfrutam os regimes complementares privados.



Em defesa dos reformados

«O que o CDS de Paulo Portas queria era tirar os «ovos» à Segurança Social, tirar-lhe dezenas e dezenas de milhões de contos das suas receitas anuais e transferi-los para as seguradoras»

«Uma moção de apoio ao Governo porque, pelo tema escolhido pelo CDS-PP, que é na realidade a defesa dos interesses dos grupos financeiros, designadamente os das seguradoras e dos fundos de pensões que dominam a especulação bolsista, a moção nunca poderia ser votada por qualquer força política que defenda uma política de esquerda, isto é, a moção não faz nem nunca quis fazer o pleno dos votos da oposição, pelo contrário quis assegurar a sua divisão.»

«Uma moção de apoio ao Governo também, porque a moção do dr. Portas encaixa como uma luva na despodorada e enganosa campanha da «viragem à esquerda» com que se procura agora salvar o Governo do PS, precisamente quando, devido à natureza essencialmente neoliberal da política que vem seguindo, a sua base eleitoral situada mais à esquerda se afasta do Governo e vem publicamente engrossar o protesto contra a sua política.»

E o Governo agradeceu...

«É um facto que no final o eng. Guterres «saiu a sorrir com um refrescado apoio parlamentar». É que a moção do CDS-PP mereceu os votos de rejeição não apenas do PS como, igualmente, do BE. Porque os deputados do BE quiseram, voluntariamente, deixar-se levar pela publicidade enganosa da direita mais à direita do Parlamento, e dar o seu aval à ideia que o CDS-PP quis propagandear, com o agradecimento interessado e efusivo do PS, de que o Governo está numa de «viragem à esquerda». Por isso que, na sua última intervenção no debate, o Governo, pela voz de Jaime Gama, tenha declarado «bem-vinda tenha sido esta moção de censura» pois, com ela e com a sua votação, «o

Governo acaba a sessão legislativa de forma relativamente confortável». Embora, com confortos destes e continuando a ignorar os «desconfortos» que continua a ter nos campos, nas fábricas, nos lares e nas ruas do País, o Governo também não vá longe...

Naturalmente. Mas foi um pretexto escolhido antecipadamente (já em Março), porque em si mesma esta lei era de grande importância para a tática e a estratégia de Paulo Portas e do seu partido. É uma lei que lhes dói.

Porque não conseguiram fazer vencer os interesses das seguradoras e dos fundos de pensões. E porque ficou à vista o que é, afinal, a alegada «paixão» de Paulo Portas pelos reformados. Paulo Portas, que se tem querido apresentar como o «defensor» dos reformados, não com mensagens facilmente apreendidas mas com mera e perigosa demagogia populista, politicamente precisava que a lei de bases da segurança social fosse aprovada com ele. Para dar «sustentação» a essa demagogia. Mas não só o não conseguiu como deixou claro o que é que ele de facto queria.

Queriu uma Segurança Social selectiva: uma, feita com as seguradoras, para os que têm posses; e outra, deficitária, de pensões pequeninas e modestas para a gente pobrezinha e modesta.

Queriu tirar à Segurança Social de que os reformados dependem as fatias mais apetitosas dos seus rendimentos, para as entregar aos grupos financeiros e alimentar a especulação bolsista com os dinheiros que devem garantir as pensões de reforma dos portugueses. Com isso impedindo, de facto, qualquer aumento das actuais pensões — cuja concretização, aliás, não foi consagrada no OE porque o Governo não o quis, o que não impediu a sua viabilização pelo CDS-PP. E, mais do que isso, inviabilizando a própria capacidade de pagamento das actuais baixas pensões de reforma. Com o estabelecimento dos tectos contributos máximos do CDS-PP teríamos, agora sim e a curto prazo, a insolvência da Segurança Social.

Pode dizer-se então que a lei da segurança social foi um pretexto?

«Naturalmente. Mas foi um pretexto escolhido antecipadamente (já em Março), porque em si mesma esta lei era de grande importância para a tática e a estratégia de Paulo Portas e do seu partido. É uma lei que lhes dói.»

Porque não conseguiram fazer vencer os interesses das seguradoras e dos fundos de pensões. E porque ficou à vista o que é, afinal, a alegada «paixão» de Paulo Portas pelos reformados. Paulo Portas, que se tem querido apresentar como o «defensor» dos reformados, não com mensagens facilmente apreendidas mas com mera e perigosa demagogia populista, politicamente precisava que a lei de bases da segurança social fosse aprovada com ele. Para dar «sustentação» a essa demagogia. Mas não só o não conseguiu como deixou claro o que é que ele de facto queria.

Queriu uma Segurança Social selectiva: uma, feita com as seguradoras, para os que têm posses; e outra, deficitária, de pensões pequeninas e modestas para a gente pobrezinha e modesta.

Queriu tirar à Segurança Social de que os reformados dependem as fatias mais apetitosas dos seus rendimentos, para as entregar aos grupos financeiros e alimentar a especulação bolsista com os dinheiros que devem garantir as pensões de reforma dos portugueses. Com isso impedindo, de facto, qualquer aumento das actuais pensões — cuja concretização, aliás, não foi consagrada no OE porque o Governo não o quis, o que não impediu a sua viabilização pelo CDS-PP. E, mais do que isso, inviabilizando a própria capacidade de pagamento das actuais baixas pensões de reforma. Com o estabelecimento dos tectos contributos máximos do CDS-PP teríamos, agora sim e a curto prazo, a insolvência da Segurança Social.

Com «amigos desses, quem precisa de inimigos?»

«Os reformados, a quem Paulo Portas agora trata por «velhinhos», percebem isso bastante bem. Eles sabem, para usar uma expressão popular, que não se fazem omeletes sem ovos. Ora, o que o CDS de Paulo Portas queria era tirar os «ovos» à Segurança Social, tirar-lhe dezenas e dezenas de milhões de contos das suas receitas anuais e transferi-los para as seguradoras. Mas só transferia as receitas, não transferia nenhuma despesa da Segurança Social. O que significava que a Segurança Social passaria a ter menos dinheiro e as mesmas responsabilidades. E, com menos dinheiro, não haveria nenhuma «omeleta», não haveria nenhuns aumentos das reformas.»

O CDS-PP e o seu presidente, deixaram assim cair a máscara e mostraram que não são os defensores dos reformados que dizem ser, são apenas e tão só os «campeões» das Seguradoras e dos Fundos de Pensões privados!

E quanto à posição do PCP?

«Quanto à posição do PCP no debate desta moção, fomos claros na Assembleia da República.»

«Estamos vacinados contra a demagogia sem freio e o populismo indecoroso. E não estamos condicionados na apreciação que fazemos da política do Governo por nenhuma razão, nem por nenhum processo, incluindo por nenhum processo legislativo.»

Somos oposição de esquerda ao Governo. Criticamos com clareza as políticas de direita do Governo, no que toca à submissão aos interesses dos grandes grupos económicos, de que é exemplo gritante a complacência e a forma comprometida com que o Governo está a pactuar com o grupo Mello no caso Lisnave. Como no que toca à desvalorização dos estatutos dos trabalhadores e da dignidade do trabalho, à desgraçada política de saúde, à profunda penalização a que

estão sujeitas as famílias portuguesas. Como, ainda, no que toca à capitulação do Governo na União Europeia perante o crescente «federalismo» dos grandes, à submissão à NATO e à sua política militarista, e em tantos outros sectores e domínios.

Mas, assim como nos opomos à política de direita do Governo, assim como apoiamos as lutas e protestos que crescem no país contra esta política e que tiveram expressão maior nas manifestações de 23 de Março em Lisboa e de 19 de Junho no Porto, assim também desenvolvemos, na Assembleia da República e em todos os espaços onde isso é possível, a apresentação e defesa de propostas concretas de acordo com a perspectiva que assumimos, como força de esquerda, para a garantia dos interesses do povo e do país.

Há exemplos vários bem recentes...

«Foi o que fizemos, por exemplo, com a defesa dos cidadãos face aos impactos do aumento dos preços dos combustíveis, com a defesa da baixa das tarifas de electricidade ou com a luta pela reposição das bonificações ao crédito para aquisição de habitação própria. Ou, ainda, com as propostas de aumento

do salário mínimo e das pensões de reforma, com o programa de redução dos gastos com medicamentos ou com o reforço das medidas de protecção às mulheres vítimas de violência.»

Foi o que fizemos com a Lei de Bases da Segurança Social. Com a certeza de que as posições que defendemos são as que, no quadro político actual, melhor correspondem aos interesses da grande maioria dos portugueses, são as que defendem os diferentes regimes e prestações a que o sistema público de segurança social está vinculado, são as que garantem os interesses dos actuais reformados e das futuras gerações de reformados e asseguram o aumento sustentado das pensões degradadas.

O PCP optou pela abstenção. Porquê?

«Porque foi uma moção das Seguradoras e contra os reformados, ela merecia o nosso voto contra, sobre isso não me restam dúvidas. Mas votar contra ela, em conjunto com o PS e de acordo com os desejos do Governo, seria, simultaneamente, dar acolhimento e credibilidade à tese fraudulenta de que o CDS-PP quis vender, de que o Governo tinha entrado numa de «viragem à esquerda», assim rea-

lizando o Governo do eng. Guterres aos olhos dos trabalhadores e branqueando a sua política de direita nas orientações globais. Por isso, e porque o regimento da Assembleia nos obriga a votar, a opção da Comissão Política por um voto de abstenção. Aliás, na verdade e bem vistas as coisas, porque foi uma moção ditada pela luta na ocupação do espaço da direita portuguesa, a moção não era merecedora de voto nenhum. Foi mais uma treta do «rei das tretas» Paulo Portas, que nesta altura já estará a engendrar outra para estuporar as férias de Durão Barroso.»

De qualquer modo, do que o eng. Guterres pode estar certo é que pode continuar a contar com a oposição firme e combativa do PCP à política neoliberal do seu Governo.

Do mesmo modo que estou certo que o PCP continuará a não descurar qualquer hipótese de contribuir activamente para a realização de reformas com sentido e orientações positivas para os trabalhadores e para os portugueses. Na Segurança Social como na Toxicoddependência. Na fiscalidade como no Serviço Nacional de Saúde ou na Justiça. Por exemplo.

A reforma do Parlamento

• João Amaral

A Assembleia da República debateu no passado dia 27 de Junho um conjunto de iniciativas procedentes do PCP, PS e PSD, em torno do que se convencionou designar como a «reforma do Parlamento». O debate serviu para uma descarada operação de marketing do Partido Socialista, que apresentou uma molhada de iniciativas (até as reuniu num livro!) só para esconder que durante um ano boicotou a actividade de um grupo de trabalho, nomeado pelo presidente da Assembleia da República para estudar soluções para os problemas da vida parlamentar. Por isso, e muito bem, o nosso camarada António Filipe, intervindo em nome do Grupo Parlamentar do PCP, qualificou

O primeiro é o reforço dos mecanismos ao dispor da Assembleia para fiscalização política do Governo e da Administração Pública. Insere-se neste objectivo a criação da figura das «perguntas ao Primeiro-Ministro», que na proposta do PCP iria uma vez por mês ao Parlamento, não para fazer declarações com os Deputados a ouvirem, mas sim para se sujeitar às perguntas livres dos Deputados. Também as sessões de perguntas ao Governo, que hoje são uma rotina sem significado, passariam a ser temáticas, isto é, centradas num ministro e seus secretários de Estado. Realizando-se quinzenalmente, estas sessões permitiriam escalpelizar a política de cada Ministério.



Ainda com este primeiro objectivo, propomos que os altos funcionários da Administração Pública sejam chamados às Comissões, sem que os respectivos membros do Governo se possam opor. O segundo grande objectivo do PCP é o de criar uma maior relação do Parlamento com os cidadãos. Por isso, propomos a revisão da Lei das Petições, alargando o leque das que devem ser discutidas em Plenário (a partir de mil petiçãoários, essa discussão seria obrigatória) e permitindo que haja deliberações sobre a petição, para não suceder o que hoje sucede, em que o debate não tem conclusão e os petiçãoários saem da Assembleia com as mãos a abanar. Também o PCP propôs a adopção da possibilidade de os cidadãos apresentarem projectos de lei, através de um número limitado de subscritores e obrigando a Assembleia a votar o projecto.

como «burla» a acção do PS.

Na realidade, as propostas que o PS apresenta são o caminho para uma maior governamentalização do Parlamento, para maior burocracia e para mais umas resmas de papel inútil. É curioso aliás que o PS, que apresenta propostas como mais funcionários e Internet e mais «livros verdes» e relatórios feitos em «colaboração» com o Governo, não tenha apresentado no pacote inicial (reproduzido no livro) qualquer proposta de alteração ao Regimento da Assembleia, onde estão as questões essenciais do seu funcionamento. Só já à beira do debate é que o PS entregou na Mesa um texto, onde, num acto de puro proxenetismo, se apropria das observações que o presidente Almeida Santos e um grupo de Deputados fizeram ao Regimento e às propostas de alteração apresentadas na legislatura anterior.

O descrédito desta desleal e burlesca operação do PS é tal que esse texto faz referência a propostas que não foram apresentadas agora, tem «sugestões» em vez de propostas, abunda em comentários sem consequências, etc. É um caso de absoluta falta de pudor.

Propostas do PCP Dois objectivos

Isto é assim por o PS achar que o actual Regimento está bem. Mas não está, como o prova o conjunto de propostas apresentadas pelo PCP, já há uns meses, na sequência das Jornadas Parlamentares que organizou em Guimarães. Os objectivos do PCP nas iniciativas que apresentou guiam-se por dois grandes objectivos.

Um Parlamento eficaz

Estes dois grandes objectivos das propostas do PCP significam o seu entendimento da importância determinante da existência de um Parlamento eficaz. Mas a eficácia de um Parlamento não se mede pela produção de leis a esmo. Mede-se pela sua capacidade de ligação aos problemas do país e dos cidadãos. Mede-se pelo exercício das suas competências de forma livre, isto é, não subordinada aos interesses dos lobbies, dos grupos económicos, ou dos interesses directos do Governo. Mede-se também pelo exercício eficaz das suas competências em relação a outros órgãos do Estado, particularmente a capacidade de efectiva fiscalização do Governo.

O que torna a questão da reforma do Parlamento uma questão política de grande dificuldade de resolução é o facto de a imagem do Parlamento não poder ser retocada no exterior. Para ganhar credibilidade, o Parlamento teria de ser constituído por Deputados que prezassem acima de tudo três coisas: respeitar os compromissos assumidos para com o eleitorado nas campanhas eleitorais; estabelecer uma relação permanente com o eleitorado, ouvindo os seus problemas e levando-os à acção parlamentar; assumir elevados padrões éticos de conduta pessoal.

Se fosse assim (e é assim que os Deputados do PCP procuram agir), a imagem do Parlamento seria substancialmente diferente.



Primeira greve dos inspectores de Trabalho

Durante segunda e terça-feiras, os inspectores de Trabalho estiveram em greve, com muito elevada adesão, e paralisaram praticamente a actividade inspectiva dependente do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho.

Dos 250 inspectores em condições de aderir à greve, apenas 35 trabalharam, disse à Agência Lusa o presidente da Associação Portuguesa dos Inspectores de Trabalho. De acordo com Luís Simões, das 29 delegações regionais do IDICT, 15 estiveram paradas, em sete a adesão ultrapassou os 75 por cento, em quatro superou os 50 por cento e noutras três não chegou aos 50 por cento. Nas delegações de Lisboa e do Porto a paralisação atingiu, respectivamente, 80 e 97 por cento.

Os inspectores de Trabalho reivindicam uma reestruturação da carreira que lhes reval-

orize significativamente os índices remuneratórios e que tenha em conta as suas habilitações académicas e a sua formação profissional. Queixam-se ainda da degradação do estatuto profissional, que consideram inadequado à importância da missão da Inspecção Geral do Trabalho, às crescentes exigências da profissão e ao elevado nível de qualificação do corpo inspectivo.

A APIP espera que o Governo interprete devidamente o resultado desta greve e lhe envie até ao final da semana um projecto de revisão de carreira que dê resposta às aspirações dos inspectores.

Esta foi a primeira greve dos inspectores de trabalho, convocada pela Federação dos Sindicatos da Função Pública e coordenada totalmente pela associação profissional.

Vicente Merendas em Leiria

No distrito de Leiria verificou-se uma crescente deterioração da qualidade do emprego, particularmente os seus elevados níveis de precariedade e de ilegalidade, o que se traduz em consequências sociais graves.

A denúncia foi feita num encontro de dirigentes da USL/CGTP e de diversos sindicatos com o deputado comunista Vicente Merendas, realizado no dia 3. Foram apontados vários exemplos, no sector químico (as empresas Mapkey e Planeta Plásticos, de Leiria, e Promol, de Caldas da Rainha), no sector vidreiro (Santos Barosa, da Marinha Grande, e Atlantis, de Alcobaça), no comércio (Pingo Doce, Feira Nova, Modelo e Continente), na hotelaria e turismo, nos transportes rodoviários, na Administração Pública (designadamente na Saúde e na Educação).

O encontro, realizado por solicitação do grupo parlamentar comunista, teve como objectivo fazer o balanço das iniciativas do PCP na área laboral na presente legislatura. Vicente Merendas confrontou as posições assumidas pelos comunistas com as dos restantes partidos na Assembleia da República.

Os sindicatos levantaram várias questões que afectam os trabalhadores, relativas fundamentalmente ao alastramento da precariedade nas relações laborais. A luta pelo emprego com direitos foi considerada de grande actualidade.

No distrito de Leiria um número significativo de empresas tem um índice de precariedade elevado, alimenta uma cultura de não cumprimento da legalidade democrática, incentiva actividades produtivas assentes em baixos salários e na fra-

qualidade dos empregos, com pesados custos em termos de sinistralidade laboral.

Verifica-se um crescimento da contratação a prazo ilegal, para postos de trabalho permanentes, bem como uma proliferação crescente do trabalho temporário e o afastamento dos trabalhadores efectivos com pouco mais de 50 anos de idade, utilizando vários meios para serem substituídos por contratados em regime precário.

Prolifera o trabalho clandestino em diversos sectores, nomeadamente a construção civil e obras públicas

Os direitos materiais e sociais dos trabalhadores são violados, sem que se verifique uma intervenção eficaz da parte da Inspecção Geral do Trabalho.

Calçado

Num requerimento entregue na semana passada na AR, Vicente Merendas questiona o Ministério do Trabalho acerca das medidas que o Governo tenciona tomar face à grande discriminação salarial que se verifica no sector do calçado, onde as tarefas tradicionalmente desempenhadas por mulheres estão enquadradas num grupo com salários que são entre 10 e 12 contos menores.

O deputado comunista, salientando a importância da indústria do calçado no distrito de Aveiro e na economia nacional, pretende ainda saber como vai o Governo actuar face a cerca de 60 empresas, que ainda não cumprem o horário máximo semanal de 40 horas, bem como perante o aumento do subemprego, através do cada vez mais frequente recurso ao trabalho ao domicílio e à peça.

Modelo privado avança sem avaliação, sem discussão e sem respeito pelas exigências legais

Chegámos ao Barlavento?

Sindicatos de médicos, enfermeiros, paramédicos e administrativos contestam a decisão de entregar o Hospital do Barlavento algarvio à gestão privada.

A ausência de uma avaliação ao Hospital de Santa Maria da Feira, antes do alargamento do seu estatuto jurídico a outras unidades, merece fortes críticas dos sindicatos do sector, que acusam ainda a tutela de não respeitar as obrigações previstas na Lei da Negociação Colectiva.

O novo estatuto jurídico para o Hospital do Barlavento algarvio – aprovado em Conselho de Ministros a 29 de Junho – institui um sistema de gestão em moldes empresariais, semelhante ao já existente em Santa Maria da Feira, mas sem que este tenha sido objecto de qualquer avaliação, o que contra-

ria o compromisso assumido pelo Ministério da Saúde.

Ao introduzir o novo modelo de gestão, o Governo criou uma comissão de acompanhamento da experiência no Hospital de Santa Maria da Feira, mas esta nunca chegou a funcionar. Quanto à avaliação, os sindicatos afirmam que também não foi feita ou, se foi, dela não resultou qualquer informação pública (a dúvida levantou-se depois de o presidente da Administração Regional de Saúde do Algarve ter contestado a acusação sindical).

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, a Federação Nacional dos

Médicos, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e o Sindicato dos Técnicos Paramédicos realizaram terça-feira uma conferência de imprensa conjunta, condenando esta apressada abertura dos hospitais à iniciativa privada e ameaçando recorrer a formas de luta, nomeadamente a greve, se a ministra persistir em tal orientação.

Em comunicado subscrito por aquelas estruturas e também pela União dos Sindicatos do Algarve, na semana passada, reafirma-se a contestação à decisão do Governo e a necessidade de avançar com acções de esclarecimento e de promoção da discussão pública que o executivo não quis fazer, junto das populações e utentes, dos

trabalhadores e das autarquias.

Os representantes dos profissionais do sector da Saúde criticam a prioridade dada por Manuela Arcanjo à alteração do estatuto jurídico dos hospitais públicos (passando-os a empresas públicas com gestão empresarial), em prejuízo de medidas, inclusivamente aprova-

das na anterior legislatura, que contribuiriam para melhorar as condições de trabalho e a qualidade dos cuidados prestados pelo Serviço Nacional de Saúde. O novo estatuto, acusam, tornará mais precários os vínculos laborais, desresponsabiliza as administrações hospitalares e impossibilita a avaliação.

O Governo quer alargar aos hospitais públicos o negócio da Saúde

Pais e trabalhadores recusam fecho dos infantários da PT

No final de Agosto, a Portugal Telecom pretende encerrar os infantários de Lisboa e Porto, actualmente frequentados por cerca de

200 crianças, destruindo um serviço social criado em 1969 e contrariando o decreto-lei que criou a PT e no qual ficou expressa a garan-

tia de todos os direitos adquiridos e a harmonização das condições de trabalho.

Em conferência de imprensa, realizada segun-

da-feira à tarde junto ao infantário de Lisboa, na Rua Andrade Corvo, a Comissão de Trabalhadores da PT e a comissão de pais daquele estabelecimento reafirmaram a sua disposição de contrariar a decisão de Murteira Nabo, avançando com uma providência cautelar e admitindo outras acções. Para aquelas estruturas representativas, a ofensiva contra os infantários ilustra a atitude prepotente e a falta de diálogo da administração da PT, mas também a falta de empenhamento político do Governo em concretizar, numa empresa que tutela, os discursos onde dá importância à promoção da igualdade e à conciliação do trabalho com a vida familiar.

A CT, os sindicatos e a comissão de pais levaram já o caso ao parlamento e promoveram outras iniciativas públicas em defesa dos infantários, salientando que a PT é altamente lucrativa.



À força dos cifrões opõe-se a determinação de continuar a luta

Carvalho da Silva em Coimbra Crises para «sacar»

Muitas das crises anunciadas pelas empresas são situações empoladas para «sacar» mais dinheiro ao Estado, acusou segunda-feira Manuel Carvalho da Silva.

O secretário-geral da CGTP falava em Coimbra, num plenário de trabalhadores, onde denunciou a existência de «sintomas graves, em todo o País, de situações que invocam um cenário de crise bem explorado por interesses financeiros, usando os trabalhadores como factor de

pressão», argumentou Carvalho da Silva, citado pela Agência Lusa.

«Os cenários de crise são montados pelos senhores do capital, cada vez mais, para sacar dinheiro ao Estado e manter baixos os salários aos trabalhadores», sustentou, revelando que, há duas semanas, alertou o primeiro-ministro para a multiplicação de crises artificiais em todo o País, que podem ter como pior consequência a criação de um clima de instabilidade social,

pelos senhores do capital. Para Carvalho da Silva, as alegadas situações de crise têm de ser analisadas caso a caso e detectando as empresas onde não houve capacidade de gestão nem para enfrentar os problemas. Se tivesse poder para isso, o sindicalista admite que entregaria o Prémio Nobel da Economia ao economista que, «com todo o rigor científico, fosse capaz de provar quais as verdadeiras situações de crise e as que são empoladas». A dificuldade é

agravada por haver alguns sectores, como o têxtil, que «já nos habituaram a, ciclicamente, cenários de crise».

Aos cerca de 150 trabalhadores de várias empresas do concelho de Coimbra presentes no plenário, Carvalho da Silva reafirmou a necessidade de manter uma permanente pressão reivindicativa para defender a qualidade do emprego e melhores condições de vida, como factor de modernização das empresas e da sociedade.

Sardinha

A recusa dos armadores a pararem a frota para a realização de acções de formação e a falta de resposta do Governo foram abordadas anteontem à noite na Lota de Matosinhos, num plenário convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte. António Macedo, do Sindicato da Pesca do Norte, adiantou à Lusa que o objectivo do plenário é ouvir as opiniões dos pescadores sobre o actual processo, depois daquela recusa dos armadores e de o secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, ter desmarcado uma reunião agendada para terça-feira, pedindo mais algum tempo para encontrar soluções.

O sindicato espera a marcação de nova data, mas alerta que «quem espera desespera», sublinhando que «esta é uma situação comparada a um estado de emergência e deveria ser encarada pelo Governo como tal». Os armadores da pesca do cerco decidiram há cerca de uma semana aceitar as propostas iniciais de José Apolinário, mas recusaram a paragem da frota por 15 dias, rotativamente, propondo em alternativa que a formação se realizasse durante a semana, a partir das 21 horas, passando as embarcações a ir para o mar à uma da manhã. Desde logo o sindicato alertou para a necessidade de respeitar descansos mínimos dos pescadores e de encontrar horários de formação que não fossem desmotivadores.

Pransor

Nas áreas de serviço concessionadas à Pransor os trabalhadores recebem salários que são inferiores, em cerca de 12 a 15 contos, aos que são praticados por empresas congéneres. A Pransor também não paga o subsídio de trabalho nocturno, denunciaram os sindicatos da Hotelaria do Norte, Centro e Sul, que desde o final de Junho realizaram acções de protesto nas estações de serviço, com distribuição de folhetos aos clientes, protestando contra a posição da empresa; contrariando a posição assumida em negociações, a associação patronal ARESP veio recusar a assinatura, para publicação oficial, do contrato colectivo de trabalho do sector (alargando às áreas de serviço o âmbito de aplicação do contrato das cantinas e refeitórios), numa cedência às exigências da Pransor, acusam os sindicatos e a Fesah/CGTP. As acções foram realizadas nas áreas de serviço de Aveiras, Palmela, Leiria e Águas Santas (Maia), entre 29 de Junho e 6 de Julho. A Pransor tem cerca de 400 trabalhadores e explora ainda as áreas de serviço de Antuã e Ceide.

Dia de luta na Administração Subam os salários

A acção foi convocada para mostrar o descontentamento face a uma política que privilegia o grande capital, à custa dos rendimentos dos trabalhadores.

«Sobem os combustíveis, as taxas de juro, o gás, os bens de primeira necessidade... só não sobem os salários dos trabalhadores, só não se revalorizam as carreiras profissionais dos trabalhadores da Administração Local», sintetizava o STAL, alertando a comunicação social para o significado do dia nacional de luta convocado para ontem e que levou à realização de plenários, concentrações, vigílias e outras manifestações.

Entre outras reivindicações, os trabalhadores das autarquias exigem do Governo um aumento intercalar dos salários em 3 por cento, com a garantia de que ninguém terá uma subida inferior a 3 mil escudos. Pretendem também que a progressão nos escalões seja feita cada 3 anos, para todos. Exigem que seja imediatamente publicado o suplemento de insalubridade, penosidade e risco, conforme compromisso do Governo.

Em todas as regiões, o STAL preparou a distribuição de comunicados à população. Anteontem, estava confirmada a realização de plenários nas câmaras municipais de Mangualde, Viseu e Mortágua; de Lagoa e Lagos; de Braga (também nos Transportes Urbanos de Braga, na Agere e nos SMAS de Guimarães); de Abrantes, Tomar e Santarém (também nos Serviços Municipalizados).

Frente à Assembleia Regional da Madeira

O aumento intercalar deve ser, no mínimo, de três contos

decorreria uma concentração, com posterior entrega de um documento ao ministro da República.

Para o Jardim Público de Beja foi marcado um plenário público, com dirigentes, delegados e activistas sindicais dos 3 distritos alentejanos, que depois iriam entregar um documento ao governador civil.

Bombeiros

Em Lisboa, a iniciativa de maior vulto, convocada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, foi a concentração nacional de bombeiros profissionais, frente ao Ministério da Administração Interna, no seguimento do plenário realizado a 28 de Junho, na Casa do Alentejo.

Os bombeiros reclamam do Governo a abertura de «negociações sérias» com os sindicatos representativos da classe, com o



A melhor garantia para os trabalhadores é persistirem na luta (foto de arquivo)

objectivo de criar uma carreira única, revalorizando o actual regime. Exigem também o pagamento do adicional de 2 por cento previsto num ofício-circular de 10 de Dezembro passado, a imediata regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, a generalizada aplicação do suplemento de disponi-

bilidade permanente e a criação de uma Academia Nacional do Fogo para uma formação profissional condigna e adequada — refere um comunicado conjunto dos dois sindicatos.

As concentrações frente ao MAI deverão prosseguir hoje e amanhã, também entre as 10 e as 17 horas.

Tribuna em Setúbal

Para ontem, a União dos Sindicatos de Setúbal convocou uma «tribuna pelos salários e o emprego», na Avenida Luísa Todi, com a participação do secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva, e de sindicalistas de diferentes sectores e empresas do distrito.

Com esta iniciativa, a USS pretendeu realizar um balanço da situação laboral e social, com enfoque nas questões dos salários e do emprego, confrontando as promessas do Governo com a realidade e avaliando os

resultados obtidos pela luta dos trabalhadores. A Comissão Executiva da USS inclui ainda, entre os objectivos da «tribuna», a análise da acção sindical após o período de férias.

Cerca das 16 horas, os participantes na «tribuna» e trabalhadores das autarquias locais (no quadro do dia nacional de luta convocado pelo STAL) deveriam concentrar-se junto do Governo Civil, para fazer entrega de documentos com as suas propostas e reivindicações.

Grande vitória na EDP

As listas unitárias obtiveram uma expressiva vitória nas eleições para as comissões de trabalhadores da EDP Distribuição e da Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade. O acto eleitoral decorreu a 8 de Junho e a posse dos eleitos foi marcada para ontem.

Na CPPE, onde tradicionalmente a lista unitária ganhava por uma margem de votos que lhe garantia 6 eleitos, restando 5 para a lista conotada com o PS, os trabalhadores deram agora 781 votos à lista A e 339 votos à lista B, aumentando aquela diferença para 8-3. A lista C, do PSD, obteve 81

votos e não elegeu nenhum representante para a CT.

A lista unitária venceu nos escritórios de Lisboa e do Porto, em dez centrais hidráulicas (num total de onze) e em todas as centrais térmicas.

Na EDP Distribuição (empresa que resultou da recente fusão de 4 empresas do grupo), a eleição da CT abrangeu todo o Continente, funcionando 150 mesas de voto; a lista unitária (A) venceu em 107 mesas, conquistando 8 mandatos com 3563 votos. A lista B (identificada com o PS e a UGT) obteve 1537 votos, que lhe deram 3 lugares na CT.

A lista unitária venceu também as eleições para a maioria das subcomissões de trabalhadores.

Um responsável do organismo do Sector Público da Organização Regional de Lisboa do Partido salientou ao «Avante!» o relevante significado político destas vitórias, que mostram como os trabalhadores reforçaram a sua confiança naqueles que sempre se opuseram à privatização da EDP e que sempre se empenharam em acções de luta na defesa dos interesses dos trabalhadores. Apontou, a propósito, a luta do pessoal das centrais térmicas e a

posição das estruturas da CGTP na negociação do Acordo Colectivo de Trabalho do grupo EDP.

CM Cascais

Também os trabalhadores da Câmara Municipal de Cascais reforçaram a confiança no trabalho desenvolvido pelos elementos da lista unitária à frente da Comissão de Trabalhadores. Nas eleições de 30 de Junho, a que não se apresentou qualquer outra lista, a proposta unitária recolheu 343 votos, mais cem do que no acto eleitoral de há dois anos.

Rodoviária de Lisboa

Uma greve de 9 horas, convocada para ontem, foi a primeira resposta dos trabalhadores da Rodoviária de Lisboa ao encerramento das negociações de revisão do acordo de empresa, na segunda-feira, sem que a administração aceitasse as propostas que permitiriam um entendimento com os sindicatos. Segundo a Festru/CGTP, o acto de gestão que a administração se prepara para aplicar não prevê que o AE passe a vigorar a partir de Janeiro de cada ano, não altera o regime de diuturnidade nem cria anuidades, e prevê uma actualização salarial média de 3,5 por cento, considerada insuficiente face aos valores acordados noutras transportadoras e face ao aumento do custo de vida. Em plenários, durante a greve, nas estações de Sacavém, Santa Iria, Bucelas, Tojal, Caneças e Odivelas, os trabalhadores iam analisar a situação e definir os contornos de prosseguimento da luta.

Professores de Viseu

Uma concentração hoje à tarde, na Escola Superior de Educação de Viseu, foi convocada pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, no momento em que decorrem as candidaturas para 225 vagas de acesso a cursos de complemento de formação, num distrito onde há mais de 4 mil docentes que necessitam de realizar formação complementar. Os titulares do grau de bacharelato exigem que lhes seja dada possibilidade de realizar aqueles cursos, que lhes confirmem o grau académico previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo, explica o SPRC, numa nota de imprensa em que acusa o Ministério da Educação de manter posições muito distantes das reivindicações dos professores e de ser o principal responsável pelo facto de a Educação estar transformada num grande e lucrativo negócio.

Metalúrgicos no Pombal

Uma greve na Hydro Manuel Ferreira, desde as zero horas de ontem e por um período mínimo de 24 horas, foi convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria, cuja direcção reuniu na semana passada no Pombal. A greve pode prolongar-se por decisão dos trabalhadores. O sindicato decidiu prosseguir, até final de Agosto, as paralisações de uma hora, todas as terças e quintas-feiras, nos Estaleiros Navais do Mondego, marcando desde já um plenário para a primeira semana de Setembro. Na Tomé Feteira, onde foi anunciada a regularização do pagamento dos salários após a convocação de um plenário, foi decidido manter a mobilização dos trabalhadores e reagir prontamente caso volte a ocorrer algum atraso.

LISBOA

Estranho desconhecimento

Na sua sanha privatizadora, o Governo disponibilizou-se para pôr a Petrogal sob o domínio da transnacional ENI, avançando a administração da Petrogal e o Governo para a chamada «reestruturação» da GALP, cuja concretização passa pela extinção de centenas de postos de trabalho.

Os trabalhadores entrevistaram, então, junto dos órgãos de soberania, tendo a Assembleia da República condenado a reestruturação. Por seu lado, quer o Gabinete do primeiro-ministro quer o do secretário de Estado adjunto do ministro da Economia afirmaram desconhecer o fundamental da «reestruturação» que, pelos vistos, é apenas do conhecimento do ministro Pina Moura e da administração da Petrogal.

Face à situação, a célula do PCP na Petrogal afirma que, a não haver retrocesso nesta reestruturação, os trabalhadores analisarão novas formas de luta em defesa dos seus direitos e da empresa.

SETÚBAL

Ainda a Lisnave...

A Concelhia de Setúbal do PCP debruçou-se sobre o caso Lisnave, empresa de que dependem mais de 10 mil famílias e que o Governo PS, desde 1997, tratou de forma aligeirada. Não só subsidiou o Grupo Mello em mais de 600 milhões de contos, sem acautelar a sua aplicação, como ignorou a intenção manifestada, em Dezembro, pelo Grupo de alienar os seus interesses no sector naval, o que fez, passando 68,3% do capital da Lisnave para dois armadores da sua confiança e ficando, assim, com «um pé dentro e outro fora» do sector.

Solidário com os trabalhadores, o PCP exige do Governo medidas urgentes para estabilizar o funcionamento da empresa e o apuramento integral da utilização dada aos dinheiros públicos nela investidos.

VISEU

Ministro ou cidadão?

A Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP quer saber em que qualidade o ministro Ferro Rodrigues se deslocou recentemente a Tarouca, já que, enquanto Ferro Rodrigues agradecia publicamente à Federação Socialista e aos deputados do PS o convite, já o presidente da Câmara Municipal de Tarouca havia anunciado a «visita oficial» ao concelho do ministro da Solidariedade.

Uma vez que o convite dirigido a diversas personalidades referia também um «jantar oferecido por Sua Excelência o ministro do Trabalho e da Solidariedade», a seguir à sessão solene no Salão dos Bombeiros de Tarouca, o PCP quer ainda que o PS e o Governo esclareçam quem custeou o jantar oferecido a várias centenas de pessoas.

AVEIRO

Hospital encerra unidade

Depois do encerramento da urgência de Pediatria, é, este mês, a vez de, por falta de pessoal médico, encerrar a Unidade de Cuidados Intensivos do Serviço de Cardiologia, conforme já foi confirmado pelo director do Hospital, denuncia a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP.

Entretanto, o Ministério da Saúde «continua a recusar a aprovação de um novo quadro de pessoal» do Hospital, prejudicando os utentes, trabalhadores e profissionais da saúde, diz o PCP, estranhando também o silêncio da Câmara Municipal de Aveiro em relação ao assunto e exigindo do Ministério da Saúde decisões extraordinárias que impeçam o encerramento de qualquer especialidade e a aprovação de um novo quadro de pessoal para o Hospital de Aveiro, adequado às necessidades da população.

PAREDES

Uma gestão abusiva

A Comissão Concelhia de Paredes do PCP analisou a situação política e autárquica, concluindo pela utilização abusiva por parte do PSD da actividade autárquica, visando a promoção de «candidatos-sombra» nas freguesias em que não tem maioria.

Na opinião da concelhia do PCP, o actual executivo exige uma oposição que não se verifica por manifesta incapacidade dos vereadores do PS e do PP, frequentemente ausentes das reuniões camarárias, com intervenção «diminuta» e que facilmente se demitem de responsabilidades, como foi o caso recente de dois vereadores do PS, cujo mandato suspenderam por razões de ordem «pessoal e profissional», que o seu partido não explicou.

Falta, pois, «uma verdadeira alternativa» à gestão PSD, que os comunistas se manifestam dispostos a protagonizar.

PCP/Açores apresenta propostas para resolver os problemas da região

Do resultado das eleições dependem as medidas a tomar

Em conferência de imprensa, o coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, enunciou as propostas do seu partido para a resolução dos principais problemas da região e, reiterando a disponibilidade da CDU para, após as eleições, viabilizar «governos democráticos de mudança», afirmou que fará do enquadramento do processo de reconstrução uma matéria central nas negociações a realizar.

Isto porque, dois anos depois do terramoto que afectou gravemente o Faial, várias zonas do Pico e alguns lugares de São Jorge, a reconstrução continua mal dirigida e mal orientada. Daí que, em Junho, por proposta da CDU/Faial, a Assembleia Municipal da Horta tenha aprovado uma importante moção a reclamar um novo caminho para a reconstrução.

Esse caminho passa pela nomeação de um governante cuja responsabilidade principal seja esta questão; pela criação de um Fundo de Reconstrução, integrado no Orçamento da Região Autónoma dos Açores, e de duas Comissões de Apoio, uma para o

Faial e outra para o Pico, da responsabilidade do referido governante; pela clarificação dos pontos legais de interpretação duvidosa; e pela elaboração de um quadro legislativo mais largo para os apoios aos casos ainda não previstos na legislação em vigor.

Em relação ao sector das pescas, de grande importância económica e social e o que mais pode contribuir para o desenvolvimento regional, o PCP entende que o Governo Regional não mostrou vontade nem capacidade para enfrentar os respectivos problemas. Assim, independentemente das medidas de fundo para colocar a pesca local, costeira e do largo no lugar que lhe é

próprio na economia, o PCP defende algumas intervenções e medidas imediatas que poderão abrir «um caminho de desenvolvimento, de justiça e de equidade para quem trabalha no mar».

Entre essas medidas, destaca-se o cumprimento da Recomendação da Assembleia Legislativa Regional no que respeita ao pagamento de compensações aos pescadores do atum pela má safra de 1999; a redução do preço do gasóleo de 67\$00 para 45\$00/litro; o pagamento das compensações previstas no Poseima respeitantes à captura de espécies de fundo; a revogação da portaria que autoriza a pesca com trolley até 1 milha da costa.

Eleições na mira

José Decq Mota considera também um «escândalo» que esteja ainda por pagar o complemento de pensão aprovado em Novembro pela Assembleia Legislativa Regional e que haja ainda serviços que não processaram a remuneração complementar estabelecida.

Na opinião do PCP, o Governo Regional está a ten-

tar «manipular» os reformados, pensionistas e funcionários, retardando o cumprimento da lei de forma a fazer recair o respectivo pagamento em momento mais próximo das eleições.

Entretanto, «é necessário que se saiba» que o Governo Regional e o PS não aprovaram o Complemento de Pensão de 6.000\$00 para as pensões inferiores ao salário mínimo, defendendo para as pensões mais baixas um complemento de mil e poucos escudos e, por outro lado, que a proposta do PCP, aprovada por toda a oposição, prevê o pagamento do complemento de pensão a partir de 1 de Janeiro de 2000.

Por fim, o PCP exige que se processe integralmente a Remuneração Complementar e se fiscalize o cumprimento da aplicação do Complemento Regional ao Salário Mínimo Nacional.

Não se trata de propostas novas, diz o PCP, mas continuam urgentes e de inteira validade. E como este ano há eleições, os açorianos devem tomar consciência que dos seus resultados dependerão as medidas a tomar.



PCP recebe MNE angolano

Uma delegação do PCP, dirigida pelo seu secretário-geral, Carlos Carlos, e integrando Albano Nunes, membro do Secretariado, e Manuela Bernardino, da Comissão Central de Controlo, recebeu, na sexta-feira, no Cen-

tro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, João Miranda, que, acompanhado de importante comitiva, se encontrava em Portugal em visita oficial.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Albino Carreira

Com 69 anos de idade, faleceu no dia 6 de Julho o camarada António Albino Carreira, natural da Marinha Grande e operário vidreiro reformado. Era um grande activista e entusiasta das jornadas de trabalho da Festa do «Avante!». Desempenhou, também, com exemplar dedicação a tarefa de distribuição do jornal «Avante!», sendo um dos seus difusores no concelho.

António Nascimento Amado

Faleceu, com 67 anos de idade, o camarada António Nascimento Amado, empregado de escritório e membro do Partido desde 1975. Fez parte da Comissão Concelhia do Barreiro, cujo executivo actualmente integrava, e era responsável pela organização de freguesia de Santo António da Charneca. Foi presidente da Junta de Freguesia do Lavradio e vereador da Câmara

Municipal do Barreiro. Respeitado e estimado por todos os que com ele conviveram e trabalharam, deixou o exemplo e o estímulo do seu empenhamento no trabalho e na luta.

João Oliveira

Faleceu, no passado dia 8, o camarada João Oliveira, de 59 anos de idade. Destacado comunista no concelho da Amadora, onde há mais de 20 anos desenvolvia diversas tarefas de grande responsabilidade, era actualmente membro da Comissão Concelhia da Amadora e da Comissão de Freguesia da Falagueira. Era ainda eleito na Junta de Freguesia da Falagueira e membro da direcção do Estrela da Amadora.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Salários em atraso

A Comissão Concelhia de Oliveira de Azeméis do PCP espera que a visita da Inspeção Geral de Trabalho ao Centro Vidreiro resulte no respeito pelos direitos dos trabalhadores, ainda sem receber parte do salário de Maio, o salário total de Junho e, alguns deles, o subsídio de férias.

A administração diz não ter condições para liquidar as dívidas, mas «não se compreende este impasse económico», já que nos últimos anos o património da empresa tem vindo a ser delapidado para fins imobiliários, sem que os trabalhadores saibam o destino desse dinheiro.

O mau ambiente criado pela administração e as pressões para que os trabalhadores rescindam os contratos por «mútuo acordo», a troco de uma carta para o fundo de desemprego, levou, em Junho, os trabalhadores a paralisarem dois dias. Entretanto, apesar dos baixos salários e da perda de regalias salariais, os trabalhadores têm cumprido sempre a produção exigida, mantendo a empresa como pólo da indústria vidreira.

Na opinião do PCP, é, pois, legítimo que os trabalhadores manifestem o seu descontentamento junto da administração e exijam o pagamento atempado dos seus salários.

Presidência portuguesa da UE encerra com declaração frágil

Um vazio de medidas concretas

«A Presidência Portuguesa não soube ou não quis influenciar positivamente o conteúdo de políticas comuns e de orientações globais que exercem fortes constrangimentos ao nível das capacidades económicas de muitos dos Estados-membros», afirmou, em termos de balanço à Presidência, o deputado Honório Novo, no dia 6 de Julho, na Assembleia da República.

O Conselho de Agricultura de Évora saldou-se por um total vazio de decisões; nada foi decidido para eliminar a insuficiência de quotas leiteiras, adequar as quotas de tomate, definir novas e positivas orientações para as próximas reformas de organizações comuns de mercado e, muito menos, debater bases para a reparação das injustiças orçamentais da PAC que assim continua a prejudicar os países do Sul e a favorecer a indústria agro-alimentar do Norte da Europa.

Quanto às Pescas, não se criaram condições para que países como Portugal possam voltar a pescar na Gronelândia nem foi resolvido o problema do acordo de pescas com Marrocos e, no que respeita à definição de políticas que dessem conteúdo real ao estatuto ultraperiférico de regiões como os Açores ou a Madeira, ficou-se por declarações de boas intenções e «um enorme vazio de medidas concretas».

Na questão do alargamento, imperou «a gestão corrente» e faltou «a inovação necessária», nada se fazendo sobre a discussão relativa ao futuro financiamento de uma União alargada e a necessi-

Modelo federalista de Fischer e Chirac não serve a generalidade dos povos

dade de «garantir um orçamento comunitário que preserve e reforce objectivos de coesão interna».

Como estava previsto, iniciou-se a Conferência Inter Governamental (CIG) para a revisão dos Tratados, mas o conceito «das cooperações reforçadas», adicionado pela Presidência portuguesa à agenda pré-estabelecida, em vez de acalmar, «abriu ainda mais o apetite» dos que pretendem garantir nesta CIG o reforço de poderes «para melhor dominar uma União alargada onde o “centro de gravidade” dos interesses económicos pode não ser exactamente o que é actualmente». É vê-los (como a Fischer e a Chirac) a falar «de vanguardismos e de federalismo» e «da necessidade de uma Constituição Europeia», tentando «destruir o espírito e a letra do Tratado de Roma» e criar «uma Europa a várias velocidades rebocada pelos e ao sabor dos poderosos».

Mas para o PCP, o problema não é o «da escolha do modelo de federalismo» mas o do «conteúdo federal seja qual for a roupagem que utilize». E o modelo federalista de Fischer ou de Chirac pode servir para os poderosos mas



As manifestações dos trabalhadores foram traços positivos da Presidência portuguesa

não serve para Portugal e outros países pequenos e economicamente periféricos nem para a generalidade dos povos e nações.

Quanto à conclusão da reforma da Convenção de Lomé, há muito prevista, a Presidência portuguesa fez o que lhe competia: encerrou o dossier. Já a Cimeira entre a UE e África - cuja concretização neste período o PCP defendia -, apesar das limitações, «constituiu elemento a destacar deste “semestre português” apesar de não ter sido incluída no Programa da Presidência portuguesa».

Cimeira do emprego?

Por fim, diz Honório Novo, a declaração de intenções relativa à troca de

informações fiscais sobre poupanças de não residentes, escolhida para encerrar a Presidência portuguesa da União Europeia, é tão «frágil», que «não será para cumprir»: depende de uma proposta de directiva «que não existe»; de uma decisão sobre essa proposta «a tomar até final de 2002»; da aceitação dos princípios dessa proposta fictícia por parte de países paraísos fiscais que não pertencem à UE; da aceitação destes países a sua observância em certos países da UE; sendo... «para aplicar daqui por dez anos».

Talvez por isso, foi «particularmente saudada» por todos os que «nunca desejaram um maior equilíbrio entre a taxa dos capitais e do trabalho» ou que sempre

«se opuseram a desenvolver qualquer acção coordenada contra os paraísos fiscais ou as deslocalizações».

Assim, a ratificação pelo Conselho da Feira das conclusões da Cimeira de Lisboa «apelidada eufemisticamente de cimeira do emprego» - mas que poderá vir a ficar conhecida como Cimeira da Precariedade e do Desemprego - não podia constituir o remate mediático para a Presidência portuguesa. É que o conclave de Lisboa «estava esgotado», não conseguindo a «prometida baixa das tarifas da internet» nem as reiteradas e justas intenções «de apostar na educação e formação profissional» ocultar por mais tempo decisões «bem concretas» de desregulação e de libe-

ralização económicas em novos sectores estratégicos.

Porém, na opinião de Honório Novo, a Presidência portuguesa da União Europeia foi também marcada por traços positivos que permitem «a confiança num futuro colectivo diferente e melhor»: realizaram-se três grandes cimeiras de trabalhadores e agricultores europeus e dezenas e dezenas de milhares de cidadãos portugueses e de quase todos os países europeus, em Lisboa, em Évora e no Porto, foram capazes de se manifestar em defesa de um outro rumo para a União Europeia, que não produza o desemprego e a precariedade, que não promova a exclusão social nem a xenofobia, que defenda a paz, a cooperação e a solidariedade entre os povos e as nações!

EPPET

Urge apurar os factos

Um contrato-cooperação celebrado entre o Governo português e o governo holandês permitiu a criação, em 1990, da Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações (EPPET), em Telheiras, Lisboa, então considerada como uma «importante e primeira iniciativa», nesta área, de relevante interesse para o ensino em Portugal.

Entretanto, ao longo destes 10 anos, a experiência, resultando num sucesso escolar quase total, com saídas profissionais para os alunos finalistas, e constituindo um método inovador de ensino, apoiado num largo e diversificado conjunto de equipamentos técnicos e na activa participação dos estudantes, apontava para uma única opção a ampliação do pólo da escola pública de Telheiras e criar novos pólos noutras regiões.

De facto, na EPPET, que forma em média 24 alunos por ano (cursos de três anos),

estão jovens de toda a parte, desde Trás-os-Montes aos Açores, sendo quer os pedidos dirigidos à escola para preenchimento de postos de trabalho nesta área quer os candidatos à inscrição na escola são superiores às duas centenas.

Questões por esclarecer

Apesar destes resultados excepcionais, denuncia a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, o Ministério da Educação decidiu entregar esta Escola Profissional Pública ao INETE - Instituto privado de Educação Técnica -, levando o PCP a colocar na Assembleia da República, em 26 de Maio, um conjunto de que questões que, até à data, continuam por esclarecer.

Entre outras questões, o PCP quer saber por que razão o Ministério da Educação

mantém ou cria nove Escolas Públicas de ensino técnico e privatiza uma escola pública de sucesso e que o Governo considerava de interesse; qual o motivo da ausência de concurso público para a privatização da EPPET; qual o destino dos numerosos e valiosos equipamentos técnicos da escola; se é verdade que o INETE não tem qualquer experiência positiva neste tipo de cursos nem corpo docente preparado; e se é verdade que, para além da secretária de Estado, Ana Benavente, também o ministro Oliveira Martins, o deputado José Magalhães e outros quadros dirigentes do PS foram ou são accionistas da «Cooperativa Ensinus», hoje grupo SA, em cujo projecto se insere o INETE?

O PCP garante que não abdicará da resposta a estas questões, propondo-se, inclusive, recorrer à Procuradoria Geral da República e à própria Polícia Judiciária para apuramento dos factos.

Time Sharing

O regresso ao passado

A Time Sharing/Andrade Corvo, do Grupo Portugal Telecom, está a ser gerida com as regras de um «campo de concentração», diz a célula do PCP, enumerando as anomalias que se passam na empresa, onde os trabalhadores, sem direito a cartão de identificação da PT, são obrigados a fazer diariamente filas à porta para darem o nome antes de entrar e de sair do trabalho.

Ainda, para comunicarem com o exterior, salvo casos urgentes, os trabalhadores têm de utilizar a cabina pública; as alterações de horários de trabalho, as mudanças de local de trabalho e o plano de férias são apenas «comunicados» sem qualquer acordo prévio; e a pausa de cinco minutos a que legalmente têm direito é de apenas três minutos.

Quanto aos dias de que por vezes os trabalhadores precisam para preparar e fazer exames escolares ou por razões de

luto, em vez de serem contados como faltas justificadas, como a lei manda, são descontados na remuneração mensal e no prémio de assiduidade. As remunerações-base dos operadores de telecomunicações/assistência aos clientes são «de nível de sobrevivência» - 550\$00/hora de trabalho - e o subsídio de almoço - 341\$00 - dá para uma bica e um pão com fiambre. Para se ter noção do grau de exploração praticado, basta lembrar que estes mesmos profissionais ganhavam ou eram admitidos com uma remuneração-base de 1.110\$00/hora de trabalho e o subsídio de almoço era de 1.430\$00.

Isto para não referir os frequentes «enganos» no valor das remunerações e mesmo a situação de limpeza e higiene, para cuja manutenção a empresa conta apenas com uma trabalhadora para dois enormes andares.

O resultado desta política é a «desmotivação» dos tra-

balhadores, que continuam nesta actividade apenas por «absoluta necessidade material».

O PCP apresentou em Março na Assembleia da República cinco projectos de lei visando combater e erradicar muitas destas situações mas a sua iniciativa foi inviabilizada pelos restantes partidos. Entretanto, considerando que «a dignidade no trabalho conquista-se com acções», o PCP coloca-se ao lado dos trabalhadores na luta pela aplicação da lei e a reposição da legalidade; pelo fim dos contratos de trabalho celebrados por intermédio da Plataforma - empresa «fantasma» cuja sede social, telefones ou registo de propriedade são desconhecidos - e pela reclamação da passagem ao quadro efectivo de todos os trabalhadores que prestam serviço à Time Sharing, aplicando-se-lhes o Acordo Colectivo da Portugal Telecom.

Intelectuais do Porto Um sector reforçado

O Sector Intelectual do Porto realizou, no passado dia 1 de Julho, a sua 4.ª Assembleia de Organização. O debate em torno do relatório de actividade dos últimos anos e a definição dos objectivos prioritários para o sector constituíram os pontos altos da discussão.

A Assembleia considerou essencial orientar a intervenção em defesa dos direitos dos trabalhadores e da qualidade do emprego, sobretudo na área dos jovens diplomados. Da mesma forma, foi

realçada a importância de avançar no reforço do movimento da escola pública, da intervenção cultural, em defesa da língua portuguesa e na tomada de medidas para ampliar as acções de solidariedade com os povos em luta e pela paz, entre outras orientações prioritárias, num vasto programa de actividades.

O objectivo de renovação da direcção do Sector Intelectual do Porto foi igualmente cumprido. Dos 23 membros eleitos, um terço foram-no pela primeira vez.

Beja

Estudar a realidade

A Direcção da Organização de Beja do PCP, depois de analisar a situação política, económica e social do distrito, reafirma a sua oposição central à proposta de lei do PS que visa alterar a as regras eleitorais para as autarquias.

A DORBE exige ainda um serviço público de qualidade da EDP, tendo em conta os frequentes cortes no fornecimento de energia e as bruscas variações de tensão que se sucedem no distrito, prejudicando empresas, autarquias e populações. Por outro lado, os comunistas consideram que a deslocação de várias dependências da EDP para fora de Beja e o recurso à subcontratação de empresas exteriores à região «afastam quadros técnicos e enfraquecem o tecido económico local».

Entretanto, face à pressão que o Governo tem vindo a fazer sobre as autarquias, para que estas venham a integrar sistemas multimunicipais de abastecimento público de água com participação maioritária

do Instituto de Participação do Estado (IPE) - imposição que implica ainda a transferência de património autárquico para o Estado no final da concessão e, a prazo, alterações de preços no fornecimento deste bem às populações -, o PCP defende o poder preponderante das autarquias neste sector, advoga como alternativa a eventual constituição de empresas intermunicipais, com acesso ao Fundo de Coesão, e exige do Governo que esclareça o que se encontra por detrás das suas pressões.

Os comunistas de Beja discutiram ainda a realização do seu 16.º Congresso, considerando-o, neste momento, como uma tarefa central de todos os militantes e «uma importante forma de dinamizar e reforçar a organização do Partido, melhorar o funcionamento dos organismos, promover o estudo da realidade portuguesa e internacional e fortalecer a afirmação dos valores, ideais e projecto do PCP».

4.ª Assembleia de Viseu alerta para os sinais de «prepotência» do PSD

Só obras de «fachada»

Realizou-se, no sábado, na Escola Secundária Emídio Navarro, a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Viseu do PCP, cujos trabalhos foram encerrados por Francisco Lopes, membro da Comissão Política.

A Assembleia teve como objectivo avaliar a situação social, económica e política do concelho, dinamizar a organização e intervenção do Partido e eleger a nova Comissão Concelhia.

Na análise à situação do concelho, de hegemonia PSD, a Assembleia chamou a atenção para os sinais de «prepotência» e «arrogância» deste partido, com uma administração «cansada e sem perspectivas», mais preocupada com a notoriedade do que com os problemas da população.

Assim, algumas obras «mediáticas» - que embora úteis não são prioritárias -, avançam «a passo de cara-

col» e as de verdadeiro interesse quando não são feitas após uma exigência energética, arrastam-se sem fim.

Os grupos económicos «engordam» à custa dos baixos salários

Resultante desta política, os transportes têm horários reduzidos nas horas de ponta, particularmente fora da área urbana; a recolha do lixo é deficiente, com caixotes a deitar por fora e só raramente lavados e desinfectados, não se vislumbrando a colocação de Ecopontos; o saneamento básico está longe de cobrir o concelho; não existe política de solos, obedecendo a aquisição de terrenos para habitação e a construção e venda de casas apenas ao imperativo do máximo

lucro imposto pela especulação imobiliária.

Por outro lado, enquanto os grandes grupos económicos «engordam», expandem-se os baixos salários e o trabalho precário; milhares de pessoas não têm médico de família, reinando nos serviços de saúde a desorganização, traduzida por dezenas de pessoas de madrugada, ao frio, à porta dos centros de saúde para conseguir marcar uma consulta.

Integrar militantes

Nos órgãos autárquicos, os eleitos dos «chamados» partidos de oposição (PS e PP), limitam-se a dizer «amen» a tudo o que vem da maioria, «lançando de vez em quando algum fogo de vista». É o caso da Polícia Municipal, aprovada na Assembleia Municipal sem votos contra, em que, apesar das questões que se encontram por esclarecer, já tem no Conselho Municipal

de Segurança o presidente da JSD.

Com vista ao reforço da intervenção e organização do PCP, tendo em vista nomeadamente a realização do 16.º Congresso, os delegados apontaram a necessidade do recrutamento de novos militantes e a sua integração na actividade do Partido, designadamente de muitos homens e mulheres que participando em movimentos e associações ainda não intervêm politicamente de forma organizada. De igual interesse é a criação de células do Partido onde não existam, a reactivação do contacto com os militantes, a intensificação da recolha de fundos militantes e o alargamento da divulgação da imprensa do Partido.

Por fim, a Assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia, com uma composição geográfica e profissionalmente mais ampla, que irá dirigir politicamente o Partido no concelho nos próximos tempos.

Barreiro

Lutar, construir, transformar

«Barreiro. Com o PCP, lutar, construir, transformar» foi o lema sob o qual se realizou, no dia 1 de Julho, a 7.ª Assembleia de Organização Concelhia do Barreiro do PCP, com a participação de 390 delegados, e, ainda, do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que encerrou os trabalhos, e de Jorge Pires, da Comissão Política.

Tendo por palco a Sociedade de Instrução Recreativa Barreirense «Os Penicheiros», a Assembleia analisou a situação económica, social e política do concelho, tendo denunciado a destruição de milhares de postos de trabalho, a par da crescente degradação das condições de trabalho e segurança no emprego.

Actualmente, é em grande medida graças à intervenção dos comunistas que o Barreiro recupera gradualmente do

profundo período de depressão económica e social em que foi lançado nos anos 80/90, principalmente com o desmembramento e privatização da Quimigal - empresa que assumia um peso determinante na vida do concelho -, juntamente com o encerramento de muitas outras empresas.

Depois de efectuar o balanço e o ponto da situação dos movimentos sociais e políticos no concelho, desde as luas dos trabalhadores até ao ambiente, passando pelo associativismo, as mulheres e os reformados, a Assembleia Concelhia traçou as linhas de orientação fundamentais para a intervenção dos comunistas nestas áreas, bem como as propostas e reivindicações apresentadas pelo PCP para o desenvolvimento do concelho.

Cada comunista um militante

Grande destaque nos trabalhos da Assembleia de Organização Concelhia do Barreiro assumiu a questão do reforço do Partido. Neste contexto, o recrutamento de novos militantes mereceu particular importância, num quadro de mudanças socioeconómicas do concelho que trouxeram muitos novos moradores e levaram outros e a partir do Barreiro para as suas terras de origem.

Por outro lado, apontou-se como indispensável a ligação regular de todos os membros do Partido, de forma a que cada militante assumia um papel esclarecedor à sua volta. Um objectivo que só se tornando possível através da elevação do nível político e ideológico de todos os militantes impõe a necessidade da realização de tarefas, do acompanhamento

regular em reuniões, da leitura da imprensa do PCP, do estudo, entre outros meios.

A recolha de fundos, a regularização das quotizações e a divulgação e venda militante da imprensa do Partido - o «Avante!» e «O Militante» - foram aspectos igualmente sublinhados na definição de prioridades para o reforço da organização e intervenção do PCP no concelho do Barreiro.

Além da Resolução Política, aprovada por unanimidade, a Assembleia aprovou uma saudação aos trabalhadores em luta de norte a sul do País, saudando de forma especial a luta dos trabalhadores do Barreiro.

Também por unanimidade foi eleita a nova Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, de cuja composição, num total de 55 membros, é de destacar a presença de 42% de operários e 18% de jovens.



Da música, à comida e à intervenção política, a festa foi completa

Festa popular em Lisboa

A organização da Zona Oriental de Lisboa do PCP realizou-se, no dia 1 de Julho, na Mata da Madre de Deus, ao Beato, uma festa popular que, reunindo muitos militantes e população, constituiu um momento privilegiado de convívio e camaradagem e uma forma de afirmação do PCP.

A par da vertente cultural e lúdica, os visitantes puderam almoçar no restaurante ou apenas petiscar na cafetaria e apreciar uma exposição sobre os Congressos do Partido.

A Festa teve um programa completo, começando logo pela manhã com várias acti-

vidades desportivas (andebol, xadrez, tiro com arco) e um espaço de divertimento para os mais pequenos. Após o almoço, as pessoas presentes puderam ouvir música popular interpretada pelo conjunto *Erva de Cheiro*, que apresentou o seu novo disco *Pontos de Encontro*.

No comércio, em seguida realizado, intervieram Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política, e Martinho Baptista, do Comité Central e da direcção da Organização da Zona Oriental de Lisboa, que salientaram a importância da iniciativa como importante

momento de festa e luta, de afirmação do projecto e propostas do PCP, de íntima e profunda ligação aos trabalhadores e populações e destacaram as principais batalhas em que o Partido está empenhado e as tarefas do momento, nomeadamente a luta contra as alterações à lei eleitoral para as autarquias, a preparação da Festa do «Avante!» e a preparação do 16.º Congresso.

A actuação de Carlos Alberto Moniz encerrou a festa num ambiente de alegria, descontração e camaradagem.



Crianças precisam de uma escola criativa

CDU/Madeira promove Jornadas sobre Educação

«Aspectos sociais da educação» foi o tema das «Jornadas sobre educação» promovidas pela CDU/Madeira, dias 7 e 8 de Julho, no Funchal.

Esta iniciativa visou a abordagem de temas tão diversos como «Causas da indisciplina na escola», «Acção social escolar» e «Educação sexual e o direito à educação» e contou com a participação de vários convidados,

em particular Lurdes Silva, professora universitária, Luísa Mesquita, deputada do PCP na Assembleia da República, Paula Peralta e Vasco Fernandes, responsáveis pelo projecto de Educação Sexual desenvolvido pela Escola Secundária Lima de Freitas.

No debate em torno das causas da indisciplina, Lurdes Silva sublinhou que a indisciplina é o reflexo de uma das melhores coisas que aconteceu à educação no último quarto de século, em Portugal – a democratização do sistema educativo, um dos frutos da Revolução de Abril.

Esta democratização e a mudança de mentalidades entretanto operada, arrasta naturalmente alguns proble-

mas, incluindo o da indisciplina, mas, como frisou a oradora, é preferível pagar esse preço, pois a existência de tais problemas só mostra que a educação não é hermética e está aberta a uma sociedade democrática.

Para esta docente, não apenas o fenómeno da indisciplina é próprio da idade de afirmação dos adolescentes, como convirá ainda lembrar que a escola é por sua vez geradora de indisciplina, já que nem sempre consegue gerir, da melhor maneira, os horários, as aulas, os espaços de evasão e de recreio, de forma a conseguir dos alunos comportamentos consentâneos ao que é suposto acontecer numa sala de aulas.

Em síntese, a indisciplina está intimamente ligada ao sucesso dos alunos e à boa formação dos professores, e para isso é muito importante a criatividade e uma boa capacidade de cativar, por parte dos docentes.

Intervenção social precisa-se

Na intervenção sobre a Acção Social Escolar (ASE), Luísa Mesquita referiu, em especial, a importância dos apoios educativos, nomeadamente o papel da ASE no combate às assimetrias culturais e regionais, e como factor criador de igualdade de oportunidades. E sublinhou que a ASE não passa apenas pelo apoio económico, pelas cantinas e residenciais estudantis, ou pelo material escolar, mas deverá igualmente expressar-se em apoios educativos de natureza mais pedagógica e didáctica, de forma a dotar aqueles que, à partida, são afectados pela desigualdade, de meios que equilibrem essa situação.

Para finalizar, Paula Peralta e Vasco Fernandes deram a conhecer o projecto de Educação Sexual que tem vindo a ser desenvolvido pela Escola Secundária Lima de Freitas. Um projecto que assenta numa execução interdisciplinar e transversal, por forma a promover uma melhor compreensão e conhecimento de um tema de extrema importância para os jovens e que continua a ser quase um tabu no nosso país.

JCP/Viana do Castelo

Toxicoddependência em debate

Cerca de duas dezenas de jovens participaram, no passado dia 1 de Julho, no Centro de Trabalho do PCP em Viana do Castelo, num debate sobre toxicoddependência organizado pela JCP que contou com a participação de Isabel Nogueira do Grupo de Trabalho da Toxicoddependência da Juventude Comunista.

No encontro, que registou grande participação dos presentes, foram abordados os aspectos legais do problema e, sobretudo, falou-se dos seis projectos apresentados

pelo PCP na Assembleia da República.

No decurso do debate ressaltou a ideia da ineficácia dos métodos coercivos e da diferença entre o que é tráfico e o que é consumo, defendendo-se que o tráfico deve ser mais penalizado e o consumo despenalizado. A necessidade de incentivar um verdadeiro debate público, sem oportunismos nem populismos falsamente moralistas, foi insistentemente repetida.

A falta de espaços para ocupação dos tempos livres

dos jovens e a de medidas de prevenção efectivas foram apontadas entre as causas prováveis do aumento de consumo de drogas entre os jovens.

Em particular defendeu-se que a toxicoddependência tem de ser encarada como um problema de saúde pública, e como tal o Estado deve garantir a cada toxicoddependente que queira tratar-se as condições adequadas, pelo que se impõe o alargamento da rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção social de toxicoddependentes.

Uma Câmara em crise

• Jorge Sarabando

O que mais impressiona no rude combate que opõe os socialistas do Porto é não se ler, nos cabazes de parágrafos produzidos, uma opinião, uma simples frase, sobre as problemas da cidade e da região.

Os candidatos, e os candidatos a candidatos, enrodilham-se em tortuosas e exaltadas orações com um mesmo e único fio: o de cada um se apresentar como o mais bem colocado para derrotar os adversários políticos nas próximas eleições. Desdobram-se em jantares de apoiantes, em oportunas fugas de informação, em sondagens-fantasma, em subtis sugestões, em inconfidências risíveis, em declarações estrepitosas, numa ânsia de protagonismo, de evidência, de marcação de terreno. Nada falta entre picardias e insinuações veladas, neste espectáculo de baixa política.

Só não se sabe o que pensam sobre o desenvolvimento do Porto e do distrito. Se assim vai sendo no campo do PS, no PSD há pejejas idênticas. Bastará lembrar que dois vereadores do PSD da Câmara do Porto perderam a confiança política da comissão concelhia e mesmo o conhecido General recebeu sinais de distanciamento do partido que o indicou.

Uma pesada herança

Nas autarquias, as divisões dos partidos interessam pouco se não tiverem repercussão na actividade das instituições.

No caso do PS/Porto, o conflito aberto entre o presidente da Câmara e o presidente da Comissão Concelhia, e entre os respectivos apoiantes, causa naturais apreensões pois trata-se de vereadores com pelouros atribuídos e de presidentes de quase todas as freguesias.

Sem pretender comentar, ou interpretar, os acontecimentos no PS, que só aos seus militantes respeitam, será útil lembrar o processo de sucessão do dr. Fernando Gomes como presidente da Câmara do Porto.

A CDU preveniu então o novo presidente, eng. Nuno Cardoso, da pesada herança que recebia. De facto, havia um saco cheio de promessas por cumprir, de obras por realizar, de atrasos por recuperar, de litígios por dirimir, de financiamentos por obter.

O Metro arrastava-se penosamente – e não será em 2001 que começará a funcionar; o Pavilhão das Descobertas, prometido para os 500 anos da Descoberta do Brasil, que Gomes descrevia como contrapartida portuense da Expo'98, continua em fase de

projecto; o Parque Lúdico-Tecnológico de Campanhã, descrito como uma nova «Cité de la Villette», não saiu do estado verbal; dos quatro túneis prometidos até 1998, só dois arrancaram, ficando talvez o segundo, com algumas injeções de capital, pronto a ser inaugurado antes das próximas eleições; das novas pontes prometidas, nem uma, nem mesmo o tão anunciado aproveitamento turístico da velha Ponte Maria Pia; as obras de requalificação urbana, atiradas para o orçamento da Porto 2001, ficarão muito aquém dos projectos iniciais.

Ainda recentemente, a Câmara tentou empurrar para a Sociedade Porto 2001 mais uma responsabilidade, a da construção da Casa do Cinema Manoel de Oliveira. Não conseguiu, mas é a marca de um estilo e a prova dos embaraços.

A execução do PER continua atrasada, muitos bairros municipais degradados e transformados em guetos sociais. Os mercados do Bolhão e do Bom-Sucesso, emblemáticos na malha urbanística da cidade, continuam como estavam há 10 anos, quando foram anunciados planos de intervenção, e a antiga Casa da Reclusão está hoje arruinada.

Um dos poucos projectos que finalmente arrancou foi o arranjo da marginal do Douro, à vista da Ponte da Arrábida. Justamente em frente de um empreendimento de luxo de uma conhecida imobiliária, em fase de acabamentos. São as prioridades da Câmara...

Entretanto, o Município perdeu meio milhão de contos, como contrapartida à empresa construtora do prédio embargado na Avenida da Boavista, durante o último mandato.

Alternativa de esquerda

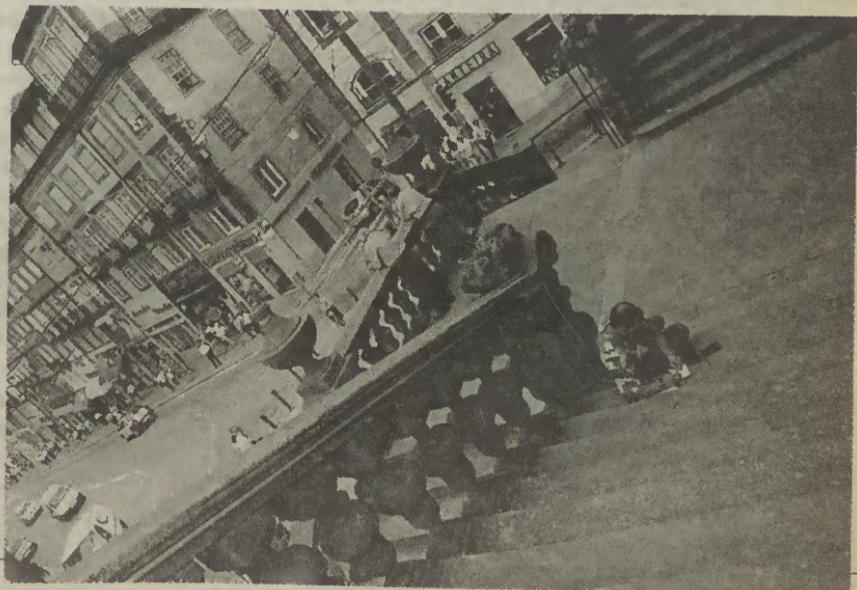
Quando assumiu o novo cargo, o eng. Nuno Cardoso deu alguns sinais de mudança em relação ao seu antecessor. Admitiu atribuir de novo um pelouro à CDU, reconverter algumas das polémicas Fundações existentes, entre outras medidas.

Nada disto aconteceu.

O que aconteceu foi a guerrilha interna dentro do seu Partido, a que aderiu há pouco tempo, as decepções com o Poder Central, um carisma que não se formou, apesar dos esforços junto da imprensa, o que aconteceu foi o imenso «flop» do Fim de Ano.

Com a actual maioria, o Município do Porto estagnou e entrou numa grave crise de inoperância, descoordenação e de estratégia.

Chegou a hora para a afirmação de uma alternativa de esquerda. Mais necessário por isso se torna o crescimento da CDU.



Carlos Carvalhas
na Festa da Alegria
em Braga

Por um rumo diferente na política nacional

A Festa da Alegria, em Braga, recebeu milhares de pessoas na noite de sábado, que se reuniram no Parque de Exposições para ouvir Carlos Carvalhas. O secretário-geral do PCP falou da moção de censura ao Governo, da nova lei da Segurança Social, do XVI Congresso do Partido e do trabalho desenvolvido pelos comunistas. E apontou exemplos: as alterações no IRS, a descida das tarifas de electricidade ou a lei que visa diminuir as listas de espera na saúde.

«A realização desta Festa é, em primeiro lugar, um grande motivo de contentamento para os comunistas e para o povo de Braga e do Alto Minho. Ela é também o coroar de muita intervenção política, muita persistência e de muito empenho e coerência na defesa dos trabalhadores e do povo do distrito de Braga, dos seus anseios e justas reivindicações», afirmou Carlos Carvalhas, na sua intervenção na Festa da Alegria.

«Quando demagógicamente se reduziu o número de deputados o que se visou foi diminuir a representação pluralista, e desde logo do PCP, em distritos onde a sua influência era menor, como foi o caso de Braga», acusou. Contudo, «apesar de todas as dificuldades nós não desistimos, continuámos a lutar e, nas últimas eleições legislativas, Braga voltou de novo a ter um deputado da CDU que já

Segurança Social

Privatização longínqua

«Como é sabido debateu-se na quarta-feira uma moção de censura do PP que levou por arrastamento o PSD. Foi como sempre dissemos: a moção de censura das seguradoras privadas por parte de um Partido que ainda há quatro meses viabilizou o orçamento de Estado do PS e depois deste partido ter recusado os aumentos que nós propusemos para as pensões e reformas. Foi uma moção de censura que serviu o Governo e que quis entalar o PSD», considerou o secretário-geral comunista.

«O que o CDS/PP, desde o início deste processo, como também o PSD, pretendia (e, numa primeira fase, com a compreensão, embora parcial, do PS e do Governo) era que a lei de bases consagrasse mecanismos que levariam ao desmantelamento do sistema de segurança social com a transferência para os mercados financeiros, através dos fundos de pensões e das seguradoras das partes mais rentáveis do sistema público.»

«Isto é, pretendiam colocar os milhões de contos que representam os descontos de uma vida de trabalho e os fundos públicos que garantem o pagamento das pensões de reforma dos mais idosos na dependência da rentabilidade imprevisível dos negócios bolsistas», sublinhou.

Vitória

«Claro que o CDS/PP teve o cuidado de esconder este seu objectivo estratégico, através de um discurso demagógico sobre os aumentos das pensões de reforma (pelo qual o PCP sempre se tem batido). O CDS/PP e o seu líder escondem

mostrou no concreto, pela sua dedicação ao distrito e pela sua atenção aos problemas, que os trabalhadores e o povo da região só ficaram a ganhar com esta representação do PCP e da CDU na Assembleia da República».

«Aliás, não somos nós que o afirmamos. É a opinião pública, e a comunicação social regional e nacional, que já afirmou que o seu intenso labor não tem comparação.»

«E é também por isso que nós temos dito, quando se volta a repor a demagogia da redução do número de deputados, que há de facto na Assembleia da República, partidos que têm deputados a mais para o pouco que fazem e há o PCP que tem deputados a menos para o muito que realmente faz», declarou.

Novo deputado

«A eleição, de novo, de um deputado da CDU foi também um importante impulso para que a organização de Braga, conjuntamente com as organizações do Partido de todo o Norte e com o apoio de todo o Partido, se abalancasse a realizar a magnífica Festa da Alegria, que é também festa de cultura, festa de gastronomia, festa do povo e festa da juventude!»

«Por isso permitam-me que, vos saudando a todos, saúde de uma forma particular os comunistas e a Organização Regional de Braga pelo trabalho, empenho, coragem e determinação com que deram concretização a uma muito sentida aspiração que ultrapassa na sua abrangência as fronteiras da CDU: a realização da Festa da Alegria», afirmou o secretário-geral do PCP. «Para um Partido de fracos recursos que vive no essencial da militância, só com um grande esforço se conseguiu retomar esta importante iniciativa político-cultural aberta a todos os democratas.

O nosso desejo é que cada visitante se sinta bem neste espaço e que daqui possa levar uma grata recordação», assegurou.

Ao lado do povo

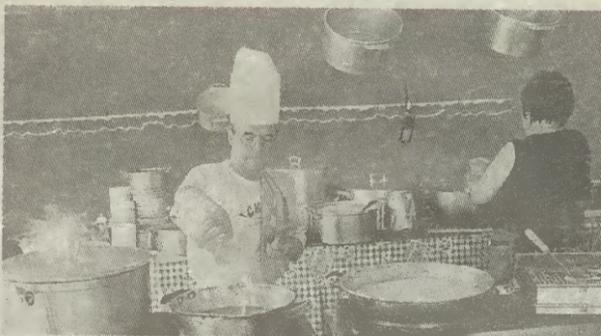
«Muitos dos que nos visitam sabem que o Partido que organizou esta Festa é o mesmo que tem estado nas fábricas, nos escritórios, nos campos, no pequeno comércio, na defesa da escola pública de qualidade, e das saídas profissionais e é o mesmo que realizará a 1, 2 e 3 de Setembro a Festa do Avante!»

«Que o Partido que organizou esta Festa é o mesmo que lutou pelas 40 horas com direito às pausas, na têxtil, no vestuário e no calçado, que tem estado ao lado dos trabalhadores da Grundig e dos metalúrgicos, e que tem lutado por salários justos e pelo emprego com direitos», recordou o líder comunista.

«Que o Partido que realizou esta Festa, é o mesmo que no penúltimo orçamento de Estado obrigou o Governo a votar algumas das suas propostas fiscais sobre o IRS, introduzindo justiça fiscal entre os pequenos e médios e os grandes rendimentos. De tal modo que são hoje muitos, sobretudo os contribuintes de menores rendimentos que estão agora a receber significativos reembolsos do IRS. E isto deve-se à proposta, à luta e à intervenção do Partido Comunista Português.»

«Assim como se deve à pressão, à denúncia e à luta desenvolvida pelo PCP, a contribuição significativa para sensibilizar a opinião pública para que seja reposta de imediato a taxa de bonificação para a compra de casa própria e que o Governo, com uma irresponsável insensibilidade social baixou criando sérias dificuldades, sobretudo a muitos casais jovens que contraíram empréstimos e a quem o





Festa da Alegria

O País foi a Braga



Nove anos depois, a Festa da Alegria renasce com toda a força. Milhares de pessoas visitaram no fim-de-semana o Parque de Exposições de Braga, palco de espectáculos, debates, exposições e variadas expressões culturais. Houve de tudo: música, artes plásticas, venda de livros, artigos em segunda mão e, sobretudo, muita animação.

● Isabel Araújo Branco – Texto
● Jorge Caria – Fotos

Máquina fotográfica ao pescoço, chapéu na cabeça e olhos e ouvidos bem abertos para não perder pitada, os milhares de pessoas que se deslocaram ao Parque de Exposições de Braga, sexta, sábado e domingo, trouxeram a família e os amigos para a Festa da Alegria, nove anos depois da sua última edição.

Grupos de músicos populares percorrem o recinto, enquanto novos e velhos andam com sacos na mão com livros, brinquedos tradicionais, o *Avante!* ou uma garrafa «daquele vinho».

A fugir do sol pelas sombras das árvores, visita-se as exposições, a feira do livro, as bancas das várias regiões do país, dos professores, da Emigração, da JCP ou da Marcha Mundial das Mulheres. Encontram-se minifeiras da ladra com livros desde 250\$00, discos, antiguidades e roupas.

Nas bancas vende-se de tudo, de violas a bengalas, de doces regionais a t-shirts, de relógios a alheiras. No ar, ouve-se a mistura de pronúncias e de vozes de todas as idades. Ao longe alguém entoia a «Internacional» ou outras canções revolucionárias. De manhã contam-se histórias da

noite anterior, boceja-se um pouco com saudades da cama e procura-se o café milagroso. As pessoas vão chegando aos poucos, algumas de bandeiras vermelhas na mão, prontas para animar o recinto. Porque, afinal, a Festa da Alegria regressou a Braga!

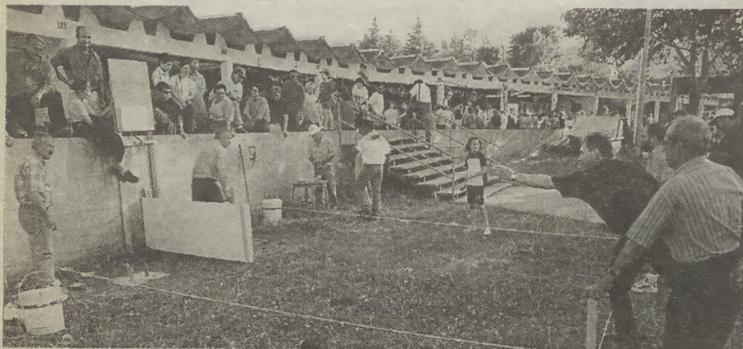




Festa do País

Os visitantes da Festa deliciaram-se com a riqueza da gastronomia portuguesa nas bancas regionais, com rojões, bacalhau, chanfana, arroz de marisco, sopa da pedra, orelha de coentrada, amêijoas, feijoadas e, claro, muitos petiscos. Para casa podiam levar mel, queijos, pão-de-ló, broa de milho,

enchidos ou doce de figo, já para não falar no artesanato típico de cada região. Alguns stands apresentavam ainda exposições políticas com as principais propostas e posições do PCP e exposição de artes plásticas em Lisboa, Viana do Castelo e organização dos professores.



Festa Internacional



A Festa da Alegria não é apenas um espaço de encontros regionais, é também um lugar de encruzilhadas internacionais. A presença da Galiza foi a mais visível, com a banca do Bloco Nacionalista Galego (BNG), a música quase constante dos gaiteiros nas ruas do recinto e o espectáculo da cantora Uxia na noite de sábado. As relações entre Portugal e a Galiza foram discutidas num colóquio que atraiu dezenas de pessoas e que contou com a participação da poetisa e ficcionista galega Marica Campo, da deputada do BNG Pilar Garcia Negro e dos escritores portugueses José Viale Moutinho,

Francisco Mangas e José António Gomes. No debate foram recordadas as semelhanças culturais entre as duas regiões, o que, contudo, não impede o distanciamento dos dois povos. «Tão longe, tão perto», como resumiu uma interveniente. Se a ancestralidade comum das línguas galega e portuguesa é o ponto de partida para duas culturas muito próximas, hoje encontram-se outros pontos comuns que os participantes no debate consideraram necessário estreitar. Esta é aliás a posição do BNG, partido com representação a nível regional, nacional e europeu que actualmente é a

primeira força da oposição na Galiza. A sua principal reivindicação é a autodeterminação do território galego, sob as bandeiras do pacifismo, da luta contra o capitalismo e da busca pelo progresso e o bem-estar da população. Na base desta exigência está um idioma, uma cultura, uma história, um território, características económicas e tradições próprias. Naturalmente foram recordadas as lutas mais recentes que juntaram portugueses e galegos, como as manifestações de 23 de Março e 19 de Junho contra as políticas da União Europeia ou a manifestação contra o bloqueio de Cuba aquando da Conferência Ibero-Americana do Porto



Festa da Música

Dividido por dois palcos, os espectáculos apresentaram artistas conceituados - como é o caso de Sérgio Godinho, Carlos Alberto Moniz, Uxia ou Vitorino e o Septeto Habanero -, novas bandas, como os Ornato Violeta e os Clã, e grupos de música popular portuguesa, galega, cabo-verdiana, moçambicana e latina. Grande sucesso teve a peça infantil «Pato Patudo não gosta do Entrudo», representada na manhã de domingo, e os grupos tradicionais que animaram a última tarde da Festa: os gaiteiros de Vila Meã e da Galiza, os Pauliteiros de S. Pedro de Sarracenos e o Coral Alentejano.



Festa da Arte

«Histórias de Braga»

Na altura em que se comemora os dois mil anos da fundação de Braga, esta exposição recorda as movimentações sociais da região com base em notícias do Avante!, do jornal República e em documentos da época do fascismo. Nada é esquecido: as lutas do operariado por aumentos salariais e contra o desemprego, as burlas eleitorais, a campanha de Humberto Delgado, as comemorações do 5 de Outubro, a repressão sobre os trabalhadores. De destacar a cópia de cartas com denúncias de actividade sindical e a história de «O Nosso Café», na década de 50, cujos donos foram obrigados a retirar uma estátua da deusa Diana nua por pressão de algumas figuras da cidade. Presente na mostra está também a primeira bandeira do PCP a aparecer nas ruas de Braga, feita na noite de 25 para 26 de Abril de 1974.

«PCP: lutar, construir, crescer»

Situado junto ao pavilhão de debates, a exposição «PCP: lutar, construir, crescer» aborda os vários aspectos da vida do Partido e as suas principais reivindicações. Tendo como grandes bandeiras a luta contra a «nova economia», a liberalização, a desregulamentação e a flexibilidade e moderação laboral, o PCP desempenha um importante papel no estímulo das lutas sociais e sindicais e apresenta-se como a alternativa de esquerda. A política do Governo é alvo de forte crítica, nomeadamente o recente aumento dos preços, o adiamento da subida dos combustíveis com o objectivo de viciar a taxa de inflação e condicionar as negociações salariais, e a subida das taxas de juro de habitação e a redução das bonificações. A presidência portuguesa da União Europeia é também referida,

lembrando as acções de propaganda do Governo em contraste com os muitos protestos sociais dos últimos seis meses.

«25 Fotos de Abril», por Eduardo Gageiro

As fotos e os textos são 25. As conquistas, as recordações e as emoções foram muitas mais. 26 anos depois de Abril, Braga recebe a exposição do premiado fotógrafo Eduardo Gageiro, acompanhado por textos de autores tão marcantes como José Saramago, Eugénio de Andrade, José Cardoso Pires, Álvaro Cunhal, Lídia Jorge, Mário de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues ou António Borges Coelho. Esta foi uma das exposições de maior sucesso entre os visitantes da Festa, que lembraram os momentos da Revolução dos Cravos, as caras dos protagonistas (muitos deles anónimos), os momentos de pura alegria e entusiasmo popular, a detenção dos pides, os presos políticos, a reforma agrária e as primeiras eleições livres.

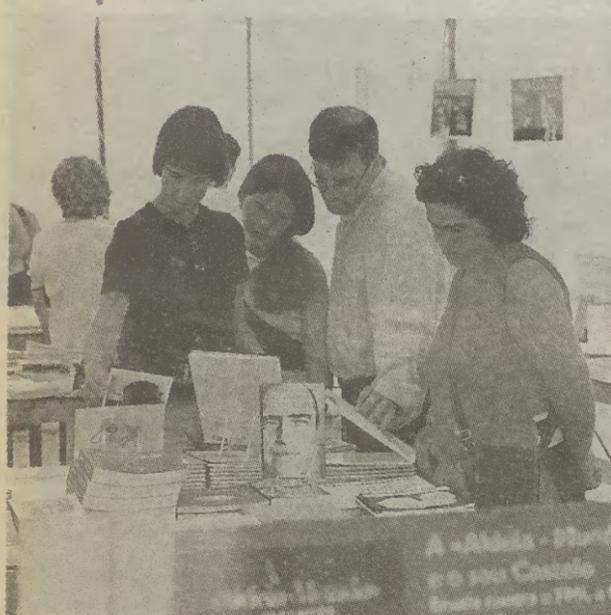
Outras exposições

A vida e a obra do escritor neo-realista Soeiro Pereira Gomes e do músico Adriano Correia de Oliveira foram recordadas em duas exposições patentes na Festa da Alegria: posições políticas, produção artística e carreiras. Outra mostra entusiasmou especialmente os mais novos: «Materialmente», apresentada pela Organização Regional de Coimbra com a colaboração do Exploratório Infante D. Henrique. Este é um espaço interativo de ciência, com experiências e descobertas através de brinquedos. As artes plásticas também marcaram presença, com mostras e venda nos stands de Lisboa, Viana do Castelo e da organização dos professores.





Festa do Livro



O pavilhão do livro apresentava as últimas edições de algumas editoras portuguesas com títulos sugestivos a preços convidativos. Autores para todos os gostos, todas as ocasiões e todas as idades. Na banca dos professores encontravam-se preciosidades em segunda mão.

Festa da Juventude

A presença dos jovens era notória em toda o recinto, mas havia um espaço que lhes era especialmente dedicado: a banca da JCP. Tendo como pano de fundo uma exposição sobre os grandes ideais e as principais lutas da organização, este espaço foi lugar de

grande animação, com espectáculos e debates que envolveram algumas dezenas de pessoas.

A pena de morte e o processo de revisão curricular do ensino secundário foram discutidos durante o fim-de-semana, numa troca de opiniões que convergiram

numa ideia: é preciso lutar contra o actual estado das coisas, a nível nacional e internacional. Muitos foram os que se dirigiram à banca para adquirir materiais políticos, passando pela mesa de matraquilhos para uma partidinha com os amigos...



Festa da Palavra

O debate teve um lugar de destaque nesta edição da Festa da Alegria, em interessantes discussões sobre temas tão variados como a história de Braga, a arquitectura, a Esquerda no mundo, a Galiza ou a comunicação social.

«O poder dos media»

De destacar o debate sobre «O poder dos media», com Fernando Correia, Manuel Pinto e Jorge Ribeiro, em que se deu a conhecer uma outra visão dos jornais, televisões, rádios e internet.

Fernando Correia distinguiu os *media* (as empresas com objectivos comerciais que lutam por grandes audiências) e os jornalistas (trabalhadores por conta de outrem, sujeitos a hierarquias), que por vezes entram em conflito por terem objectivos diferentes. Estes casos são ainda mais graves quando se trata de jornalistas com um vínculo precário à empresa onde trabalha. E um terço dos 5 mil profissionais da imprensa portuguesa encontra-se nesta situação.

Outra distinção que muitas vezes não é feita é entre jornalistas - que pautam o seu trabalho por um código deontológico com base na isenção - e comentadores, que dão a sua opinião, não têm obrigação de rigor e são escolhidos pela empresa. Fernando Correia adiantou um dado interessante: na

última legislatura, 98 por cento dos analistas estavam ligados a todos os partidos com assento parlamentar, menos ao PCP. Quando os quatro maiores grupos económicos são proprietários dos 100 mais importantes órgãos informativos do país, é natural que a informação produzida seja condicionada e que o chamado «quarto poder» funcione como porta-voz dos interesses económicos.

Manuel Pinto lembrou que a comunicação social tem uma política editorial específica, embora ninguém a assumia à excepção do *Avante!*. «Já alguém leu “órgão central da Sonae” em algum jornal?», perguntou.

Este jornalista referiu ainda que hoje se procura explorar a emoção e os *fait-divers*, desprezando muitas vezes as regras básicas do jornalismo, com vista às audiências.

No entanto, os intervenientes sublinharam que o poder dos *media* não é absoluto e que quanto maior for a participação social dos receptores - todos nós -, maior é a capacidade de crítica e de resistência. Aqui, foi destacado o papel do *Avante!* como meio de «ver o outro lado da questão».

Encontro com Siza Vieira

O conceituado arquitecto Siza Vieira participou noutro debate sob o tema «As mudanças no mundo e as perspectivas de

transformação», num formato semelhante a uma entrevista pública conduzida pelo jornalista Ruben de Carvalho. Naturalmente, a arquitectura e a sua relação com a realidade foi o tema central da conversa. A modernidade e a forma como Siza Vieira a procurou concretizar na sua obra foi o ponto de partida. O arquitecto afirmou que ser moderno é essencialmente ter uma posição de não isolamento e de inexistência de preconceitos e recordou como ao longo do tempo aplicou as suas ideias.

Tendo como influências tão diferentes nomes como Gaudi, a escola da Bahaus ou Gropius, Siza Vieira considerou que o arquitecto tem de ter por trás de si algo que legitime o seu trabalho, lembrando os bairros sociais que projectou. Outra questão colocada por Ruben de Carvalho abordou a existência de uma arquitectura fascista em Portugal, dado que muitos dos autores das grandes obras edificadas durante o regime salazarista não se identificavam politicamente com ele, como é o caso de Cassiano Branco, Keil do Amaral, Raul Lino e Carlos Ramos.

Siza Vieira falou na grande ambiguidade arquitectónica da época e do apelo aos arquitectos feito por Duarte Pacheco. «Nenhum arquitecto pode prever o futuro e a passagem do tempo», afirmou Siza Vieira, que lembrou o caso da cidade de Buenos Aires, «um desastre» quando foi construída, sofrendo da «falta da vida urbana, que ninguém é capaz de desenhar».





“Há partidos que têm deputados a mais para o pouco que fazem e há o PCP que tem deputados a menos para o muito que realmente faz”

Governo e a banca lhes criaram falsas expectativas», afirmou Carvalhas. «Como se deve também ao PCP a lei em vigor que visa dar resposta às listas de espera na saúde, o projecto de lei sobre a política do medicamento que permitiria poupar milhões de contos ao Estado, bem como a “resolução” aprovada na AR sobre o aumento de formandos (médicos e enfermeiros) na área da saúde, ou o projecto que levou ao alargamento da rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção social de toxicodependentes e o combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais gerados por estes.»

«Como se deve a “resolução” que levou à baixa das tarifas da electricidade; ao empenhamento do Estado Português na abolição universal da pena de morte ou na criação dos Julgados de Paz para combater a morosidade da justiça.» «Como se deve ainda, por exemplo, a luta que continua e que esteve vertida nos projectos de lei do aumento do salário mínimo nacional; na actualização das pensões mais degradadas e da função pública; na

reposição da idade da reforma das mulheres para os 62 anos; no reforço das medidas de protecção às mulheres vítimas de violência - esta já aprovada -, ou na punição de práticas laborais discriminatórias em função do sexo.» «Como se pode ver por estes exemplos, um dos principais traços da intervenção do PCP é o da proposta, o da procura da resolução dos problemas, o de mostrar que há alternativas, que há outros caminhos e outra política que serve o povo e o país.» «Esta é a postura do PCP: combater nas instituições e fora delas tudo o que é negativo e aprovar mesmo o pouco que venha de positivo», salientou Carvalhas.

Estimular

«O protesto e a luta tiveram a sua significativa expressão global na grande manifestação de 23 de Março, promovida pela CGTP, confirmada nas comemorações do 1.º de Maio e no passado dia 19 no Porto, bem assim como na manifestação promovida pela CNA, em Évora. E percebemos que o

Governo não tenha querido ver a dimensão das greves realizadas tanto no sector público como no privado.» «Mas a grande contradição de que o Governo não se livra é o facto de tentar impor maus salários, promover uma linha de precarização geral como solução para o emprego, de subscrever, na denominada Cimeira do Emprego, a consagração e o impulso de mais liberalização e desregulamentação económicas, mais privatizações, mais flexibilidade laboral, mais moderação salarial, menos indemnizações e mais facilidade de despedir, e depois apresentar-se perante todo o país como um humilhado ofendido e um incompreendido face à indignação, ao protesto e à luta dos trabalhadores, dos agricultores, dos estudantes do secundário e de outras camadas sociais.» «Por nós, não regatearemos esforços para estimular ânimos, esperanças e vontades na luta por uma vida melhor, por uma política social mais justa, por um rumo diferente na política nacional», concluiu.

Moção de censura Governo não tem política de esquerda

«Quanto à moção de censura, nós também não quisemos contribuir com o nosso voto para duas mistificações. A primeira é a de que a política do Governo PS globalmente não merece censura. Merece, pois nos mais diversos domínios tem sido uma política neoliberal, uma política de concentração de riqueza, uma política de direita, apoiada na bengala do PP», acusou Carlos Carvalhas. «A segunda é a de que o PS tinha virado à esquerda. Não! Não virou e a sua política merece a condenação dos trabalhadores, dos reformados, dos agricultores, dos pequenos e médios empresários.» «Nós não contribuímos nem contribuiremos para o branqueamento da política do PS. Não dançamos ao som dessa música. Isso é para os pretendentes a substituírem o PP no papel de bengala do PS», afirmou.

Ações governativas

«De facto, não há viragem à esquerda quando um governo entrega sectores estratégicos da economia ao capital estrangeiro e nacional (EDP, GALP, 1/4 do sector segurador, etc.).» «Não há política de esquerda quando o Governo oferece cerca de 100 milhões de contos - dinheiro dos impostos, das contribuições -, à família Mello e lhe entrega a Lisnave com o número de

trabalhadores que ela reivindica e agora, após dois anos, esta vende simbolicamente a empresa a dois quadros superiores, com um buraco financeiro superior a 40 milhões de contos», lembrou o líder comunista. «Ou quando o Governo mantém os privilégios à banca, ou quando concede 400 milhões de contos de benefícios fiscais no essencial dirigidos às operações financeiras, ou ainda quando baixa dois pontos percentuais ao IRC sobre as grandes empresas, o que representa uma perda de receitas de cerca de 50 milhões de contos (e já prometeu nova descida), dinheiro que depois o Governo diz não ter para aumentar as pensões, as bonificações à compra de casa própria ou para fazer as reformas do ensino e da saúde. Mas como diz a imprensa deste fim-de-semana, alguns portugueses compraram 60 Ferraris em 6 meses», referiu Carvalhas. «Não há de facto política de esquerda de um Governo que, de má-fé, aproveitou uma taxa de inflação artificial, através do congelamento dos combustíveis, para congelar os aumentos de salários, nomeadamente da Administração Pública.»

Movimentação social

«O Governo tem sido e é o responsável pelo elevado grau de conflitualidade

social já que em relação aos trabalhadores, particularmente da administração pública, não só agiu com má-fé, como se disse, como impôs a contenção salarial como matriz e estímulo para o sector privado desvalorizar os salários e a contratação colectiva», sustentou. «E fê-lo, na medida em que imediatamente a seguir à decisão administrativa de impor os 2,5 por cento de aumento salarial, aplicou o aumento dos combustíveis e das taxas de juro, penalizando particularmente os que menos têm e menos podem.» «E quando hoje assistimos a tantas posições sobre a inquietante questão da insegurança das pessoas, será oportuno sublinhar que uma outra insegurança, a de quem trabalha, reside no crescente grau de precarização, geralmente acompanhada pela impunidade face a tantos abusos, violações e falta de efectivação dos direitos do trabalho e dos trabalhadores.» «É por isso, crescente o descontentamento com a política deste Governo, que apesar da ajuda do PP com esta moção de censura já se prepara para uma remodelação, convencido que é mudando de caras e não de política que se dá resposta aos problemas», sublinhou Carvalhas.

XVI Congresso Um Partido adulto

«Esta Festa da Alegria é também um testemunho de que continuamos a preparar o Congresso em articulação com uma activa intervenção política e cultural do Partido», referiu o líder do PCP. «É necessário sublinhar que renovando o seu vivo apelo a uma activa participação e mobilização dos militantes no debate preparatório do XVI Congresso, o Comité Central assegurou o seu firme empenho para que ele possa representar um fortalecimento da vida democrática interna marcado pela reflexão criadora e pelo debate de ideias, pela serenidade e respeito pela diversidade de opiniões, como é indispensável à procura e encontro das melhores orientações e caminhos de intervenção do Partido no futuro próximo.» «Alguns dos nossos adversários e certa imprensa mais afecta ao PS continuam a colocar etiquetas a estes ou aqueles membros do Partido, procurando semear a divisão, a desconfiança e a apreensão no Partido, não percebendo ou não querendo perceber que, para nós, a diferença de opiniões, e a busca das melhores soluções, no quadro das regras do nosso funcionamento é, e deve continuar a ser, a maneira natural como somos, como estamos, como reflectimos», afirmou Carlos Carvalhas. «O que eles pretendem, para além de semear a dúvida, é também criar dificuldades ao debate, à expressão livre das opiniões, ao exame e aprofundamento das questões que são necessárias à nossa intervenção e à nossa orientação política. Os rótulos e as falsas conotações não devem inibir ninguém.»

Na primeira linha

«Somos um Partido adulto e por isso, todos e cada um, se deve sentir completamente à vontade dentro do seu organismo para defender o que melhor sirva ao Partido e combater com firmeza a intriga dos nossos adversários e as suas consequências», defendeu Carvalhas. «Somos e continuamos a ser o Partido Comunista Português e esta Festa da Alegria é também uma afirmação do papel inconfundível na luta do povo português, de um Partido que esteve sempre na primeira linha de combate por direitos, garantias, transformações e avanços de civilização que hoje para muitos portugueses e para as novas gerações são tão naturais como o ar que se respira, mas que custaram muito trabalho, muita determinação, muita luta e muitos sacrifícios.» «E aqueles que mil vezes decretaram e voltaram a decretar a nossa “morte” ou o nosso desaparecimento aqui nos têm, de cabeça erguida, orgulhosos do nosso património de luta, confiantes e empenhados em conquistar um futuro melhor para o nosso povo», afirmou. «Aqueles que mil vezes nos representaram e representam negativamente através dos seus preconceitos e das suas caricaturas, aqui nos têm neste ano 2000, num efectivo processo de reforço do Partido, voltados para a resolução dos problemas e para uma maior intervenção e ligação aos trabalhadores e ao povo.» «Aqui nos têm nesta Festa da Alegria a afirmar este Partido com a sua identidade, aberto à vida e aos novos problemas e que ao longo da sua história soube sonhar, criar, organizar e lutar pela liberdade, pela democracia, pela transformação social, pela paz, por uma vida melhor para os trabalhadores e trabalhadoras, por um Portugal de progresso e justiça, pelo socialismo.»

Debate de Estatuto das Forças Armadas
na Assembleia da República

Militares revoltados

As alterações, agora aprovadas na Assembleia da República, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, foram alvo de crítica por parte das diferentes associações do sector e do grupo parlamentar do PCP.

Em Declaração de Voto apresentada pelo deputado João Amaral, o PCP considera como «escassas e muito insuficientes» as alterações aprovadas, sublinhando que «deixam sem resposta problemas centrais dos militares das Forças

Armadas, incluindo as colocadas pelas suas associações».

Numa crítica contundente à posição assumida pelos socialistas, o PCP denuncia que «o PS fez orelhas moucas a problemas centrais, postos com veemência e empenhamento

pelas associações de militares, dando voz às reclamações de muitos militares, que se sentem prejudicados no seu estatuto em variados aspectos».

Na Declaração de Voto, sublinha-se que o PS «ignorou a parte mais substancial das críticas e propostas», ficando assim responsável «pela insatisfação e frustração de expectativas dos militares», que estão na raiz «da instabilidade e desmotivação que se vem sentido».

Problemas mantêm-se

«Perdeu-se assim uma oportunidade histórica de conferir uma maior transparência aos actos da administração, que deve ser apátnio do Estado democrático, e de assegurar adequadamente a salvaguarda e defesa dos direitos e interesses legítimos de quem serve o País de modo tão particular», é o comentário da AOFA.

Uma crítica partilhada pela Associação Nacional de Sargentos (ANS) que, referindo embora os aspectos positivos da lei, começa por criticar as limitações impostas ao diálogo por parte do PS.

A associação sublinha, em particular, que «nenhuma das propostas avançadas» no sentido de «eliminar as discriminações inter e intra-

Medidas aprovadas deixam sem resposta problemas centrais dos militares

ramos» foi aceite, pelo que se mantêm as injustiças relativas.

A ANS considera mesmo que se perdeu a oportunidade de «resolver graves problemas de carreira e profissionais com que os militares se debatem». Pelo que promete «não cruzar os braços» e voltar à luta na reabertura dos trabalhos parlamentares.



Militares consideram que os seus direitos não estão a ser salvaguardados

● Rui Fernandes

Defesa Nacional e Forças Armadas

Para que conste e fique registado!

Uma das razões que gerou grande mal-estar entre os militares em 1999, foi a publicação de um novo Estatuto dos Militares que, além de ter sido elaborado sem solicitação à participação das associações e/ou aos órgãos consultivos existentes nos ramos, continha um conjunto de disposições que significavam regressões funcionais e alterações de normativos que contendiam com expectativas de progressão na carreira. Perante tais inquietações dos militares, assumiu o PCP a chamada desse diploma à Assembleia da República e, também por sua iniciativa, foram promovidas, por parte da Comissão Parlamentar de Defesa, audições às associações militares.

Foi assim reunido um conjunto de contribuições capazes de proporcionar uma boa ratificação desse Estatuto e, conseqüentemente, foram reunidas condições para torná-lo num instrumento gerador de galvanização e dignificação dos militares, ganhando com isso as Forças Armadas e o País. Mas eis que o PS em dois dias (5 e 6 de Julho, portanto no fecho dos trabalhos parlamentares) decide apresentar um texto que ignorou por completo as propostas e sugestões apresentadas, nomeadamente as que incidiam sobre as questões de fundo do descontentamento dos militares, e força à votação desse seu texto em Comissão e em votação final global. Um autêntico golpe.

O PS, com este comportamento de cedência a certos lobbies (outro dia voltaremos a este assunto), ignorando os contributos das associações, fugindo a mexer naquilo que verdadeiramente foi gerador de instabilidade entre os militares, prestou não só um péssimo serviço às Forças Armadas bem como mostrou aquilo que verdadeiramente representa para o PS o associativismo,

tornando-se, paralelamente, um impulsionador da instabilidade, mal-estar e desmotivação no seio das FAs.

Factores de inquietação

Num quadro em que grassam tantos factores de inquietação derivados da inoperância governamental – factores esses que foram abordados na intervenção do Secretário-Geral do PCP quando do debate do estado da nação –, este comportamento do PS significa o agudizar desses factores e não pode deixar de ser lido, por parte dos militares, como um atestado de menoridade e um castigo. Um castigo por estes terem desenvolvido a consciência quanto aos seus direitos e, com o comportamento ético e responsável conhecido, lutarem por esses mesmos direitos.

O resultado alcançado, embora tendo vários aspectos positivos e para os quais o PCP contribuiu, não nos satisfaz, porque o objectivo – primeiro e único desta iniciativa do PCP – de o Estatuto dos Militares se constituir num instrumento de justiça e dignificação não foi inteiramente atingido. Mas o PCP sai deste processo com a consciência de tudo ter feito para, com equilíbrio, compatibilizar as aspirações dos militares com as necessidades da Instituição, procurando que a análise parlamentar a este diploma constituísse um factor gerador de energias, de galvanização e reforço do empenhamento desses mesmos militares, aspectos tão necessários face à crise em que se encontram as Forças Armadas. Assim não quis o PS. Assim fique registado. E fique também registado que, na votação final global, o PS viu juntar-se-lhe os votos do PSD e do PP.

Parque Natural de Montesinho

A participação das populações

A defesa das Áreas Protegidas é matéria que a todos interessa e não apenas aos órgãos administrativos, lembra a Assembleia Municipal de Bragança, em Moção apresentada pelos pela CDU, aprovada por unanimidade.

Em causa está o Parque Natural de Montesinho (PNM), criado em 1979, e que assume grande importância para o concelho de Bragança, pelo seu valor ambiental e porque abrange cerca de um terço da área geográfica do concelho.

Vinte anos decorridos sobre a sua criação, persistem, entretanto, claros problemas de funcionamento, de que ressalta um claro défice democrático.

A Moção aprovada em Bragança começa por subli-

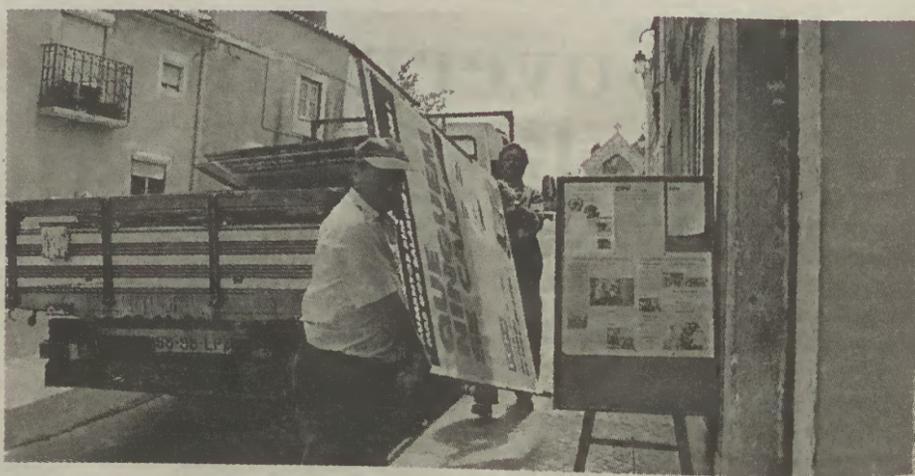
nhar que a preservação e administração das Áreas Protegidas «só será possível se sustentada na participação activa das populações residentes e usufruárias». Na verdade, esta condição essencial não se verifica e o Conselho Consultivo do RNM, onde têm assento, entre outras instituições, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia da área abrangida e as associações de defesa do ambiente, ainda não foi constituído.

Por outro lado, o Parque Natural deveria ter aprovado, há pelo menos 15 anos, um Plano de Ordenamento, o que também não aconteceu.

Acresce que, apesar de existir legislação que exigia abertura de concurso para o lugar de Director do

PNM, o que existe é uma nomeação provisória, depois de uma acumulação de funções, o que naturalmente tem prejudicado o Parque e criado uma inevitável instabilidade.

Neste quadro a Assembleia Municipal de Bragança exige que sejam rapidamente tomadas medidas no sentido de regularizar a gestão interna do Parque, a urgente elaboração e aprovação de um Plano de Ordenamento e do Plano de Desenvolvimento do Parque, a participação dos órgãos autárquicos na Comissão Directiva e a definição de políticas de Conservação da Natureza com «a participação das populações no processo de decisão, como forma de salvaguardar os seus interesses e direitos».



Devolução, pela Junta, dos painéis da CDU/Odivelas

Em defesa dos direitos democráticos

Na sequência do protesto da CDU e do PCP, e após denúncia pública, os painéis de informação e propaganda política da CDU/Odivelas, retirados por ordem do presidente da Junta, foram finalmente devolvidos.

A reposição da legalidade, na sequência de uma atitude que a CDU/Odivelas denuncia como «antidemocrática, ilegal e de prepotência».

Em comunicado de imprensa, a CDU reafirma que

«em situação alguma abdicará do seu legítimo e constitucional direito à informação e divulgação das suas opiniões políticas».

Também na Covilhã se registou, entretanto, idêntico atropelo aos direitos democráticos.

A Comissão Concelhia da Covilhã do PCP foi surpreendida pela atitude da Câmara Municipal que na passada segunda-feira retirou pendões a anunciar a Festa do «Avante!».

Lembrando que «a retirada de propaganda política é muito grave, já que estão em causa a liberdade de expressão e o exercício de direitos políticos», a Comissão Concelhia solicitou ao Presidente da Câmara uma reunião urgente para esclarecer o assunto, reservando-se o direito de proceder criminalmente contra a Câmara, caso não seja reposta a legalidade democrática.



Pequenos agricultores exigem apoios do governo

Agricultura familiar

Manifestação em Aveiro

Centenas de agricultores manifestaram-se sábado em Aveiro exigindo medidas urgentes do Governo para a resolução dos graves problemas da agricultura familiar.

Centenas de pequenos agricultores responderam ao apelo da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA), do Secretariado dos Baldios de Viseu (BALFLORA) e da Associação Distrital de Agricultores de Coimbra (ADACO), participando no sábado numa manifestação/concentração junto da Agrovouga, em Aveiro, para reclamar «medidas eficazes de apoio governamental e mais respeito pela CNA e suas associadas».

Denunciando a «situação difícil e, muitas vezes, mesmo desesperada» em que vivem e trabalham os pequenos agricultores, os manifestantes apresentaram ao Ministério da Agricultura e ao Governo um conjunto de reivindicações cuja satisfação consideram indispensável para a dignificação das suas condições de vida e de trabalho.

Entre as reclamações feitas destaca-se:

- criação de condições para o aumento dos preços à produção do leite, da carne, da batata e de outros produtos;
- escoamento dos produtos regionais e controlo eficaz das importações;
- não aplicação de «multas» pelo facto de se ultrapassar a quota leiteira imposta pela União Europeia;
- aumento da quota leiteira, que o Governo não renegociou o ano passado, aquando da reforma da PAC;
- criação, subsidiada, de laboratórios de análise do leite independentes dos compradores;
- criação de condições para que os pequenos e médios produtores de leite que foram obrigados a deixar de produzir possam retomar as suas explorações;
- implementação de um

sistema melhor de sanidade animal;

- seguros agrícolas de acordo com os rendimentos dos agricultores;

- atribuição de subsídios a fundo perdido aos pequenos e médios agricultores vítimas do mau tempo, em especial aos produtores de batata, produtos hortícolas e de vinho;

- criação de uma Organização Comum de Mercado para a batata;

- apoios técnicos e financeiros para o desenvolvimento dos Baldios, com garantia de respeito pela posse e uso dos mesmos pelos povos e compartes;

- redução das prestações mensais dos pequenos e médios agricultores para a Segurança Social, sem perda de direitos.

Na ocasião, e como prova da sua disponibilidade para o diálogo, os representantes da agricultura familiar solicitaram audiências urgentes com o primeiro-ministro, com o ministro da Agricultura e com a Comissão Parlamentar da Agricultura.

União Europeia levanta sanções à Rússia

Por proposta da presidência francesa, a União Europeia desbloqueou no início da semana a verba de 58 milhões de euros de ajuda à Rússia, congelada em Dezembro último em consequência da guerra na Tchecoslováquia.

De acordo com declarações de Hubert Védrine, em nome do Conselho de Ministros da UE, o objectivo desta medida é apoiar o reforço das instituições, o Estado de direito e a democratização da Rússia.

Quanto à situação no Cáucaso, a UE apela para uma solução política de diálogo com a oposição, condena os actos terroristas levados a cabo pelos independentistas e exige a Moscovo que autori-

ze uma investigação independente sobre os alegados atropelos aos direitos humanos naquela república.

Na reunião de segunda-feira os Quinze analisaram ainda a situação nos Balcãs e apoiaram uma proposta da França no sentido de convocar uma conferência ministerial regional na Croácia, nos finais de Novembro. Segundo a proposta francesa, no encontro deverão participar, para além da Croácia, a Albânia, Macedónia, Bósnia-Herzegovina, Eslovénia, Montenegro e a oposição sérvia, pelo que tudo aponta para que a iniciativa sirva essencialmente para hostilizar ainda mais a

República Federal da Jugoslávia (RFJ).

De sublinhar, no entanto, que no que toca às sanções à RFJ, cada vez mais criticadas pela generalidade dos países europeus, os Quinze decidiram prolongar até 31 de Março de 2001 a suspensão da proibição de voos aéreos, e alargar a lista de companhias jugoslavas que podem manter relações comerciais com a União Europeia. É o reconhecimento, ainda que implícito, da ineficácia das sanções económicas (incluindo o embargo de petróleo) impostas a Belgrado o ano passado, numa tentativa de derrubar o regime de Milosevic.

A Presidência francesa

• Ilda Figueiredo

Mudam as presidências da União Europeia (EU), mas os problemas mantêm-se. A crise de confiança entre os cidadãos e as instituições europeias só será resolvida quando o funcionamento da UE for mais democrático e, sobretudo, der as respostas práticas que a população espera depois das inúmeras promessas de uma Europa mais solidária, com emprego para todos e sem pobreza.

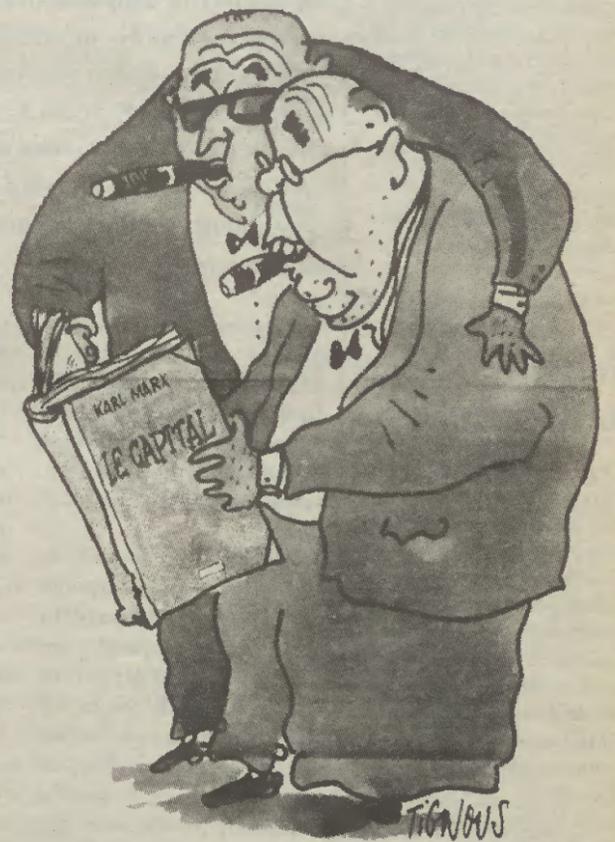
De presidência para presidência sucedem-se as cimeiras onde se produzem milhares de páginas, se repetem promessas e *slogans*, se alimentam novas esperanças de que desta vez é que é, já que, como diz o nosso povo, «a esperança é a última a morrer». Mas, de facto, o que tem avançado de forma acelerada são as reformas que interessam aos grupos económicos e financeiros, que facilitam e aceleram as

privatizações mesmo em sectores que prestam serviços públicos essenciais como as telecomunicações, os correios, os transportes e a energia. Assim, quando o Presidente francês apresentou o programa para os próximos seis meses, não se ouviram proposições claras quanto à mudança que é preciso fazer, designadamente relativas à necessidade de acabar com a subordinação da política social à lógica do pacto de estabilidade e das orientações actuais do Banco Central Europeu (BCE). É verdade que falou de uma Europa ao serviço do crescimento, do emprego e do progresso social, da adopção de uma Agenda Social Europeia, de uma Carta dos Direitos Fundamentais e de um maior envolvimento na luta contra todas as formas de exclusão, mas sem referir as suas causas. Ora, enquanto as políticas monetárias forem a base do essencial das decisões das políticas macro-económicas, o capitalismo continuará a impor as suas regras, e só com um reforço da luta de classes os trabalhadores e seus aliados conseguirão fazer aprovar uma verdadeira agenda social, um efectivo programa comunitário de acção de incentivo à cooperação entre os Estados-membros em matéria de luta contra a exclusão social e a consagração dos direitos sociais, económicos e culturais. Se assim não

for, teremos, na Cimeira de Nice, no final da Presidência francesa, declarações interessantes, alguns milhões de euros para realizar mais uns estudos, mas, no essencial, tudo continuará na mesma.

Opções perigosas

Onde a Presidência francesa aposta decisivamente é na reforma das instituições, não para melhor servir



os cidadãos dos 15 Estados-membros actuais e dos novos 12 ou 13 países candidatos, não para combater as desigualdades e promover a coesão económico-social, mas sim para garantir um reforço do poder dos países mais poderosos. É, novamente, a reafirmação do eixo franco-alemão a tentar impor-se aos restantes países, a apostar na criação de mecanismos institucionais, incluindo um directório político, para tentar impor a defesa dos seus interesses a todos, mesmo que os povos e/ou os governos dos pequenos e médios países se oponham. A sua permanente aposta na instituição das «cooperações reforçadas» é disso um bom exemplo. O anúncio do Conselho Europeu de Biarritz, dois meses antes do de Nice, essencialmente consagrado à reforma institucional demonstra, igualmente, que esta é uma aposta fundamental da Presidência francesa

Outra aposta decisiva é na política militarista, com o apelo às indústrias de armamento para que confirmem, designadamente com os seus programas, as ambições políticas da Europa da Defesa.

Estão, pois, enunciadas as bases de uma presidência que tentará avanços concretos em domínios perigosos para o futuro das populações da União Europeia, e pouco augura de positivo para os trabalhadores.

Presidente do Irão visita a Alemanha

A Alemanha e o Irão vão reforçar a sua cooperação, anunciaram os responsáveis dos dois países na segunda-feira, logo após a chegada a Berlim do presidente iraniano Mohammed Khatami. É a primeira vez que um chefe de Estado iraniano visita a Alemanha desde 1979. Após conversações com Khatami, o chanceler Schroeder falou de um «novo começo» das relações entre os dois países, «com respeito pelas suas diferentes culturas». Schroeder anunciou ainda que o governo alemão irá aumentar o seu aval às exportações para o Irão, de 200 milhões de marcos (cerca de 20 milhões de contos) para mil milhões de marcos (perto de 100 milhões de contos). Foi também decidido reunir de novo, a breve prazo, a comissão mista germano-iraniana para os assuntos económicos, inactiva desde 1991. A cooperação abrange ainda o combate ao narcotráfico e ao terrorismo a nível internacional.

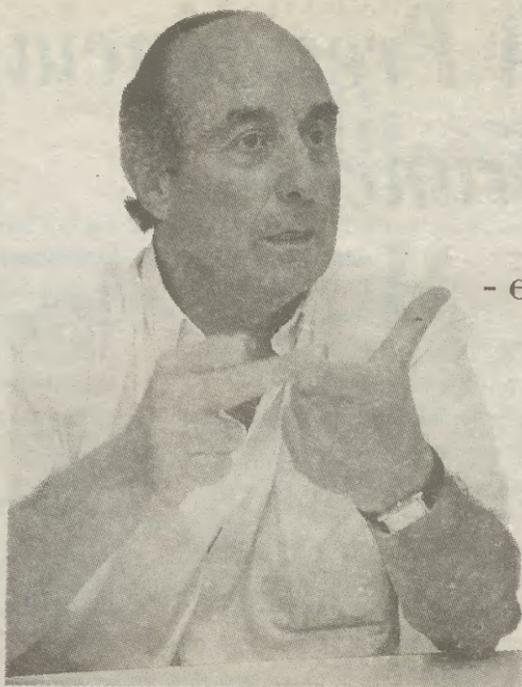
Eleições no Kosovo...

A Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, OSCE, confirmou no início da semana a realização de eleições municipais no Kosovo em Outubro, por escrutínio proporcional. Segundo o chefe da missão da OSCE na província jugoslava administrada pela ONU desde o fim da agressão da NATO, Daan Everts, «trata-se do primeiro teste livre e democrático».

De acordo com o regulamento eleitoral assinado pelo administrador da ONU no Kosovo, Bernard Kouchner, pelo menos 30 por cento de mulheres deverão figurar entre os 15 primeiros nomes de cada lista; o recenseamento eleitoral termina no dia 15 de Julho e a participação nas eleições é obrigatória. O mandato dos eleitos para os lugares em disputa nas 30 autarquias será de dois anos. A minoria sérvia, que não reconhece a validade destas eleições, organizadas à revelia das autoridades legítimas da República Federal da Jugoslávia, tem recusado recensear-se. Segundo dados da OSCE, vivem actualmente na província jugoslava (de maioria albanesa e 1,9 milhões de habitantes) aproximadamente 100 000 sérvios.

... e no Haiti

O partido «A Família Lavalas» reivindicou a vitória na segunda volta das eleições legislativas de domingo no Haiti. Os resultados oficiais do escrutínio, boicotado pela oposição e cuja validade os observadores internacionais não reconhecem, ainda não foram anunciados. Não há igualmente qualquer estimativa oficial da afluência às urnas, que foi diminuta. Segundo a oposição, a população acatou a sua palavra de ordem de boicote ao escrutínio. Para o responsável socialista Victor Benoit, segundo o qual houve «menos de um por cento de votantes», este facto traduz «o descontentamento da população contra o poder Lavalas».



«A esquerda ainda não encontrou o caminho para fazer frente ao terrível poder do imperialismo.» As palavras são de Paco Frutos, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha (PCE), que em entrevista ao «Avante!» analisa as causas da recente derrota eleitoral do seu partido e aponta caminhos para o reforço das forças de esquerda.

Nas recentes eleições gerais em Espanha, o PCE e a Esquerda Unida ficaram muito aquém das expectativas. Como avalia a situação do partido na sequência desses resultados?

É uma situação difícil. Falando em concreto dos resultados eleitorais da Esquerda Unida, que afectam de igual forma o Partido Comunista de Espanha, há que reconhecer que foram maus. Em Junho do ano passado obtivemos menos de metade da percentagem que havíamos tido nas eleições autárquicas, autonómicas e europeias; agora, nas eleições gerais de 12 de Março, tivemos metade da percentagem e dos votos que havíamos tido nas eleições gerais de 1996.

A que se deve esse mau resultado?

Temos muitos defeitos, insuficiências, cometemos erros - alguns importantes -, mas a culpa não é apenas nossa nem devido a causas subjectivas. Há uma situação objectiva, muito má para a esquerda, tanto em Espanha como em Portugal, na Euro-

pa, no mundo em geral. Vivemos um momento em que, dado não existir nenhum contrapoder no mundo que faça frente à agressividade imperialista dos EUA, à agressividade do neoliberalismo como modelo de desenvolvimento económico e ao pensamento único, o imperialismo sente forte, seguro, e pôs em marcha nos últimos dez anos, sem complexos, todo o seu programa mais conservador. Isto sucedeu tanto no que se refere ao mercado de trabalho como à economia em geral, como em relação às comunicações, à intervenção militar quando é do interesse do imperialismo, em relação ao domínio cultural através dos potentes meios de comunicação que divulgam em tempo real qualquer coisa que aconteça no mundo. Esta realidade pesa sobre a esquerda, que não encontrou ainda uma forma de lhe fazer frente.

A esquerda enfrenta dois problemas. Por um lado, as conquistas sociais que a própria esquerda, historicamente, pôs em marcha, jogam contra ela, na medida em que há mais gente com um deter-

Não é possível fazer uma política de esquerda a pensar apenas nas próximas eleições

Reforçar a esquerda

- entrevista com Paco Frutos, secretário-geral do PCE

• Anabela Fino texto • Jorge Caria fotos

minado nível de vida, um determinado nível social, cultural, para quem aquelas reivindicações que antes tinham sido impulsionadas pela esquerda, a partir do movimento operário, já estão de certa forma alcançadas. Ainda que, paralelamente, não se dêem conta de que o neoliberalismo actual está a liquidar uma parte das vitórias sociais que a luta do movimento operário e da esquerda tinha conquistado. Principalmente os jovens, que não conheceram outra realidade; já há leis laborais e sociais que se perderam, mas como eles nunca as conheceram, não as sentem como perdas, pura e simplesmente não existem. Perderam inclusive a memória histórica dos últimos anos. Esta é uma primeira situação de que temos de estar conscientes.

Quer isso dizer que não se pode fazer nada?

Não, de forma nenhuma. Tem havido mobilizações importantes, ainda que parciais, como em Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) e as suas decisões cada vez mais de rapina, de pirataria internacional; ou como em França, nos últimos dias, de solidariedade com os que estão a ser julgados por se terem oposto à globalização da OMC (em concreto com os que incendiaram o McDonald's); ou ainda em Itália, Londres, Davos, etc., etc., etc. No Brasil são os Sem Terra que se mobilizam... Há movimentações no mundo, na verdade, o que não há é um movimento com força suficiente para contrariar o peso terrível que têm actualmente o imperialismo e o capitalismo.

Será porque as forças de esquerda não estão a dinamizar suficientemente essas lutas?

Essa é a segunda questão. Tenho estado a falar de uma situação objectiva; coloca-se agora a questão subjectiva: fazem os partidos de esquerda, os sindicatos, os movimentos sociais de esquerda, o suficiente ou o necessário, o que a situação exige para lhe fazer frente? Creio que não. Não fomos capazes, em primeiro lugar, de entender bem, com profundidade, os fenómenos que estão a ocorrer; por vezes olhamos para fenómenos novos de uma forma

excessivamente clássica ou velha, ainda que muitos deles sejam exactamente os mesmos que havia há 50 anos, que se repetem, embora de forma diferente. Mas há fenómenos novos. Há seguramente uma forma diferente de estabelecer a comunicação com a sociedade, que vive processos de comunicação em tempo real; há também uma forma de relação social que rompe em grande parte com os vínculos solidários que historicamente havia estabelecido o sindicalismo, o movimento operário, etc. Nós não fomos capazes de nos adequar a esta situação, pelo que, muitas vezes, a força que temos não serve para estar na sociedade, onde estão os problemas das pessoas, nem para descobrir soluções para esses problemas e fazer com que as pessoas se interessem e defendam as soluções que apresentamos. Efectivamente temos responsabilidades neste domínio.

E em Espanha? Como é a situação depois da experiência de aliança eleitoral com o PSOE?

A situação era difícil antes

do acordo com o Partido Socialista...

O acordo foi contestado no seio da Esquerda Unida?

Não, não. Houve posições mais ou menos favoráveis, contrárias, mas não uma contestação. Em Dezembro último, a Esquerda Unida batia-se pela necessidade de ter grupo parlamentar, o que em Espanha significa ter pelo menos cinco por cento dos votos e cinco deputados. O problema era este. Quando o PSOE aceitou as

«Vivemos um momento em que não existe nenhum contrapoder no mundo que faça frente à agressividade imperialista dos EUA.»

propostas que a Esquerda Unida vinha fazendo insistentemente, desde há alguns anos, para fazer frente às políticas do Partido Popular e tentar vencê-lo, foi muito tarde. A resposta veio quatro semanas antes das eleições, deixando-nos praticamente sem tempo para explicar o que propúnhamos. E quando não há possibilidade de explicar uma política unitária, uma aliança, um acordo, muita gente pode pensar que se trata pura e simplesmente de uma luta pelo poder. Além disso, como o PSOE havia desenvolvido uma política muito conservadora em aspectos muitos importantes, tinha registado casos de corrupção muito generalizada, tinha actuado contra o terrorismo através do terrorismo de Estado, este acordo necessitava de um tempo mais ou menos dilatado para ser explicado ao eleitorado. E essa explicação não podia ser a que deu o Partido Socialista, que era a de afastar o PP, que é de direita, para irmos nós para o poder, que somos de esquerda, mas sim que era preciso afastar o PP para derrotar as suas políticas de direita e implementar

Camp David

Cimeira israelo-palestina

A cimeira israelo-palestina que terça-feira começou em Camp David, nos EUA, tem uma semana para dar os seus frutos. O presidente norte-americano, Bill Clinton, deixou bem claro que os EUA pensam ser possível concluir um acordo de paz antes da cimeira do G-8, no Japão.

A cimeira do G-8, entre os sete países mais industrializados e a Rússia, reúne de 21 a 23 de Julho, mas Clinton deve partir para o Japão no dia 19, de forma a participar nos trabalhos preparatórios. Em fim de mandato, nada agradaria mais a Clinton do

que apresentar a paz israelo-palestina como um troféu pessoal, mas os pontos de discórdia que subsistem podem truncar-lhe as aspirações.

A pressão, no entanto, é forte. Numa carta publicada no semanário Newsweek, Clinton afirma que o êxito das negociações «depende agora de decisões que só os dois dirigentes [Arafat e Barak] podem tomar», e alerta que «se as partes não aproveitarem este momento para fazer progressos, haverá mais hostilidade, mais amargura e, talvez, mais violência».

Clinton insiste em que não há garantias de êxito, «mas não o tentar seria garantir o fracasso».

Concessões

Em Camp David está Madeleine Albright, no papel de moderadora. Segundo Albright, Arafat e Barak estão «dispostos a fazer concessões», mas é justamente neste ponto que tudo se complica, dada a situação interna que se vive tanto do lado palestino como israelita. Quanto aos palestinos, não falta quem afirme, como Ziad Abou Amer, um inde-

pendente eleito do Conselho Legislativo Palestino (Parlamento), e um dos 10 membros da delegação política da OLP às negociações de Camp David, que a cimeira está condenada ao fracasso devido à actual crise governamental em Israel. «A delegação palestina será submetida a pressões para aceitar compromissos à custa das posições palestinas», declarou Abou Amer em Gaza, citado pela Lusa. Sucede no entanto que, na opinião de Abou Amer, «é Barak que deve ser submetido a pressões», o que está à partida inviabilizado, «porque o seu

governo desfez-se em pedaços».

Na verdade, o executivo de Barak ficou em minoria depois do abandono, no domingo, de três partidos de direita da sua coligação governamental, em protesto contra as hipotéticas concessões por parte do primeiro-ministro aos palestinos. Estes, por seu turno, temem agora um endurecimento da atitude de Barak nas negociações. Os principais pontos litigiosos são as questões das fronteiras, do estatuto de Jerusalém, dos refugiados palestinos e dos colonatos israelitas em territórios palestinos.



outras políticas, de esquerda. Não foi possível explicar isto porque nem sequer houve tempo. Foi portanto um acordo tardio, feito em más condições, que provocou uns resultados pobres, ainda que, francamente, na análise maioritária que fazemos na Esquerda Unitária e no Partido Comunista, esta política que seguimos, esta política aberta, nos permitiu aguentar o golpe e ter pelo menos um grupo parlamentar e uma presença de oito deputados. Não é muito, mas permite-nos ter uma presença política com um grupo parlamentar próprio no parlamento espanhol.

Chegados a este ponto, quais são as perspectivas em termos de desenvolvimento?

Em Espanha, como noutros países, não há neste momento possibilidades de levantar de novo o voto da Esquerda Unida, o voto das esquerdas, e fazer uma política de esquerda, se pensarmos apenas nas próximas eleições, dentro de três ou quatro anos. Não, a política tem de ser feita agora.

E quais são as políticas?

Espanha continua a ter um nível de desemprego alto, muito alto; em termos reais, de 15 por cento, segundo os critérios utilizados a nível europeu, ainda que de acordo com as estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho não vá além dos 10 por cento. Além disso, muito do trabalho existente, sobretudo o criado mais recentemente, é trabalho precário e temporário; ao contrário da Europa, em que este tipo de trabalho representa 12 ou 13 por cento, em Espanha representa cerca de 33 por cento. Temos portanto uma situação complicada a nível de emprego, pelo que a luta contra o desemprego e pelo pleno emprego, com condições, continua a ser fundamental. Existe, por outro lado, a necessidade de prosseguir a luta por uma progressividade fiscal, para que os impostos não continuem a ser cada vez mais os impostos indirectos sobre os que pagam, fundamentalmente a população trabalhadora, mas sim os impostos directos sobre as fortunas e sobre os rendimentos e salários mais elevados.

Defendemos igualmente a luta pelo encerramento das centrais nucleares, que já não é uma utopia, como se vê pelos países mais avançados, como a Alemanha, onde foi

«Os jovens, sobretudo, não se dão conta que o neoliberalismo está a liquidar uma parte das vitórias sociais que a luta do movimento operário e da esquerda tinha conquistado»



recentemente acordado o prazo para a sua desactivação...

Um prazo de 30 anos...

É um processo complexo, contraditório, mas há um princípio de acordo. É o que defendemos.

Temos por outro lado o problema da construção europeia em curso, que vai contra os interesses gerais dos trabalhadores, na medida em que não há uma Carta Social desenvolvida, nem Carta dos Direitos Fundamentais Europeus... Ou seja, estamos perante um processo em que o capital e os grupos que controlam a economia e as finanças vão impondo o seu ritmo, e não há nenhum mecanismo para os controlar a não ser os parlamentos nacionais, que por seu turno cada vez têm menos competências em algumas questões importantes. Já há muitas questões importantes que só podem ser decididas a nível europeu. E quem é que decide a nível europeu? A Comissão Europeia. O Parlamento Europeu, que sempre tem posições mais avançadas, mais progressistas, mais de esquerda do que as da Comissão, formada pelos governos, encontra-se impossibilitado de decidir em questões que afectam todos os cidadãos.

Podemos gostar mais ou gostar menos desta Europa que está a ser construída, mas há uma realidade que se está a impor. Na medida em que sejamos capazes de trabalhar com as forças de esquerda no nosso país, tentando romper a situação de derrota eleitoral que foi antecedida de uma derrota social, nessa medida poderemos superar a actual fase de grande dificuldade em que nos encontramos.

As posições das diferentes forças políticas que no Parlamento Europeu integram o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL) nem sempre são coincidentes. Como vão as relações entre o PCE e o PCP?

As relações vão bem. Naturalmente que há posições diferentes em relação a determinadas questões importantes, como é o caso da construção europeia, mas isso não é novo. Creio que já acertámos posições, entendendo que, independentemente do que pensa cada um de nós, a construção europeia está em curso, na maior parte dos casos sem que a esquerda, a esquerda real, transformadora, tenha um verdadeiro peso nesse processo. Pensamos que temos de procurar também a fórmula de as esquerdas que representamos - o Partido Comunista de Espanha, o Partido Comunista Português, a Esquerda Unida, o Partido Comunista Francês, a Refundação Comunista, o Partido Comunista Grego, os Socialistas Populares suecos, etc., etc. -, toda esta força que está representada no Grupo, trabalharem o mais coordenadamente possível, para conseguir mais força do que a que temos individualmente em cada um dos nossos países. Isso significa que temos de trabalhar nos nossos países e, ao mesmo tempo, trabalhar na Europa, porque caso contrário deixámos o processo de construção nas mãos do Partido Popular Europeu e da Internacional Socialista, que em muitos casos tem uma política igual à do PPE.

Caça aos mexicanos

• Miguel Urbano Rodrigues

A morte trágica de 58 imigrantes asiáticos cujos cadáveres foram encontrados num camião no porto britânico de Dover chamou por uns dias a atenção da Europa para as consequências da política de fronteiras fechadas imposta com rigor crescente pela União Europeia. Nos EUA, o acontecimento foi tema de manchetes nos grandes diários e nos telejornais. Entretanto, os mesmos *media* que em editoriais e reportagens alertaram para a desumanização crescente das sociedades industrializadas e ricas nesta viragem do milénio, costumam manter um silêncio quase absoluto sobre os crimes que diariamente são cometidos por norte-americanos na fronteira Sul do país, actos de pura barbárie de que são vítimas os imigrantes que tentam entrar ilegalmente nos EUA. Esse silêncio estudado explica a profundidade da desinformação sobre a política imigratória da Administração Clinton. Um inquérito recente revelou que 90 por cento dos norte-americanos, quando interrogados sobre o Muro do México, se limitam a dizer que «ouviram falar do assunto». Sabem apenas (e não todos) que existe um muro na fronteira da Califórnia. A ignorância na Europa dos 15 não será muito menor. É ínfima a percentagem de europeus que tem conhecimento de uma situação comprovada por estatísticas confiáveis: o número de imigrantes que morrem todos os anos ao tentarem ilegalmente atravessar o Muro do México é muito superior ao total de alemães que morreram de infúcio a fim no Muro de Berlim, cartaz permanente da propaganda anticomunista. Somente nos primeiros cinco meses deste ano já foram abatidas na zona da fronteira mexicana 112 pessoas indocumentadas. Essas estatísticas, aliás, apenas iluminam uma parcela dos crimes

cometidos no Muro erguido pelos norte-americanos. Os relatórios da Amnistia Internacional no capítulo sobre a violação dos Direitos Humanos nos EUA incluem informações pormenorizadas sobre a tortura, os espancamentos e as agressões sexuais que assinalam a actividade da Patrulha da Fronteira (a famosa Border Patrol, magnificadamente por Hollywood) na área do Muro.

Novo desporto no Arizona

Menos conhecidas são as actividades criminosas desenvolvidas por cidadãos norte-americanos contra imigrantes ilegais ao longo da fronteira líquida do Sul.

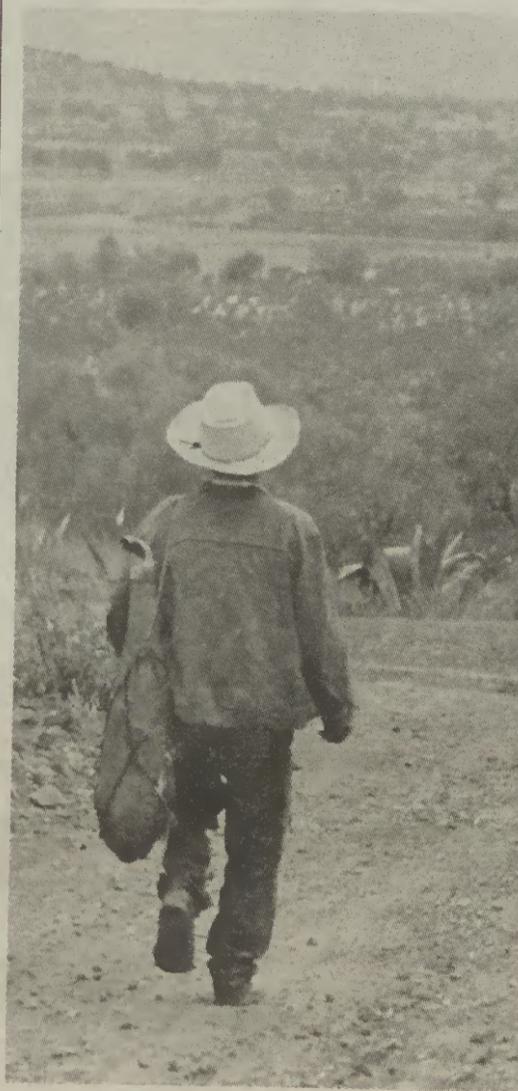
No Texas é o rio Grande - rio Bravo para os mexicanos - que separa os dois países. Af, os indocumentados atravessam a nado. Os afogamentos são frequentes porque a corrente, fora dos vaus, é forte.

Uma elevada percentagem ao pisar território norte-americano é presa pelas patrulhas que, escondidas, esperam as levadas de imigrantes.

No Arizona, os latifundiários da fronteira introduziram este ano uma nova modalidade de combate à imigração ilegal. Procuravam algo que, além de eficaz, fosse «divertido». E encontraram. Um rancheiro de origem australiana contou que na Austrália, até final dos anos 20, os grandes senhores praticavam na Província Meridional, perto de Adelaide, um desporto adaptado da tradição local da caça ao canguru. No final de festas campestres safam em carros especiais para o deserto. As matilhas de cães «levantavam» os aborígenes que corriam, tentando escapar. Eram abatidos a tiro como animais.

No Arizona não se vai tão longe. Mas o «desporto» introduzido configura a prática de um crime abjecto. O clube de rancheiros do Condado de Cochise organiza a montaria, que é nocturna. Em *jeeps* ou a cavalo, os caçadores correm pela região fronteiriça em busca de «peças». Quando encontram imigrantes ilegais que passaram a salto, tratam de prendê-los; e espancam-nos, antes de os entregarem amarrados às autoridades.

Essas «caçadas», cujos pormenores foram divulgados no México, provocaram uma vaga de indignação tão forte que a ministra dos Negócios Estrangeiros, Rosario Green, enviou uma nota de protesto à Comissária para Imigração e Naturalização dos EUA, exigindo que sejam tomadas providências que ponham fim às repugnantes «caçadas» de indocumentados no Arizona. Naturalmente, os grandes *media*, que aplaudiram as acusações a Cuba feitas (em manobra concebida em Washington) pela Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas e apoiaram a guerra de agressão contra o povo jugoslavo, não tomam conhecimento dos horrores do Muro do México e das caçadas humanas dos rancheiros de Cochise. A contradição ilumina bem a moral do *establishment* norte-americano.



A grande farsa democrática

Nada pior que ser enganado. Sobre tudo quando se trata da maioria da população que ainda acredita nos que têm acesso ao conhecimento dos mecanismos da sociedade e falam em nome do Estado e das leis. Além de ser traído na sua boa-fé, é manipulado como um boneco, é roubado, é tratado como ignorante e, em certos casos, é criminosamente impedido de defender a própria vida.

Isto é o mínimo que se pode dizer depois de uma Campanha Nacional de Controlo do Cancro de Colo de Útero, realizada em 1998 (ano eleitoral) pelo Ministério da Saúde no Brasil, que coletou e pagou, a grandes laboratórios privados, 3 177 740 exames e apenas leu 2 399 220, perdendo 778 520 lâminas não se sabe como nem onde, deixando as mulheres mais desinformadas do que antes, porque confiaram no conhecimento de outros que as enganaram.

Das lâminas lidas (sabe-se lá com que confiabilidade) constatou-se que 11 988 mulheres estavam afectadas pelo cancro. Hoje sabe-se que 26 por cento delas (3143 mulheres) não receberam tratamento por viverem em regiões mais pobres onde a desinformação é maior e o sistema de saúde mais deficiente.

A denúncia de tal crime nacional foi feita pela Deputada Federal Jandira Feghali, do PC do B, sem conseguir publicar a notícia

poder - político e económico - nas mãos das elites internacionais e dos seus emissários nacionais, o povo passou a ser apenas *consumidor* e o assalariado a *escravo robotizado*. E tudo isto atende pelo nome de *democracia*.

Vestidos com a roupa da moda, falando a linguagem da moda, usando a torto e a direito os telefones celulares, assimilando a falta de carácter e os hábitos de violência transmitidos através dos meios de comunicação social como mais uma das *modas* da sociedade moderna, a população «aceita» as condições impostas pelo mercado de trabalho cada vez mais apertado. Transformam-se em *robots*, papagueiam as fórmulas ensinadas pelas empresas, especializam-se em puxar o tapete aos colegas e a bajular os chefes para assegurarem o emprego, suprema glória para uma geração que não conheceu melhores dias quando o respeito humano e a

não for aperte o 3, se o assunto é referente às contas aperte o dígito 4,»... até chegar ao «se deseja falar com um dos nossos atendentes aperte o dígito 9». Aí temos a esperança de encontrar alguém de carne e osso capaz de responder às nossas questões que não se encaixam nos discos. Doce ilusão, o atendente apresenta-se educadamente, com nome completo, agradece e pergunta o que poderá fazer para nos ajudar. A seguir responde a qualquer pergunta com o disco gravado que decorou para assumir aquela função, sem espaço para pensamentos próprios. Não adianta: o utente pode pedir, mandar, exigir, ameaçar, que nada muda aquele disco rachado que dá informações comprovadamente falsas ou ineficientes. Desesperado, o infeliz consumidor vai à empresa onde não passa da porta, atendido por outro disco vestido de gente. Em último caso abre um processo no Tribunal e fica à espera indefinidamente.

Esta situação ocorre em relação às empresas de telefone (que em vez de uma, como antigamente, já são três que concorrem e absorvem a triplicação dos impostos exigidos pelo Governo), a de fornecimento de energia, de água, a de recolha de lixo, as da *internet*, os jornais e revistas, além de uma infinidade de outras que vão pouco a pouco formando os seus monopólios no chamado *livre mercado*.

A situação é mais dramática do que pode parecer. A sociedade transformou-se numa máquina impessoal, de frases gravadas, de pensamento enlatado, onde qualquer ideia que escape aos programas definidos pela elite poderosa é considerada uma anomalia perigosa. Para manter o dito *equilíbrio democrático* não se pode fazer uso do raciocínio comum e corrente, e para se alcançar algum êxito é imprescindível decorar sem falhas a cartilha empresarial com todo o vocabulário recheado de palavras em inglês.

Do ponto de vista social é a desgraça que se vê, mas do ponto de vista do ser humano o prejuízo é ainda mais grave. Sendo um ser normal, com dignidade, ele se frustra, amordaça as suas capacidades mentais, sente-se usado e humilhado na sua condição humana, reforça as suas inseguranças pessoais, sofre o moderno *stress* (antigo esgotamento), toma os remédios tranquilizantes, arrasa as relações afectivas que não comportam nem discos nem desabafos eternos sem propostas de saída, chega à loucura (fartamente alimentada pelas notícias de todo o mundo e pelos filmes que provocam a adrenalina da moda), comete crimes, vai para a cadeia superlotada, etc.

Como vivemos em democracia, o cidadão recorre aos seus direitos: sistema de saúde, previdência social, sistema judiciário. Que, evidentemente, não funcionam, mais superlotados que as cadeias públicas. E, como todos sabem que não há possibilidade de fazê-los funcionar, ninguém espera qualquer solução, nem o utente e menos ainda os funcionários. A falência é crónica e incurável, verdadeira guardiã do poder da elite.

Esperança permanente

Felizmente, o ser humano não abdica da sua qualidade essencial, a criatividade. Pode ser que uma geração seja sacrificada no início da sua vida adulta, ou que os mais velhos desistam de lutar por cansaço. Mas sempre haverá a chama da esperança a incentivar novas buscas de caminhos alternativos, mais por preocupação com as gerações vindouras do que com a situação pessoal.

Começam a surgir as novas teorias que condenam os preconceitos e promovem o valor popular, denunciando o abuso da elite. As religiões se unificam trazendo a imagem divina para o ser humano, distanciando-se das hierarquias e aceitando as várias interpretações e divindades transmitidos por diferentes culturas. Os estudiosos das ciências médicas sacodem o jugo dos laboratórios farmacêuticos e abrem o seu conhecimento para incluir no organismo humano a presença das emoções como causas dos seus desequilíbrios ou garantes da sua saúde. Defendem a medicina preventiva que tem sido esmagada pela indústria *curativa*. Os pedagogos defendem a sensibilidade natural do indivíduo como o melhor caminho para a educação, ao contrário dos que procuram incutir ideias para que os alunos pensem.

Invertem-se os caminhos que antes nasciam nos laboratórios das torres de marfim e eram transmitidos (vendidos) aos *pobres ignorantes*, como julgam ser o povo, para a busca do conhecimento na realidade vivida (vivenciada, como se diz). A função do investigador erudito é aprender com os que vivem interligados com a realidade, não com a elite que se distancia. A função do médico é descobrir onde as falhas do ambiente (como a vida robotizada e a mente gravada em disco) provocam os desequilíbrios do organismo. Provavelmente precisamos de menos medicamentos e mais respeito para sobreviver, de menos cursos e mais diálogos, de menos ameaças e mais amor.

Quebra-se a visão mecânica que impunha uma elite, produzida por um sistema económico injusto, como a detentora do conhecimento para governar e dos recursos para viver de modo saudável e criativo. Está fartamente demonstrada a vocação autoritária e egoísta de toda e qualquer elite. Ela é incompetente para manter a democracia, assim como tem sido incompetente para resolver os problemas de saúde e das aspirações místicas da humanidade, porque a sua meta é manter o poder, mesmo à custa de farsas criminosas como belas campanhas populares que resultam em fraudes e corrupção, e não colaborar com o seu humano.

O assunto é complexo, sobretudo porque abarca uma gama enorme de ciências e filosofias. Mas abre um caminho de esperança, de renovação da vontade de criar um novo modelo de consciência social. Neste pântano em que nos atolamos sob as ordens de governantes cada vez mais medíocres e complacentes com os megacrimes da globalização, surgem luzes de renascimento como ocorreu para se sair das trevas da Idade Média. É uma esperança.



em vários jornais do país - *O Globo, Jornal Nacional e Correio Brasiliense* -, que se permitem censurar as matérias. Portanto, além de, em nome da democracia, terem abusado da boa-fé das mulheres e terem abandonado milhares delas ao risco de morte, impedem que seja divulgada a informação sobre o crime cometido.

Democracia em disco

Com a malfadada globalização, que nada mais foi do que a centralização do

ética preenchiam as necessidades emocionais do cidadão comum.

No Brasil, com a venda das empresas de serviços públicos aos estrangeiros, surgiram umas novidades que aparentemente seriam benéficas para o consumidor. Por exemplo, há linhas telefónicas gratuitas que começam pelo número 0800 para informar e resolver os problemas sem a necessidade de procurar um balcão de informações. O ingénuo utente é atendido por um disco que tem frases gentis gravadas e recomenda: «se já é nosso cliente aperte o dígito 2, se

• Manoel
de
Lencastre

Tempo de angústia e lágrimas para Tony Blair

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, está a viver, como sempre se previra, nas condições alucinantes e próprias de todos os políticos sem princípios que abraçam soluções fáceis e de espectáculo com os olhos na resultante popularidade.

Fugindo a enfrentar, corajosamente, as grandes questões da sociedade britânica actual, Blair tem-se revelado, gradualmente, o governante de terceira ordem já pressentido. Agora, vêmo-lo perdido no centro de um terramoto político e pessoal. Prevê-se o mais tempestuoso dos congressos trabalhistas desde que se inventou o «New Labour». Blair chegou ao fim de todas as suas possibilidades. Há quem admita que se demitirá.

Os últimos dias foram dramáticos para o governo trabalhista modernizado por políticos fugitivos do «Labour» real. Já Tony Blair tinha sido pateado do Congresso do Instituto das Mulheres. Todo o país a rir da proposta do primeiro-ministro segundo a qual os jovens encontrados nas ruas, à noite, embriagados, seriam multados logo ali e acompanhados pela polícia a uma caixa de serviço dos Bancos de onde levantariam dinheiro para o pagamento instantâneo dessa multa. Continuam a acumular-se acusações de que o futuro da Grã-Bretanha como país independente anda a ser hipotecado por cedências de Blair à UE. O caos do Serviço Nacional de Saúde mantém-se como a principal desilusão que o «New Labour» ofereceu ao povo britânico. A falta de fundos é gritante. As listas de espera aumentam, diariamente.

**Pensionistas:
250 escudos por semana**

Blair anda a fugir de comprometer-se, de explicar-se sobre a Europa. Não toma posição quanto ao projecto fede-

ralista que envolve a harmonização fiscal em toda a UE, um exército, um sistema judicial único. Sabe que o povo britânico dificilmente concordará com propostas de conteúdo tão profundo.

Os conservadores, compreensivamente, agitam estas questões. A Grã-Bretanha, nação de fundas tradições, uma das mais ciosas do seu passado histórico, jamais aceitará deixar-se absorver num Estado Europeu único. O país real deseja discutir as coisas, concretamente. Blair foge.

Alarga-se o abismo entre pobres e ricos. Os 20% de mais recursos no país auferem rendimentos anuais de 51 220 libras, em médias, anualmente (16 400 contos) mas os 20% mais pobres apenas tocam 2941 libras (941 contos). As desigualdades estão a consumir a sociedade. Basta examinar o debate de há dias sobre o projecto de orçamento para os gastos domésticos da família real – estima-se que o total dessas despesas ascenda a 2,5 milhões de contos. Mas o deputado aos Comuns, Dinis Skinner, perguntou: «O que há de tão especial nesta família que pretende gastar 8 milhões de libras enquanto os aumentos concedidos aos reformados e aos pensionistas não foi além dos 75 pence (250 escudos) por semana?

O governo
do «New Labour»
está
desacreditado



Tragédia

O rapaz disse chamar-se Euan John e ter 18 anos de idade. A polícia descobriu-o estirado num dos pavimentos da famosíssima Leicester Square (centro de Londres) mesmo junto à entrada do cinema Odeon. Estava completamente perdido na inconsciência da embriaguez. Chegaram mais dois carros da Polícia. Uma ambulância. Imensa gente à volta. Eram 11 horas da noite. Os para-médicos que tripulavam a ambulância conseguiram reanimá-lo. Levaram-no para a esquadra de Charing Cross.

Como é da praxe, os polícias fizeram-no esvaziar os bolsos antes de o meterem numa das celas. A esquadra de Charing Cross é uma das mais movimentadas do West End. Cai lá de tudo – carteiristas, prostitutas, chulos, pequenos patifes, desordeiros, noctívagos que desistiram, jovens sem abrigo, idosos que, já sem esperança, se deixaram abandonar nas ruas. Mas, examinando os papéis do recém-chegado, os polícias tiveram a grande surpresa das suas vidas – o jovem tinha-os enganado, posto que se chamava Euan Blair e apenas ia nos 16 anos. Era o filho do primeiro-ministro. O pai andava a desgovernar o país. A mãe estava de férias em Portugal com o pequeno Leo.

A esquadra não perdeu tempo em telefonar para os colegas do «Special Branch» de serviço no n.º 10 de Downing Street. Foram buscar o rapaz, era já uma hora da manhã, por isso que não é normal manter-se o filho do primeiro-ministro preso por vagabundagem e embriaguez. Mas foi-lhe instaurado processo. A tragédia do primeiro-ministro não resulta, apenas, de haver desiludido o país com falsas promessas e sorrisos hipócritas. É uma tragédia que o atinge, agora, onde mais dói – na própria família.

Britânicos contra o Euro

O debate sobre o Euro começou a ganhar aspectos momentosos. Com o governo a tentar refugiar-se num injustificável silêncio oficial, o país agita-se.

Quem favorece a adesão ao Euro? Alguns sindicatos reformistas que imaginam o aumento rápido das exportações e, conseqüentemente, das possibilidades de emprego no sector; os Bancos, cujo objectivo principal consiste na simplificação das operações cambiais, na eliminação de riscos, no alargamento do respectivo campo de acção; as empresas exportadoras. Individualmente, todo o país sabe que os ministros Stephen Byers (Comércio e Indústria), Peter Mandelson (Irlanda do Norte) e Robin

Cook (Foreign Office) agitam a favor da moeda única europeia. Mas o Chanceler do Tesouro (Gordon Brown), o secretário de Estado para os Transportes (John Prescott) e outros, continuam a manifestar dúvidas. Tony Blair, também favorável à rendição ao Euro, mostra-se, prudentemente, silensioso.

Naturalmente, os tubarões que dirigem os grandes monopólios globalistas são todos a favor da entrada no Euro – Lord Marshall (British Airways), Sir Richard Needham (NC, Europe e Dyson Appliances), Lord Haskins (Northern Foods), Peter Blackburn (Nestlé, UK) entre muitos outros. Os dirigentes de companhias mais voltadas para o mercado interno,

porém, advogam a manutenção da moeda nacional, a libra esterlina. Neste campo, situam-se Sir Stanley Kalms (Dixons), Lord Hanson (Hanson, plc), Ruth Lea (Institute of Directors), Simon Wolfson (Next plc).

São os representantes das empresas nipónicas implantadas na Grã-Bretanha, tal como os das que vendem os seus produtos no estrangeiro os que mais estridentemente exigem a adesão ao Euro. Afirmam que a elevada taxa de câmbio da libra lhes impossibilita as exportações. O próprio embaixador britânico em Tóquio deixou-se manobrar por estes interesses e apareceu, publicamente, a chorar lágrimas de crocodilo pelos investidores nipónicos e pelas grandes empresas do sector automóvel japonês na Grã-Bretanha. Todavia, com os investimentos estrangeiros à média de 250 000 milhões de libras por ano, não será por aí que os defensores da entrada no Euro derrotarão a tendência geral da população do país. Os britânicos não desistirão da sua própria moeda nacional.

Livros



Cândido de Oliveira - Uma biografia

«Escrevi este livro aliciado pelo tema que as minhas investigações sobre a vida de Cândido de Oliveira empolgaram. Terminada a tarefa das consultas na Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional, nos arquivos de "A Bola", e avaliadas as entrevistas com quem conheceu de perto mestre Cândido, deitei-me à escrita com alvorçado empenho.»

Este «alvorçado empenho», assim confessado de forma empolgada, é o do jornalista **Homero Serpa**, que deste modo começa o «Prémio» do seu livro «**Cândido de Oliveira - Uma biografia**», agora publicado pela **Editorial Caminho** na coleção **Nosso Mundo**.

Nem outra coisa seria de esperar, aliás, de quem tão bem soube debruçar-se, em pouco mais de duzentas páginas que se lêem de um fôlego, sobre uma das personalidades mais cativantes e marcantes do nosso jornalismo (e não apenas do jornalismo desportivo) e também do homem-livre que, na luta antifascista, se ergueu contra a ditadura - por isso sendo objecto das malfetorias da repressão e dos esbirros da PIDE, chegando a pagar com a prisão e deportação para o Campo de Concentração do Tarrafal e posterior transferência para as prisões de Caxias e do Aljube em meados dos anos 40.

Com efeito, para além de sublinhar na escrita saborosa e desenhada do seu livro os aspectos mais relevantes da trajectória desportiva de **Cândido de Oliveira** (enquanto futebolista, treinador, seleccionador), **Homero Serpa** coloca igualmente em plano de destaque a sua actividade de director de um jornal de referência nesta área, como «**A Bola**», mas desvendando do mesmo passo outras pistas porventura menos conhecidas - a de escritor polivalente, de espírito observador e interessado pelas várias vertentes da sua vivência e de homem político empenhado - assim revelando o melhor da sua digna conduta e espírito íntegro nas várias actividades em que deixou, com o seu exemplo ímpar, inúmeros seguidores.

Seguidores que viram e vêm em «mestre Cândido» um exemplo a seguir - como «o homem do futebol, ao nível do estudioso, e o jornalista, consagrado pela coragem e virtuosismo», a par do «democrata de integridade absoluta», cujos traços biográficos essenciais até hoje estavam por desvendar em toda a sua grandeza.

Também por isso, este livro de Homero Serpa, preenchendo uma lacuna, vem ajudar a que melhor compreendamos, na sua perspectiva humanista, uma interessante personalidade da nossa vida cívica e cultural.

Literatura

• Ana Gonçalves

Pablo Neruda

Em memória do poeta

23 de Setembro de 1973: o funeral do grande poeta chileno Pablo Neruda, comunista, militante pela Paz, Nobel da Literatura, foi a primeira manifestação pública contra a ditadura de Pinochet, que nem a força das armas conseguiu evitar

Provavelmente poucos conhecem Neftalí Ricardo Reyes Basoalto, o autor do poema «Lâmpada Marinha» de que acima se transcreve apenas a parte final. Muitos desconhecem igualmente que o poema, dedicado a Portugal e ao povo português, foi um valioso contributo à luta pela libertação de Álvaro Cunhal das garras da ditadura fascista de Salazar.

Recordar hoje «Lâmpada Marinha», sem prejuízo de uma posterior e mais completa divulgação deste belo poema, é uma forma de lembrar o homem que a 12 de Julho de 1904 nasceu em Parral, no Chile, e que o mundo viria a conhecer por **Pablo Neruda**, um dos maiores poetas contemporâneos.

Aos 23 anos Pablo Neruda iniciou-se na carreira diplomática, tendo corrido o mundo como cônsul do Chile: em 1927 estava na Birmânia; em 1929 em Ceilão; em 1930 em Batávia; em 1933 em Buenos Aires; em 1936 em Madrid, onde conheceu Garcia Lorca e a guerra civil de Espanha; em 1942 estava no México...

De regresso ao Chile, foi eleito deputado em 1945, mas a denúncia da traição do chefe de Estado Gonzales Videla, que eleito pelas forças democráticas se vendeu ao imperialismo, valeu-lhe a perseguição do regime.

... «Portugal (...)

Rompe
as teias de aranha que cobrem
tua fragrante copa de verdura
e então,
a nós outros filhos de teus filhos,
àqueles para quem
descobriste a areia
até então escura
da geografia deslumbrante,
mostra-nos que tu podes
atravessar de novo
o novo mar escuro
e descobrir o homem que nasceu
nas maiores ilhas da terra.
Navega, Portugal, a hora
chegou, levanta
tua estatura de proa
e entre as ilhas e os homens volve
a ser caminho.

A esta idade agrega
tua luz, volta a ser lâmpada,
aprenderás de novo a ser estrela.»



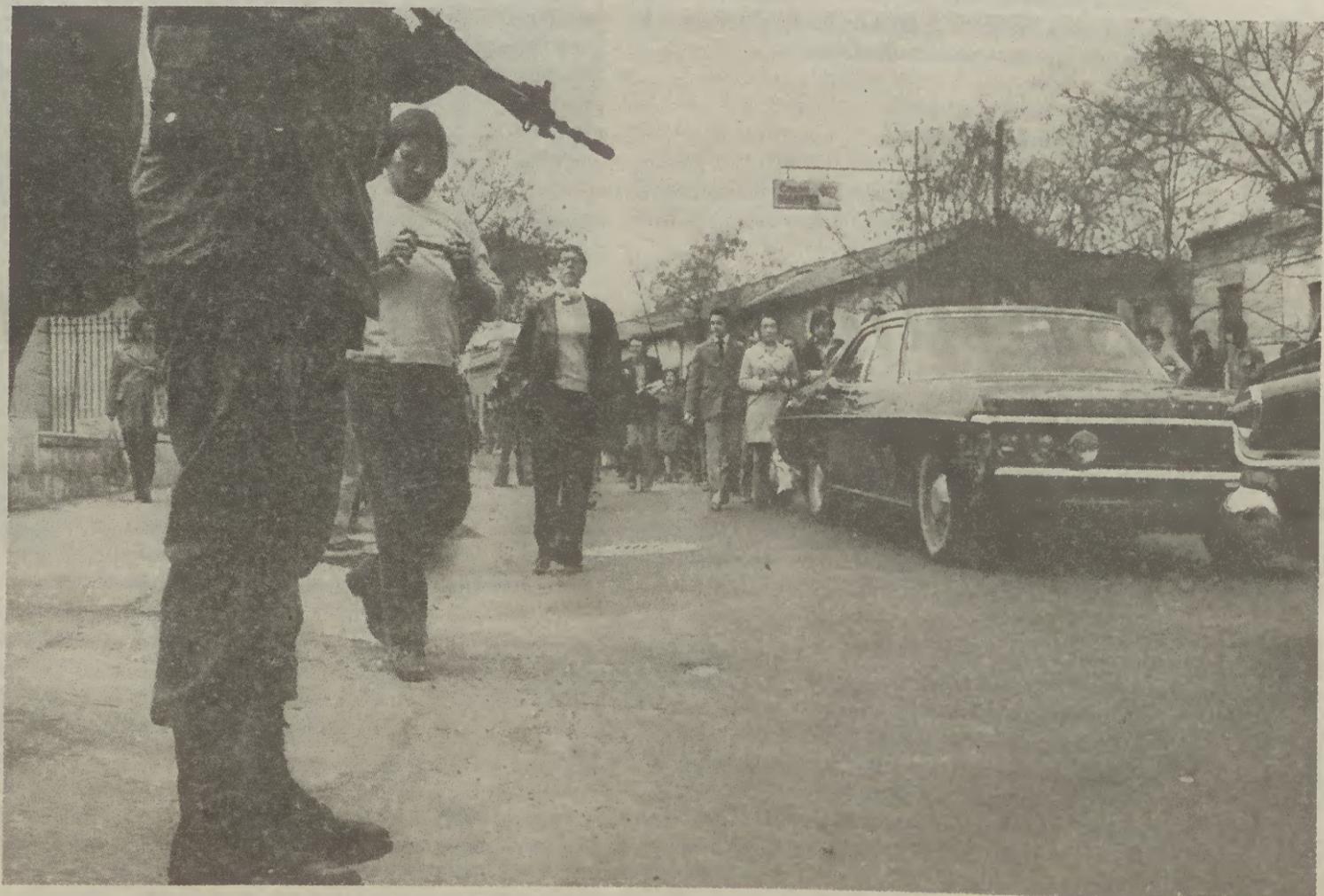
Poeta militante

Carta íntima para millones de hombres (Carta íntima a milhões de homens), publicado a 27 de Novembro de 1947 em «El Nacional» de Caracas, dado que no Chile passara a existir censura efectiva à imprensa desde 4 de Outubro, marca um ponto de viragem na vida de Neruda. A perseguição política de que é alvo por parte de Videla não o impede de proferir, a 6 de Janeiro de 1948, o discurso que virá depois a ser publicado sob o título de *Yo acuso* (Eu acuso). Mas a 3 de Fevereiro o Supremo Tribunal do Chile destituiu-o do cargo de senador, e dois dias depois os tribunais ordenam a sua prisão. Neruda passa então à clandestinidade e escreve *Canto General*, um hino à luta dos povos do continente americano. Acaba por sair do Chile a 24 de Fevereiro de 1949, desenvolvendo a partir de então uma intensa actividade em defesa da Paz.

Neruda, já internacionalmente reconhecido pela sua obra, volta ao Chile em Fevereiro de 1956. Publicado em todas as línguas e solicitado em todos os países para conferências, recitais de poesia, homenagens e debates, o poeta nem por isso deixa de participar na vida política e cultural do seu país. Em Agosto de 1969 é distinguido pela Universidade Católica do Chile como

doutor *honoris causa*, e em Setembro o Senado concede-lhe a medalha de prata, galardão reservado aos cidadãos ilustres. Ainda em Setembro é designado candidato à presidência da República pelo Partido Comunista do Chile, mas em Janeiro de 1970 renuncia à candidatura ao conseguir-se a designação de um candidato único da esquerda chilena: Salvador Allende.

Com o governo de Unidade Popular, Neruda é designado embaixador do Chile em França (21 de Janeiro de 1971). Nesse mesmo ano, a 21 de Outubro, é galardoado com o Prémio Nobel da Literatura. Um ano depois é nomeado membro do conselho consultivo da Unesco por um período de quatro anos. De regresso ao Chile, em Novembro, é homenageado pelo povo chileno no Estádio Nacional de Santiago do Chile. A 5 de Fevereiro de 1973, quando já se adensavam negras nuvens sobre a democracia chilena, renuncia à embaixada de Paris. Salvador Allende morre no golpe de Estado de 11 de Setembro de 1973, que vai mergulhar o Chile numa tenebrosa ditadura fascista até 1990. Pablo Neruda não resiste: morre no dia 23, na clínica Santa Maria, em Santiago do Chile. A ditadura de Pinochet não conseguiu impedir que o povo chileno prestasse a Pablo Neruda a merecida homenagem.



Desporto

• José Pascoal

Os franceses tratam-na popularmente por *Grande Boucle* (Grande Volta) - o que não deixa de ser curioso, posto que a França é um hexágono - mas sempre que a ela se referem com respeito e admiração apelidam-na de *Grande Reine* (Grande Rainha). A Volta à França em bicicleta - o Tour, como se diz na gíria - é isso mesmo, qualquer coisa que arrasta multidões, que altera estados de espírito. O Tour é qualquer coisa que todos encaram como algo mais do que uma mera competição desportiva. E, contudo, ela é, de há muito, a maior e mais importante competição velocipédica do Globo por etapas. E os seus vencedores são campeões ou heróis? E



O Tour é um mundo à parte

qual é ou qual foi o mais forte? Merckx ou Bobet? Anquetil ou Copi? Hinault ou Bartali? Induráin ou LeMond? Quem se atreve a dar uma resposta definitiva? É injusto, impossível mesmo, compará-los. O Tour vai fazer um século dentro de três anos. Há um antes e há um depois de duas Grandes Guerras. Quando muito, poder-se-á dizer que, apesar disso, qualquer que fosse o tempo, houve sempre ídolos - e nem sempre vencedores, como Raymond Poulidor, o popular Poupou - a exacerbar rivalidades e a acalorar discussões. Até os portugueses, dentro e fora de França, viveram intensamente as vitórias e os dramas desse gigante de Bregenjas (Torres Vedras) chamado Joaquim Agostinho, corredor que escreveu no Tour as mais belas páginas de uma carreira ímpar, finda abrupta e estupidamente. Um cão cruzou-se na sua vida, numa rua de Quarteira, num dia de Maio de 1984, e provocou-lhe a morte. No Portugal de então, Faro não possuía meios de salvar um acidentado com traumatismo craniano.

Uma cultura, uma paixão

O Tour é, fundamentalmente, uma aldeia de 4000 estranhos habitantes que muda de tecto todos os dias, um mundo à parte, onde durante três semanas parece que nada de especial ou anormal se passa no outro Mundo - o real -, uma cultura e uma paixão. Os franceses sentem-no como seu, mudam de vida em Julho para acompanhá-lo. Diante do televisor ou nas bermas da estrada. Viaturas bem estacionadas, dentro dos campos, se necessário for, que, no dia da passagem da caravana, os proprietários não se opõem à transformação de solo arável em parque de estacionamento. Todos sabem que as estradas têm de estar livres de obstáculos. E limpas, também. Como sempre. Daí os sacos de plástico pendurados nas árvores de 200 em 200 metros por todo o lugar onde há gente, comendo, bebendo, confraternizando, vivendo a festa, fazendo a festa, bem antes desse momento único, efémero, que é ver passar os corredores. Eles são os fugitivos de uma outra corrida. Sabem que as estradas encerram, no mínimo, três horas antes da chegada da serpente multicolor que passa diante dos seus olhos no espaço de... segundos. Dificilmente haverá gente que goste tanto de ciclismo como os franceses e

quem da modalidade tanto entenda como eles. Por obra e graça do Tour? Sem dúvida.

Mas a *Grande Boucle* é ainda palco em constante movimento, onde todos os estados de alma se expressam todos os dias: a dor e a alegria, o sofrimento e o prazer, e vaidade e a modéstia, a arrogância e a humildade; *passerelle* de vaidades e espaço de rituais de uma população muito especial, sobretudo aquele a que muitos chamam *povo do ciclismo*.

Aquele que ama verdadeiramente os actores de um espectáculo que exige deles esforço até aos limites da resistência humana, numa sucessão de dias (21!) que fazem dele, quantas vezes, cruel demonstração de sadomasoquismo. Assim mesmo. Com redundância. Um povo de muitas raças e nacionalidades, mas de um só *credo*: o ciclismo.

A vida nesta aldeia de gente estranha parece anárquica, mas tem a sua própria ordem, segundo uma *constituição* [Regulamento das prova] que não passou por veredicto popular, mas que todos aceitam, cientes de quem a desrespeitar tem tributo a pagar. No Tour, não há órgãos eleitos. No plano administrativo, o poder emana de quem tem a riqueza e os meios para o organizar, enquanto no desportivo provém das forças de cada concorrente. Quer isto dizer que não há democracia. E, no entanto, à partida, dir-se-ia que todos são iguais, enquanto participantes, mas a verdade é que as equipas que representam têm ao seu dispor meios bem diferentes. Humanos e financeiros. Em quantidade e qualidade. Neste sentido, a luta de classes passa também pelo Tour.

Os corredores, figuras centrais de um *desumano show* que, paradoxalmente, humaniza as estradas - nas planícies da Aquitânia, nas montanhas pirenaicas e alpinas ou nesse cenário lunar que é o Ventoux, onde hoje chega a caravana - andam nele por obrigação contratual resultante do vínculo laboral que os une às equipas que representam, mas com prazer também. Eles e quem os acompanha. O Tour é sempre um marco em qualquer carreira. Na do ciclismo como na do jornalista, do mecânico ou do fisioterapeuta, do director desportivo ou do médico. O Tour é esse outro mundo, ao seio do qual todos gostam de voltar, ano após ano. Pedale-se um pouco nas obras de Ernest Hemingway, Antoine Blondin ou Roland Barthes, para citar apenas três homens de letras, e pressinta-se quanta paixão eles nutriam por essa grande competição.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Vários

Projecto

O verso resistente

O verso de ser gente
o verso o leito
da febre o dente
cravado no peito
do dia ou ausente
mas com efeito

verso perfeito
o verso resistente

Poema de amor

Falar de ti? Mas como
se não há um adjetivo
suficientemente vivo.
Apenas um assomo
em cima do rochedo
à beira-mar
onde as palavras
têm medo
de chegar.
Sentir-te, eis a razão.

Tudo o mais é invenção.

Olha outro!

Um súbito querer
olhar-te.

Não ser
tudo arte
mas veias
azuis
aleateias
pauis
o dia incerto
de pólo a pólo
um livro aberto
no colo.

A correr
ofegante
toda a tarde
para um instante
de saber.

Olhar-te.

A uns que se dizem de esquerda

Fácil é mandar vir
à beira-mar
na babugem da onda.
Difícil é remar
remar
remar
assim
e assim
e assim
à procura do fim
que o mar esconda.

Conselho de amigo

Para o patrão só há
um bom empregado:
o que não está
sindicalizado.

Depois sucede
como a um chamado Jesus
na cruz
ninguém lhe matou a sede.

Quem está só é que se lixa.
No dia-a-dia é o que se vê.
Vá lá, pá. Assina a ficha
na CGTP.

Cartoon

• Monginho



Religiões

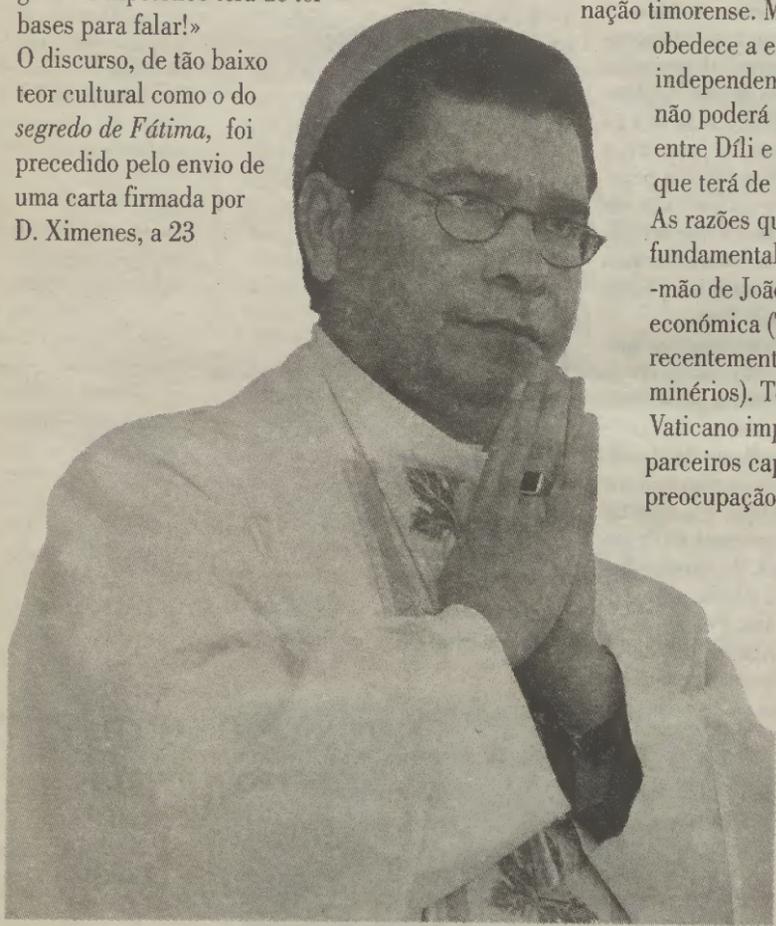
• Jorge Messias

A Igreja e Timor

Assistimos recentemente ao lamentável espectáculo do anúncio do *terceiro segredo* de Fátima, de baixíssimo nível cultural. Se o fundamentalismo é grotesco, o grotesco ridiculariza os seus protagonistas. Mas logo surgiu nas colunas dos noticiários um novo «fait divers» a animar a polémica político-religiosa.

O tão celebrado «Nobel da Paz», D. Ximenez Belo, de formação vincadamente conservadora e salesiano, particularmente ligado à *Comunidade de Santo Egdio*, declarou-se contra o uso de contraceptivos e exerceu, ao pronunciar-se sobre o assunto, o direito a uma livre expressão que ninguém lhe recusa. Mas o bispo excedeu-se. «Os católicos timorenses não têm querer. Para o católico não há querer. Há uma consciência cristã, moral, e este querer tem de se pautar, sempre, pela moralidade católica... O governo (a estabelecer em Timor-Leste) terá de ver as normas morais que há e tem de ouvir a igreja. Esse governo hipotético terá de ter bases para falar!»

O discurso, de tão baixo teor cultural como o do *segredo de Fátima*, foi precedido pelo envio de uma carta firmada por D. Ximenes, a 23



ONG's e ao departamento de Saúde da UNTAET. Nela se exigia o fim imediato da campanha de planeamento familiar em curso, visto este não merecer a aprovação da política da Igreja ...

Naturalmente que tanta arrogância choca e tanto disparate ofende. Porém, uma individualidade com o destaque público reconhecido ao Bispo de Díli, nunca fala sem reflectir no sentido do que diz. E é este sentido que importa encontrar se quisermos entender melhor o papel que três igrejas católicas diferentes têm desempenhado em Timor-Lorosae.

A primeira igreja é, naturalmente, a do Vaticano. Desde a famigerada visita de João Paulo II a Suarto que se sabe ter a Santa Sé interesses e investimentos muito elevados na região. Domina áreas fulcrais como as da Educação e da Saúde, e investiu fortunas, sobretudo nos petróleos, no ramo automóvel e nas telecomunicações. O Vaticano manteve-se, permanentemente, contra a causa da independência de Timor.

A segunda igreja é a de Jacarta, apoiante incondicional das forças armadas e da ditadura indonésia. Por razões óbvias, de natureza política e económica, defende a manutenção de Timor na esfera da influência da Indonésia. Mas acrescenta-lhe um outro factor de peso: a diocese timorense deve ser subsidiária da diocese de Jacarta, nomeadamente no plano político.

A terceira igreja é a de Timor-Lorosae. Conservadora, pietista, altamente dependente dos aspectos litúrgicos da religião é, todavia, constituída por timorenses que sofreram na carne as misérias e os pavores da ocupação estrangeira. Esta igreja tem, inegavelmente, um importante papel a desempenhar na construção da nação timorense. Mas é evidente que uma nação livre obedece a estruturas democráticas e independentes de terceiros. A igreja de Timor não poderá partilhar a sua fidelidade política entre Díli e o Vaticano. Chegará o momento em que terá de escolher.

As razões que se perfilam à sombra dos fundamentalismos de D. Ximenes, homem-de-mão de João Paulo II, são de natureza económica (Timor-Leste, declarou recentemente alguém, é uma imensa jazida de minérios). Têm uma componente política (o Vaticano impõe a sua presença aos perigosos parceiros capitalistas). E resultam de uma preocupação básica. Se a igreja católica,

altamente minoritária na Indonésia, perder o bastião de Timor, que base substituta poderá o Vaticano inventar para os seus planos de futura infiltração católica e de conquista da hegemonia nas regiões do Pacífico?

A situação é delicada, mesmo tendo em conta a inegável perícia dos especialistas políticos de Santo Egdio.

Pontos Cardeais

O gasóleo...

No seu estilo de pé-ante-pé, o Governo lá vai prometendo num dia e desmentindo no outro o que antes prometera. Desta vez foi com o gasóleo. Solene como sempre, António Guterres prometeu recentemente na própria Assembleia da República que os combustíveis não iriam aumentar este ano, deixando mesmo no ar a ideia de que não haverá qualquer alteração substancial até ao final da legislatura. Agora aparece o ministro Pina Moura, numa entrevista ao *Público*, a deixar «cair» — como quem não quer a coisa — que no próximo ano o preço da gasóleo terá de ser «penalizado» pelo facto de «ser poluente».

Estamos em pleno estilo cavaquista: o primeiro-ministro debita oásis para manter as aparências e os ministros encarregam-se das más notícias. E a má notícia não podia ser mais canhesta, quando procurou convencer o pagode que se pode aumentar o gasóleo sem mexer no preço dos outros combustíveis.

E, já agora, uma pergunta: então o gasóleo passou, assim de repente, a mau da fita ambiental? É que há uns anos o grande inimigo era a gasolina com chumbo, sendo o gasóleo apontado como um combustível com vantagens ambientais, a par da «gasolina verde». Houve mesmo cidadãos — muitos cidadãos — que começaram a optar por viaturas a gasóleo aproveitando as duas vantagens: o preço mais baixo e a propalada «vantagem ambiental» afirmada pela União Europeia e assumida pelas autoridades portuguesas...

Andam a gozar com as pessoas, senhores governantes do PS?!

... e a RTP

Igualmente interessantes foram as opções informativas da direcção de informação da RTP em relação a este caso do gasóleo. Dada a notícia — com as respectivas interpelações ao minis-

tro Pina Moura, para que ele compusesse a cena à sua vontade —, o canal público foi saber o que pensava do caso a «sociedade em geral». Para isso, recolheu as declarações do senhor Marques e do senhor Simões, porta-vozes dos grandes patrões da indústria e do comércio. Líderes da oposição, centrais sindicais, associações de consumidores, nada. Não existem para a direcção de informação da RTP. Ou, se existem, estão todos representados pela CIP e pela CCP, o que faz do país um fenomenal agregado de 10 milhões de grandes empresários...

Ah, grande José Rodrigues dos Santos! Tão metéorico em tudo!

Fraudes

O PSD está minado de «fraudes». Quem o diz é Pedro Santana Lopes, acrescentando que o actual líder do partido, Durão Barroso, é o «primeiro responsável».

Este PPD/PSD, parece que se tornou mesmo, num caso de polícia...

Casos

Por falarmos em casos de polícia, um outro emérito PSD, o presidente do governo regional da Madeira, João Jardim, resolveu aproveitar a inauguração de um túnel de mais de três milhões de contos pagos pelo país inteiro para lançar as suas costumeiras provocações contra quem lhe pagou o túnel e a inauguração. Disse ele que «não aceitamos a actual subordinação às denominadas Leis Gerais da República» tal como «não aceitamos a instituição Ministro da República, bem como exigimos democraticamente as transferências de competências que ainda faltam para uma melhor concretização de Portugal no Atlântico».

Pelos vistos, um «Portugal» governado a seu inteiro bel-prazer, mas pago pelos «colonialistas do Continente»...

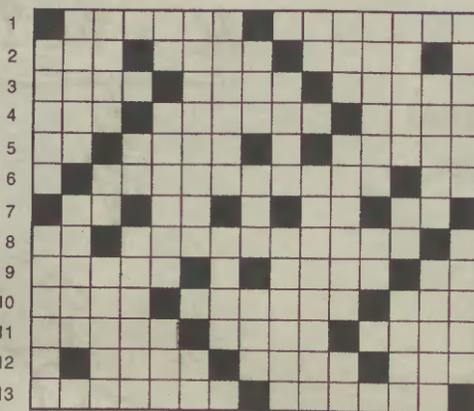
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Peixe da família dos Escombrídeos, espécie de sarda; língua maldizente (fig.). 2 - Que não está cozido; grande pedra ou laje que, ressaído de um rochedo, forma um abrigo; lugar onde se juntam medas de milho. 3 - Palhas ou arestas que ficam na joeira, depois de se joeirarem os cereais; contr. da prep. de com o pron. pess. ela; traço. 4 - Elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de novo; substância adstringente que se encontra na casca do carvalho, do eucalipto e noutros vegetais e empregada na indústria de curtumes e na produção de corantes e tintas; ligar, apertar com nó ou laçada. 5 - Duas consoantes; portanto; recorte arredondado e pouco profundo das folhas vegetais. 6 - Medo ou aversão ao nu; brisa. 7 - Poeira; que exprime admiração, dor, alegria, etc.; as primeiras letras do alfabeto; mililitro (abrev.). 8 - Doutor (abrev.); desnordeado. 9 - Agitar-se, poduzindo rumor como ave que esvoaça; embarcação de recreio de dimensões muito variáveis com velas ou com motor; nociva. 10 - Agastamento; porção de terreno; ofereci. 11 - Declive; ourela; entidade fantástica dotada de poder sobrenatural. 12 - Rosto; cantor ambulante; dez vezes cem. 13 - Afectuoso; revolver a terra ou mandar com o sacho.

VERTICAIS: 1 - Soberano de um condado, na Idade Média; unidade monetária da moderna Grécia. 2 - Desumano; diz-se do número que só é divisível por si e pela unidade. 3 - Tipo de representação teatral; medida japonesa equivalente a dois decilitros; escuro. 4 - Nome da letra grega correspondente a p; dispor por lotes. 5 - Outra coisa; fruto do tomateiro; pequeno arco. 6 - Oração constituída por uma série de invocações à Virgem ou aos santos, pelos seus nomes; aquelas. 7 - Junto; pouco frequente. 8 - Naquele lugar; serra pelo meio, longitudinalmente; altar cristão. 9 - Ente puramente espiritual; nada (gir.). 10 - Antes do meio-dia (abrev.); grande quantidade de batatas. 11 - Contemplar; cibalho; particula afirmativa do dialecto provençal. 12 - Prote-lara; designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. (prep.). 13 - Nascente; pedra de amolar; mulher nobre. 14 - Fosso ou escavação que conduz águas; moderar. 15 - Enguiçar; mata de faias.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Cavale; navalha. 2 - Cruz; lapaj; mede. 3 - Cruz; lapaj; mede. 4 - Cruz; lapaj; mede. 5 - Cruz; lapaj; mede. 6 - Cruz; lapaj; mede. 7 - Cruz; lapaj; mede. 8 - Cruz; lapaj; mede. 9 - Cruz; lapaj; mede. 10 - Cruz; lapaj; mede. 11 - Cruz; lapaj; mede. 12 - Cruz; lapaj; mede. 13 - Cruz; lapaj; mede. 14 - Cruz; lapaj; mede. 15 - Cruz; lapaj; mede.
VERTICAIS: 1 - Conde; dracma. 2 - Cruz; lapaj; mede. 3 - Cruz; lapaj; mede. 4 - Cruz; lapaj; mede. 5 - Cruz; lapaj; mede. 6 - Cruz; lapaj; mede. 7 - Cruz; lapaj; mede. 8 - Cruz; lapaj; mede. 9 - Cruz; lapaj; mede. 10 - Cruz; lapaj; mede. 11 - Cruz; lapaj; mede. 12 - Cruz; lapaj; mede. 13 - Cruz; lapaj; mede. 14 - Cruz; lapaj; mede. 15 - Cruz; lapaj; mede.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

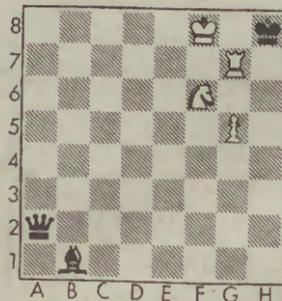


Xadrez

DCLXI - 13 DE JULHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000X27

Por: *Trevangadacharya Shastree*
 «Essays on Chess», Bombaim, 1814

Pr.: [2]; Bb1 - Rh8
 Br.: [5]; Pg5 - Cf6 - Tg7 - Da2 - Rf8



Mate em 4 [quatro] lances

SOLUÇÃO DO N.º 2000X27

1. Th7+, B:h7; 2. D:g8+, B:g8; 3. g8 - e7; 4. g7 #

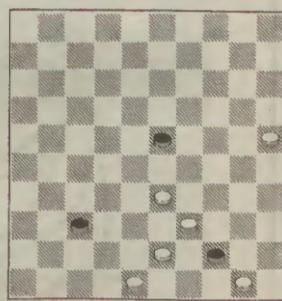
A. de M. M.

Damas

DCLXI - 13 DE JULHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000D27

Por: *W. B. Monsma* [NL]
 «1001 Miniatures», - 1938

Pr.: [3]; 23-37-44
 Br.: [6]; 25-33-39-43-48-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D27 [W.B.M.]

1. 48-42 (37x48=D); 2. 43-38, (48x30*)
 3. 25x34, (44-49=D); 4. 50-44, (49x29)
 5. 33x24+

A. de M. M.



FESTADO Avante! 2000

1 2 3 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Nos fins-de-semana
há trabalho para todos!
Participa!



Coimbra

Concurso de Bandas
para apuramento da banda que actuará no palco «Novos Valores»
da Festa do Avante!

Final

nos dias 12 e 14 de Julho no Bar Le Som

Vila Real

«ser jovem comunista hoje»
- debate com João Frazão
15 de Julho às 15h, na Centro de Trabalho do PCP

Algarve

Festival de Bandas
para apuramento da banda que actuará no palco «Novos Valores»
da Festa do Avante!
15 de Julho às 21h30, na Esc. Sec. de Silves

Acampamento regional do Algarve da JCP
em Aljezur
Dias 28, 29 e 30 de Julho

«Os direitos sociais na Europa»

Seminário

promovido pelo Grupo Unitário de Esquerda
da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
Hotel Montechoro (Algarve), segunda-feira, dia 17, das 10h30 à 17h30,
com a participação de Carlos Carvalhas,
secretário-geral do PCP,
que intervirá na sessão de abertura,
e de deputados de Portugal, Suécia, Finlândia, França,
Dinamarca, Noruega, Chipre, Itália, Grécia, República
Checa, Moldávia, Alemanha, Rússia, Ucrânia
e Bielorrússia, que integram o grupo
Unitário de Esquerda do CE

Pobreza e exclusão social

- contributos para o relatório «Construir uma
Europa Inclusiva», a cargo de Ilda Figueiredo

Com a participação da relatora, de Manuel Freitas e Maria José Gamboa
(enquanto membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do PE)
Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, hoje, dia 13 às 21h30

Plenários

- No Centro de Trabalho Vitória em Lisboa realiza-se hoje, quinta-feira, às 18h, um plenário de militantes da **Organização dos Seguros de Lisboa** sobre as conclusões da última reunião do CC e o XVI Congresso e sobre a situação social no sector.
- Em Palmela, reúnem-se em plenário os camaradas de **Águas de Moura/Bairro Margaça**, também com o objectivo de discutir o comunicado da última reunião do CC: sexta-feira, 14, às 21h30, no Bairro Margaça, com a participação de Valdemar Santos.

Associação de Amizade Portugal-Cuba Celebração do 26 de Julho

Dia 26 de Junho às 20h
Jantar de homenagem
e despedida

da Sra. Embaixadora
Mercedes Aguiar

(Reservas na sede da Associação
- tel. 21 3857305)

Dia 30 das 13 às 16h,
Cais do Seixal

Passeio no Tejo
em celebração
da revolução cubana

(Inscrições na sede da Associação
- tel. 21 3857305)

Espaço das 5 às 10

Ao fim da tarde,
todos os sábados,
das 17 às 22

no Centro de Trabalho da Graça
Largo da Graça, 104, 1.º, Lisboa



ATVer

Laura Dern e
Nicholas Cage, em
«Um Coração
Selvagem», de
David Lynch



«Houston, temos problema...», diz Tom Hanks em «Apollo 13»

Ouro Negro

(Sexta, 23.30, SIC)

Situado no período da Grande Depressão americana e na região do Texas, este «filme de época» (que apenas sofre da sua longa duração) debruça-se sobre o drama de um fazendeiro arruinado cuja tragédia é aproveitada por um prospector de petróleo sem escrúpulos que procura convencê-lo de que existe uma jazida do precioso «ouro negro» na sua propriedade. Uma grande interpretação de Robert Duvall.

Conto de Verão

(Sábado, 01.40, RTP 2)

Seguindo-se a *Paulina na Praia* e a *O Raio Verde*, este é o terceiro filme do ciclo *Contos das Quatro Estações* que, no seu estilo habitual, o realizador francês Eric Rohmer encenou em 95. Sempre maneando os jogos morais e a dispersão amorosa da juventude, o realizador conta-nos a história de um estudante que, durante alguns dias de férias em casa de um amigo, conhece três raparigas que simultaneamente lhe interessam, sem saber muito bem por qual se decidir.

Apollo 13

(Domingo, 16.30, SIC)

Abstraindo do facto de constituir mais uma peça de intoxicação e autoglorificação americana (além do mais desenquadrada do contexto histórico da época) esta superprodução bem ao jeito do Verão é um relato, extremamente bem realizado e quase documental, da jornada dramática que constituiu a abortada missão da NASA à Lua, forçada a regressar à Terra após uma explosão a bordo.

Um Coração Selvagem

(Domingo, 22.45, RTP 1)

Ao contrário de outras obras badaladas (mas também mais insuportáveis) de David Lynch, *Um Coração Selvagem*, não iludindo a marca do autor, abandona alguns dos seus tiques mais irritantes.



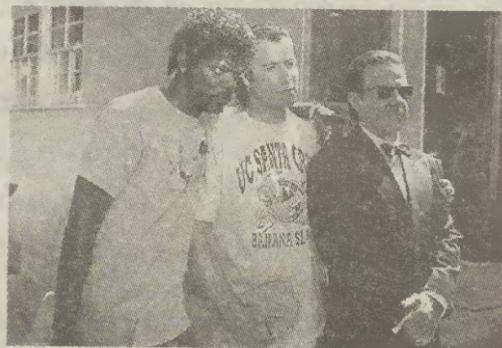
Cabo e Satélite Bernstein & Gershwin

O maestro britânico Simon Rattle dirige e fala hoje sobre música de Leonard Bernstein e George Gershwin, numa emissão do canal Muzik intitulada «Noite Americana» na qual é apresentado um concerto realizado no Waldbühne de Berlim. A não perder. (Muzik, quinta, das 20 às 21.30)

Atenção, amantes da BD!

Uma das noites temáticas desta semana do canal Arte (a de domingo) é dedicada à banda desenhada, com uma aventura dos irmãos Dalton da autoria da célebre parelha Hanna-Barbera, um documentário sobre René Goscinny (*Lucky Luke*, *Astérix*, etc.) e um outro filme sobre «As Treze Vidas de Corto Maltese».

(Arte, domingo, entre as 19.40 e as 23.25)



O trio de «matadores» em «Pulp Fiction», de Quentin Tarantino

Mergulhando na América profunda, Lynch descobriu um casal de amantes - personagens admiravelmente compostas por Laura Dern e Nicolas Cage - que evoluem neste road movie, num clássico *convertível*, pelas malhas de um enredo extremamente violento que os precipita num dramático beco sem saída. Um filme nada bonito de ver, muito antes pelo contrário!

Big

(Quarta, 00.10, SIC)

Uma despreocupada comédia que se conta em duas palavras: um miúdo de 12 anos anseia por ser «grande» e, formulando um dia este desejo perante uma máquina de «feira popular», acorda no dia seguinte com o corpo de um homem de 30 anos (mas a mesma candura dos 12...) e nada menos do que na pele de um consultor de uma fábrica de brinquedos! As confusões que depois se sucedem são fáceis de adivinhar... Penny Marshall, a realizadora, conseguiu com este filme um estrondoso sucesso de bilheteira, talvez por lidar com um sentimento cada vez mais arredado do nosso quotidiano: a inocência. Impagável é a interpretação de Tom Hanks, esse actor-adulto com cara de puto.

... e ainda...

Segredos de Mulheres, de Gabriella Cristiani (Quinta, 00.25, SIC)

Fourbi, de Alain Tanner (Quinta, 03.25, RTP 1)

Companheiros de Quarto, de Peter Yates (Sábado, 17.00, RTP 1)

Boccaccio 70, de Fellini, De Sica, Visconti (Segunda, 23.15, RTP 2)

Pulp Fiction, de Quentin Tarantino (Segunda, 02.05, SIC)

Pecados Mortais, de Dhome, Molinaro, De Broca, Demy, Godard, Vadim, Chabrol (Quarta, 23.15, RTP 2)



Quinta, 13

VRTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
16.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 18.50 Ciclismo: G.P. Minho)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Só Números
21.45 É S6 Música
22.20 Grande Entrevista
00.15 «Amigas e Rivais» (de Jocelyn Moorehouse, EUA/1997, com Michelle Pfeiffer, Jessica Lange, Jennifer Jason Leigh. *Melodrama*)
02.40 24 Horas
03.25 «Fourbi» (de Alain Tanner, Fr./Suíça/1995, com Karin Viard, Jean-Quentin Châtelain. *Comédia*)

VRTP 2

07.00 Euronews
07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 13.00 Ciclismo: Volta à França; às 16.30 Informação Gestual)
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
21.00 Além Mar
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.15 «Frutos da Paixão» (de Shuji Terayama, Fr./Japão/1980, com Klaus Kinski, Isabelle Hierski. *Drama*)
00.30 «Sinais de Vida» - nenhuma informação suplementar fornecida em tempo útil

SIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Médico de Família
15.00 Você Decide
16.00 Rex, O Cão Polícia
17.00 Malhação
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Imagens Reais
22.00 Terra Nostra / Laços de Família
22.30 Esta Semana
23.45 Sai de Baixo
00.25 «Segredos de Mulheres» (*Ladies Room*, de Gabriella Cristiani, EUA/1999, com John Malkovich, Lorraine Bracco, Greta Scacchi. *Comédia Romântica*)
02.25 Documentário: Em Nome do Espírito Santo: Açores
03.05 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas no Havai
21.00 Entre Marido e Mulher
21.40 Corrida de Touros
01.05 «Ficheiro de Morte» (de Joyce Chopra, EUA/1995, com Elizabeth Montgomery, Dean Stockwell. *Policia*)

Sexta, 14

VRTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
16.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 18.50 Ciclismo: G.P. Minho)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.15 Concurso: Só Números
21.45 João Nicolau Breyner
23.35 24 Horas
00.10 1ª. Página
00.15 «A Grande Aventura» (*Sky Pirates*) - nenhuma informação suplementar fornecida em tempo útil
02.00 «Sábado à Noite» (de Billy Crystal, EUA/1993, com Billy Crystal, David Paymer, Helen Hunt. *Comédia*)

VRTP 2

07.00 Euronews
07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 14.00 Ciclismo: Volta à França; às 16.30 Informação Gestual)
18.30 Informação Religiosa

Sábado, 15

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Automobilismo: G.P. Áustria (Treinos)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Jet Set
16.05 Destinos de Sofia
17.00 «Companheiros de Quarto» (*Roommates*, de Peter Yates, EUA/1994, com Peter Falk, D.B. Sweeney, Ellen Burstyn. *Drama*)
19.35 Ciclismo: G.P. Minho
19.45 Aqui Europa
20.00 Telejornal
21.10 Santa Casa
22.00 Tourada (Praça de Touros de Santarém)
00.50 Máquinas
01.45 24 Horas
02.05 «A Mulher Proibida» (de Philippe Harrel, Fr./1997, com Isabelle Carré, Philippe Harel. *Melodrama*)

VRTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Desporto
19.25 Fortunas Fabulosas



«Ficheiros Secretos» e «Seinfeld», duas séries de culto de regresso à TVI

19.10 Bizâncio: O Império Perdido
21.00 Jornal d'África
21.30 Dinheiro Vivo
22.00 Jornal 2
22.45 Aqui Europa
23.10 Acontece
23.30 «O Porteiro da Noite» (de Liliana Cavani, It./1973, com Dirk Bogarde, Charlotte Rampling. *Drama*)
01.35 Andamentos
02.05 Departamento de Homicídios

SIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Médico de Família
15.00 Você Decide
16.00 Rex, O Cão Polícia
17.00 Malhação
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.30 O Sexo e a Cidade
00.20 «Studio 54» (de Mark Christopher, EUA/1998, com Ryan Phillippe, Salma Hayek. *Drama*)
02.20 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas no Havai
21.00 Olho Vídeo
22.00 Pupilas do Sr. Doutor
22.40 Reis da Música Nacional
01.10 «Quem é a Júlia?» (de Walter Grauman, EUA, com Jameson Parker, Felfrey Demunn. *Drama*)

20.15 A Outra Face da Lua
22.00 Jornal 2
22.45 Magnzine 2001
23.15 Sim, Sr. Ministro
23.45 Vá-lha-me Deus
00.15 Grande Comboio
00.45 A Vida é Assim
01.40 «Conto de Verão» (*Conte d'Été*, de Eric Rohmer, Fr./1995, com Melvil Poupaud, Amanda Langlet. *Ver Destaque*)

SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.30 O Sexo e a Cidade
00.20 «Studio 54» (de Mark Christopher, EUA/1998, com Ryan Phillippe, Salma Hayek. *Drama*)
02.20 Último Jornal

VRTP 2

09.00 Animação
10.30 O Sótão do Pedro
11.00 Top Rock
12.00 Caras Lindas
13.30 Contra-Ataque
14.15 4ª. A Fundo
14.30 «Assaltantes de Segunda» (de John Warren, EUA, com Pauly Shore, Janine Turner. *Comédia*)
16.30 «Murder She Purred» (de Simon Wincer, EUA/1998, com Ricki Lane, Linden Ashby. *Drama*)
18.30 Lux
19.30 Directo XXI
20.00 «A Outra Face do Espelho» (de Charles Correl, EUA/1996, com Jack Wagner, Alexandra Paul. *Drama*)
22.00 Jardins Proibidos
23.10 «Longo do Perigo» (de Marc F. Voizard, EUA/1999, com Claudia Christian, Andreas Apergis. *Drama*)
01.10 «Os Homens Não Choram» (de David Drury, EUA/1988, com Craig Sheffer, Gene Hackman. *Drama*)

Domingo, 16

▼ RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
11.30 3ª. Calhau a Contar do Sol
12.00 Jornal da Tarde
13.00 Automobilismo: G.P. Áustria
15.00 Made in Portugal
16.45 Animais em Grande Plano
17.45 Futebol de Praia: Mundialito (Portugal-Peru)
19.00 Just Kidding (Estreia)
19.50 Ciclismo: G.P. Minho
20.00 Telejornal
21.15 Agora é que são Elas
22.45 «Um Coração Selvagem» (Wild at Heart, de David Lynch, EUA/1990, com Nicholas Cage, Laura Dern. Ver Destaque)
00.45 Prazeres
01.45 Futebol de Praia: Mundialito (Resumo)
01.55 Automobilismo: G.P. Áustria (Resumo)
02.15 24 Horas
02.35 «Próximo Alvo» (de John Terlesky, EUA/1999, com Kristy Swanson, Michael Madsen. «Thriller»)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso

Segunda, 17

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 18.50, Ciclismo: G.P. Minho)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.15 S6 Números
21.45 A Senhora Ministra
22.20 «Nico - À Margem da Lei» (de Andrew Davis, EUA/1988, com Steven Seagal, Henry Silva. Acção)
00.20 Futebol de Praia: Mundialito
00.30 24 Horas
01.00 «O Coração Fantasma» (de Philippe Garrel, Fr./1995, com Lufs Rego, Aurelia Alcais. Drama)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 15.00 Ciclismo: Volta à França; às 16.30 Informação Gestual)
18.30 Informação Religiosa
19.10 Madeira

Terça, 18

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Futebol de Praia: Mundialito (Japão-França; Brasil-Espanha)
16.00 A Mentira
16.30 Lá em Casa Tudo Bem
17.00 Roseira Brava
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.15 Concurso: Só Números
21.45 Mãos à Obra
22.20 Maria Elisa
24.00 Futebol de Praia: Mundialito (Resumos)
00.10 24 Horas
00.40 Os Hughleys
01.35 «A Cliqua do Celtic» (de Tomm De Chercchio, EUA/1996, com Daniel Stern, Dan Akroyd. Comédia)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 15.00 Ciclismo: Volta à Itália; às 16.30 Informação Gestual)
18.30 Informação Religiosa

Quarta, 12

▼ RTP 1

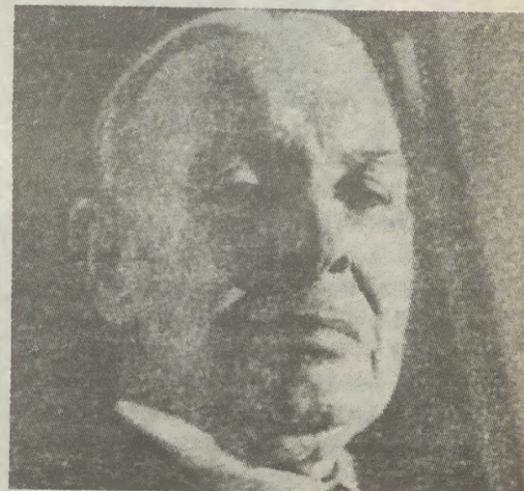
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Futebol de Praia: Mundialito (Brasil-Uruguai; Portugal-França)
16.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.15 Concurso: Só Números
21.45 As Lições do Tonecas
22.20 Estrelas do Mar
00.15 Futebol de Praia: Mundialito (Resumos)
00.25 24 Horas
00.55 «O Fugitivo da Selva» (de Peter Markle, EUA/1988, com Gene Hackman, Danny Glover. Guerra)

▼ RTP 2

07.00 Euronews (às 15.00 Ciclismo: Volta à França; 16.30: Informação Gestual)
07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.30 Informação Gestual)
18.20 Informação Religiosa
21.00 Sinais do Tempo / Zoom
22.00 Jornal 2

TVisto

Correia da Fonseca



Não esquecer Aquilino

Dr. Mário Soares não apenas é um homem de muitos livros como é também homem de muitas leituras, o que não é a mesma coisa. Por exemplo, o dr. Pacheco Pereira, que também é homem de muitos livros e por sinal gaúcha-se disso regularmente embora com adequada discrição, se é homem de muitas leituras não se dá muito por isso. Pois o dr. Mário Soares veio ao último «O Lugar da História» dizer que, tanto quanto lhe parece, o romance «Quando os lobos uivam» é dos livros «menos expressivos» de Aquilino Ribeiro. Não sei, naturalmente, quais os critérios do dr. Soares para considerar um romance de Aquilino mais ou menos expressivo no quadro da sua obra, mas fiquei surpreendido. Por mim, que não tenho qualificação nenhuma para opinar acerca de Aquilino, até pediria licença para sustentar precisamente o contrário, isto é, que «Quando os lobos uivos» é das suas obras mais expressivas, quer dizer, que melhor o exprimem. E até explico porquê: porque um «Quando os lobos...» converge, como talvez em nenhum outro dos seus livros, as vertentes de prosador de qualidade superlativa, de cronista da vida rural portuguesa, de cidadão atento e interveniente, de escritor que recusa a comodidade de «ficar de avena a exercitar o ouvido/longe do mundo e longo do ruído», como escreveu Torga se a memória não me falha. E achava eu que este cruzamento de méritos num só livro haveria de valorizá-lo aos olhos de um homem como Mário Soares, mas é claro que a vida é cheia de enganos e desenganos. Vem tudo isto a propósito da emissão que «O Lugar da História» consagrou a Aquilino Ribeiro, e é claro que a circunstância de ter sido esta rubrica e não uma outra de perfil mais estreitamente literária também não foi irrelevante para a referência a «Quando os lobos uivam». Foram diversas as razões por que a emissão me agradou tanto, a começar pela qualidade do documentário, e uma delas foi sem dúvida a certeza de que Aquilino Ribeiro anda a ser injusta e escandalosamente esquecido não só pela generalidade das gentes, o que infelizmente é normal, mas também pelos que tinham a obrigação de não o esquecerem e de o lembrarem aos outros. E não apenas como escritor, mas em todas as suas dimensões. Não sei quem é maior escritor, se Aquilino se Saramago, embora tenha sobre a questão um palpite que aqui omito para evitar eventuais más línguas. Sei, isso sim, que Saramago é Prémio

Nobel e que Aquilino apenas foi candidato, diferença que não tem nenhum significado no plano do merecimento mas que tem pelo menos uma consequência: o Nobel reforça a credibilidade e a memória do escritor no espírito do público, a ausência do Nobel favorece o esquecimento. Ora, para mais, durante anos e anos a imagem e até o nome de Aquilino Ribeiro foram rigorosamente proibidos na televisão portuguesa, em completa indiferença pelo facto de se tratar então do maior escritor vivo. A RTP fez o mesmo com outros, designadamente com Ferreira de Castro, que era o autor português mais conhecido e traduzido no mundo inteiro depois de Camões. Só por isso, o fascismo salazarista mereceu o diploma de ignomínia e de traição aos interesses nacionais no plano cultura, e espanta-me que alguns supostos intelectuais, alguns talvez antes intelectuais, lancem em direcção a Salazar e ao seu mando compridos olhares de saudade.

Um combatente de esquerda

Por aqui se entenderá, espero, que eu me sinta regalado quando a televisão vem lembrar e homenagear Aquilino, mesmo que apenas na «2» porque a RTP continua a achar que isto de programas inteligentes devem ser afluídos no seu canal de menor audiência (o que ajuda a que até o ministro Gama, homem mais de silêncios que de palavras, venha formular voto público pela privatização da «1», o que não me parece bem em qualquer sujeito que saiba ler e escrever e tenha gosto no exercício dessas sabedorias, mesmo que não seja ministro). Para mais, esta emissão evidenciou vários méritos: recordou que Aquilino foi sempre um combatente «de esquerda» mesmo antes do 28 de Maio, e por vezes de armas na mão; teve organização interna; recolheu depoimentos importantes. Até nos deu oportunidade de conhecermos pessoalmente a Marianinha, para quem o Avô Aquilino escreveu um dos seus inesquecíveis trabalhos na área da literatura infantil. Por tudo isto, e mais pelo que não sei dizer ou aqui mal caberia, esta emissão de «O Lugar da História» dedicada a Aquilino foi importante. Parece-me que referi-la numa coluna de crítica de TV é, mais que justificado, imperativo. Pelo menos aqui, Aquilino Ribeiro não esquece.



«O Cupido», uma série a espreitar na RTP 2 (segundas)

10.30 Missa
11.30 Arquivos do Entendimento
12.30 O Século das Descobertas
13.30 Quem Sai aos Seus
14.00 Ricos e Famosos
15.00 Desporto
17.30 «Rocketman: O Astro Nabo» (de Stuart Gillard, EUA/1997, com Harland Williams, Jessica Lundy. Comédia / Ficção Científica)
19.20 Documentário
19.50 Onda Curta: «Amélia e o Anjo» (de Ken Russell, Gr.Br./1958)
20.30 Artes e Letras: «Evgueni Khaldei»
21.30 Horizontes da Memória
22.00 Jornal 2
22.45 Travessa do Cotovelo
23.45 Facnas
00.15 Teatro de Rua: «Febeapá» - nenhuma informação suplementar fornecida em tempo útil

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Muita Lóca
15.30 Walker, O Ranger do Texas
16.30 «Apolo 13» (de Ron Howard, EUA/1995, com Tom Hanks, Bill Paxton, Gary Sinise, Kevin Bacon. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.10 Bom Banho
21.40 Residencial Tejo
22.45 Sai de Baixo
23.40 «007, Ao Serviço de Sua Majestade» (de Peter Hunt, Gr.Br./1969, com George Lazenby, Diana Rigg. Acção)
01.40 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.10 Missa
13.00 Portugal Português (Lafões)
13.45 Caras Lindas
15.00 «Debaixo d'Olhos» (Stakeout, de John Badham, EUA/1987, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez. Comédia)
17.00 Cocktail Nacional
19.00 Directo XXI
20.00 «Ricochet River» (de Deborah Del Prete, EUA/1999, com Jason James Richter, Kate Hudson. Drama)
22.00 Jardins Proibidos
23.10 «Relatos de Um Crime» (de Rowdy Harrington, EUA, com Cuba Golding Jr., Tom Berenger. Drama)
01.10 «Mulheres Roubadas» (de Jerry London, EUA/1997, com Dennis Weaver, Jeanine Turner. Drama)



«Sim, Sr. Ministro», de novo a abrilhantar o espaço da comédia britânica (sábados, RTP 2)

19.40 Austrália Selvagem
21.00 Rotações
21.30 Bombordo
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.15 «Boccaccio 70» (de Federico Fellini, Vittorio De Sica, Luchino Visconti, It./Fr./1961, com Sophia Loren, Romy Schneider, Anita Ekberg, Peppino De Filippo. «Sketches» / Comédia)
02.05 O Cupido

▼ SIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Médico de Família
15.00 Você Decide
16.00 Rex, O Cão Polícia
17.00 Malhação
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
22.30 Roda dos Milhões
00.40 Sai de Baixo
01.20 Último Jornal
02.05 «Pulp Fiction» (de Quentin Tarantino, EUA/1994, com John Travolta, Samuel L. Jackson, Harvey Keitel, Bruce Willis, Maria de Medeiros. Drama)

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas no Havai
21.00 Olho Vídeo
22.00 Crianças S.O.S.
23.10 Ficheiros Secretos VII (Estreia)
01.15 Seinfeld (Estreia)

19.00 Espaço Infantil-Juvenil
21.00 O Lugar da História
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.15 «A Mais Antiga Profissão» (de Indovina, Bolognini, De Broca, Pfléghar, Autant Lara, Godard, Fr./It./1967, com Elsa Martinelli, Jeanne Moreau, Jean-Claude Brialy, Raquel Welch. «Sketches» / Comédia)
01.20 Ponto de Mutação: China de Hoje

▼ SIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Médico de Família
15.00 Você Decide
16.00 Rex, O Cão Polícia
17.00 Malhação
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Laços de Família
23.45 Sai de Baixo
00.30 «Pronto a Vestir» (de Robert Altman, EUA/1994, com Sophia Loren, Marcello Mastroianni, Kim Basinger. Comédia)
02.45 Último Jornal
03.20 Toda a Verdade: Os Segredos de Fidel Castro

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas no Havai
21.00 «Tempestade do Século» (de Craig R. Baxley, EUA, com Tim Daly, Colm Feore. Drama)
00.35 Seinfeld

22.55 Acontece
23.15 «Pecados Mortais» (Les Sept Péchés Capitaux, de Dhomme, Molinaro, De Broca, Demy, Godard, Vadim, Chabrol, Fr./1962, com Claude Brasseur, Marina Vlady, Edeie Constantine, Samy Frey. «Sketches» / Comédia)

▼ SIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Médico de Família
15.00 Você Decide
16.00 Rex, O Cão Polícia
17.00 Malhação
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Laços de Família
23.45 Sai de Baixo
00.30 «Pronto a Vestir» (de Robert Altman, EUA/1994, com Sophia Loren, Marcello Mastroianni, Kim Basinger. Comédia)
02.45 Último Jornal
03.20 Toda a Verdade: Os Segredos de Fidel Castro

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas no Havai
21.00 «Tempestade do Século» (de Craig R. Baxley, EUA, com Tim Daly, Colm Feore. Drama)
00.35 Seinfeld

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Intercepções

Activistas do Greenpeace tentaram interceptar esta semana um carregamento de madeiras tropicais levadas para o Porto de Leixões no Aegis, um navio de bandeira cipriota. A iniciativa desta organização ecologista internacional, em colaboração com a portuguesa Quercus, funcionou como de costume, procurando dificultar a atracagem ao porto e decorrente descarregamento da madeira. Também como é sabido do historial destes raids, o objectivo da intercepção não seria, evidentemente, impedir ad aeternum a atracagem ou o descarregamento do navio no Porto de Leixões, mas dificultá-los o suficiente para denunciar uma questão outra - e essa, sim, de fundo: a importação ilegal de madeiras tropicais, condenada internacionalmente pelas consequências devastadoras que o abate indiscriminado destas árvores provoca, quer nas florestas de origem como no equilíbrio ambiental do planeta.

Quanto à ilegalidade da carga, o Greenpeace foi taxativo: o Aegis vinha carregado com madeira tropical proveniente da floresta húmida dos Camarões e remetida a firmas do Norte de Portugal pela empresa SFID, uma subsidiária camaronesa da multinacional francesa Rougier que, por seu turno, foi surpreendida na semana passada a fazer cortes ilegais de madeira tropical nos Camarões.

Pela voz de Tim Birch, o responsável pela Campanha de Florestas da Greenpeace internacional que acompanhou pessoalmente esta operação ambientalista em Leixões, as autoridades portuguesas portaram-se de «maneira inqualificável» quando procuraram desalojar os activistas que se tinham amarrado aos mastros do navio a 30 metros de altura, acusando-as de «agressões inadmissíveis num país comunitário».

Confrontado com a acusação, o ministro Fernando Gomes desmentiu-a de imediato, enquanto não dizia uma palavra sobre a questão de fundo - a importação de madeira sob suspeita de abate ilegal e proibido internacionalmente.

É aqui que temos um ponto da situação a fazer. O ministro Fernando Gomes pode desmentir ou afirmar o que quiser, embora fosse tempo de perceber que as suas respostas governamentais acumulam já um rol excessivo de afirmações inconsequentes.

Basta recordar os conturbados apoios e silêncios nos casos da PSP/Porto ou o precipitado anúncio da «prisão iminente» dos responsáveis pela tragédia na discoteca «Luanda», para diagnosticarmos o elevadíssimo grau de imponderabilidade que afecta regularmente as declarações do ministro da Administração Interna.

O que fica muito mal a um governante é concentrar-se na defesa dos poderes que tutela a pretexto de um pormenor a averiguar - o excesso policial para com os activistas do Greenpeace - e não dizer uma palavra sobre as obrigações desses poderes - no caso, a intercepção para averiguações de uma importação manifestamente suspeita.

Na sua compulsiva necessidade de afirmar coisas, Fernando Gomes expôs mais uma vez a filosofia do Governo que integra.

Salvar as aparências com a inflação do acessório, para assegurar os interesses de quem lhe é essencial.

Os senhores dos grandes negócios - ainda que escuros e transaccionados às claras, como parece suceder com esta carga do Aegis.

Ministério preparava há 3 anos o fim da EPPET

Incómodo sucesso público

Na 5 de Outubro há documentos que explicam claramente por que motivos o Governo quer acabar com uma escola profissional pública e bem sucedida.

A intenção de encerrar, no final deste mês, a Escola Pública Profissional de Electrónica e Telecomunicações, no bairro lisboeta de Telheiras, foi atabalhoadamente comunicada aos alunos e professores já durante este ano. As informações e declarações oficiais só ficaram mais explícitas à medida que se ergueram os protestos de alunos, professores, pais e encarregados de educação. Os esclarecimentos mais aguardados, na actual fase do processo, eram os do ministro Oliveira Martins, com quem a Comissão de Pais ia reunir ontem e a quem ia pedir que parasse o obscuro processo de entrega da EPPET ao grupo Ensinus.

Anteontem, os alunos voltaram a realizar manifestações públicas de protesto, junto à residência oficial do primeiro-ministro e frente à Presidência da República, e contaram com a solidariedade dos sindicatos das Telecomunicações e dos Professores e da Federação das Associações de Pais.

Um documento oficial de 1997, a que o «Avante!» teve agora acesso, vem dar mais fundamento às acusações de que o principal motivo do ataque à EPPET tem a ver com interesses privados, sobrepondo o objectivo do lucro aos interesses dos alunos, dos pais, dos professores, das empresas que ali recrutam quadros e do País.

A escola, criada há dez anos a partir de um protoco-

Alastra a indignação e alargam-se os apoios à defesa da EPPET

lo entre Portugal e a Holanda, mantém-se a funcionar em regime provisório e em instalações alugadas. Foi precisamente para tentar solucionar o problema das instalações que a EPPET apresentou uma



Os protestos de anteontem foram dirigidos ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República

exposição ao Ministério, sobre a qual foi produzido um despacho em Janeiro de 1996. Com data de 14 de Maio de 1997, é sujeita «à consideração superior», no Departamento do Ensino Secundário do ME, uma informação em que se defende «a solução mais realista e imediata»: «inscrição em PIDDAC/DES, tal como foi inscrito no ano de 1994, da verba necessária ao financiamento da aquisição e adaptação dos espaços» sugeridos pela escola.

Logo no parecer seguinte, o superior hierárquico reconhece que a escola «tem desenvolvido um trabalho meritório no domínio do ensino profissional» e que «os seus diplomados têm tido bom sucesso em termos de empregabilidade», mas defende «uma reflexão mais profunda sobre a pertinência de se considerar a manutenção desta escola no conjunto das escolas profissionais públicas».

Já estava em projecto o novo regime jurídico para o ensino profissional, que dei-

xaria ao Estado um papel subsidiário, na cobertura de áreas de formação ou regiões não contempladas pela rede de escolas existentes. «Será que esta escola profissional corresponde a esta intenção? Parece-me que se trata de uma área de formação apetecível pelas escolas privadas, que só ainda não lhe pegaram porque há uma escola pública a fazê-lo» - concluiu o responsável do DES, voltando a endereçar a informação NEP-L 560/97 «à consideração superior».

Solidariedade com Tellechea Maya

Um significativo movimento de solidariedade tem vindo a acompanhar a situação do cidadão basco José Luís Tellechea Maya, ameaçado de expulsão mercê do processo intentado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em que se considera que a sua presença «pode pôr em causa as relações entre Portugal e Espanha», e que foi anteontem indeferido pelo Tribunal de Sintra.

Face ao despacho do SEF, várias têm sido as organizações a protestar, nomeadamente o Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Associação «Olho Vivo» e a secção Portuguesa da Amnistia Internacional.

Segunda-feira passada, em

véspera da audição de Tellechea Maya pelo Tribunal de Sintra, foi divulgado um abaixo-assinado que protesta contra a «manifesta pressão política» que se verifica na decisão de julgar o cidadão basco e lembra que a sua permanência em Portugal já data de há vários anos e que Maya «trabalha e cumpre todos os requisitos da legislação portuguesa e da União Europeia».

O documento reúne assinaturas de intelectuais e personalidades de partidos e organizações. O primeiro signatário é o escritor Urbano Tavares Rodrigues, a que se seguem, entre outros, José Casanova e Domingos Lopes, dirigentes do PCP, Isabel de Castro, deputada do Partido

«Os Verdes», o deputado Francisco Louçã e outros dirigentes do BE, o encenador Artur Ramos, o almirante Rosa Coutinho, a actriz Maria do Céu Guerra.

Em comunicado de imprensa, em que apela à «solidariedade, em defesa dos direitos humanos, contra o abuso e a arbitrariedade», o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) considera que «a acção arbitrária e discriminatória do Ministério da Administração Interna configura uma intolerável submissão do Governo português às pressões do governo espanhol» e lembra que os tribunais portugueses já anteriormente recusaram a extradição de José Luís Tellechea.

Valeu a pena

O êxito da luta pela construção da rotunda no cruzamento da Rua Heróis de Chaimite, em Odivelas, é aclamado pela CDU que, em nota de imprensa, «saúda a população pelo êxito alcançado».

A CDU considera que «a fortíssima adesão dos automobilistas e da população aos protestos», expressos no «businão», contribuíram decisivamente para que «se tenha alcançado o início do fim desses problemas».



5 603199 000445